

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**RAINHA ELIZABETH I DA INGLATERRA:
REPRESENTAÇÕES EM OBRAS CINEMATOGRAFICAS**

ÉLEN WASCHBURGER

**Taquara
2015**

ÉLEN WASCHBURGER

**ELIZABETH I DA INGLATERRA:
SUAS REPRESENTAÇÕES EM OBRAS CINEMATOGRAFICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura Plena em História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação da Prof^a. Me. Elaine Smaniotto.

**Taquara
2015**

Dedico este trabalho ao meu pai e a minha mãe (in memoriam), que me apoiaram desde o início desta jornada. Ao meu irmão, pela parceria inigualável. Ao meu namorado, pela paciência. Sem vocês, isso não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento de reflexão deparo-me com muitas pessoas a agradecer.

Agradeço à minha orientadora Elaine Smaniotto que se dedicou para comigo desvendar as teias emaranhadas dessa dinastia, que dividiu comigo as angústias e descobertas, pela orientação realizada com atenção e dedicação.

Agradeço aos funcionários da FACCAT, sobretudo à Coordenadora Dalva Reinheimer, que me convidou, em 2011, para trabalhar na Coordenação do Curso de História. Aprendi muito nesta atividade. Obrigada pela paciência que teve neste último ano.

Aos professores e ex-professores do Curso de História da FACCAT, que contribuíram sempre com o conhecimento, me ajudando a crescer como pessoa e profissional. Os laços que criamos serão levados para minha vida.

Aos meus colegas, que contribuíram nestes seis anos nas discussões e conversas em aula. Muitos levarei além da graduação, como Salete Rodrigues e Vanuza Mittanck, que colaboraram de forma inigualável.

À minha mãe, obrigada pela educação que me deste. Infelizmente, sua ausência aconteceu logo no primeiro semestre. Quanta saudade!

Ao meu pai, que durante esses seis anos de graduação me apoiou diariamente, tendo paciência quando algo não poderia fazer e me ajudando quando era necessário. Sei que fez o possível e o impossível para chegar a este momento.

Ao meu irmão, que me auxiliou nos momentos de “perrengue”. Realmente, és o melhor irmão do mundo e sua parceria é inigualável.

Agradeço ao meu namorado, que me apoiou do início ao fim do curso e que, por vezes, dizia “tá na hora de descansar nos finais de semana”. Obrigada pelas idas ao cinema, me desconectando da ansiedade e nervosismos.

Obrigado à família por compreenderem a minha ausência! Essa conquista é nossa!

“No fim de contas, Deus tinha-lhe dado Inglaterra para reinar e tal exigia uma dedicação total que se sobrepunha a quaisquer considerações pessoais”.

David Loades

RESUMO

No final do século XIX, surgiu um novo instrumento criado pelos irmãos Lumière, revolucionando o conceito de imagens, dando origem ao cinema. A partir de então, o cinema tornou-se um instrumento de representação de personagens, acontecimentos e épocas, como a da rainha Elizabeth I, da Inglaterra, uma das mais destacadas entre os membros da dinastia Tudor. Este estudo se propôs analisar como a Rainha Elizabeth I foi representada nas obras cinematográficas *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939, EUA), *The Virgin Queen* (1955, EUA) e *Elizabeth: The Golden Age* (2008, Reino Unido). As três obras relatam o mesmo período de vida da rainha, com ideologias, simbologias, recursos e abordagens específicas. Trata-se de uma pesquisa de análise qualitativa, cuja metodologia baseou-se na análise fílmica histórica, contextualizando e compreendendo as obras cinematográficas com o suporte de fontes bibliográficas que tratam do tema e do período de reinado da rainha. Ao longo da análise das três obras cinematográficas podem-se observar representações que imprimiram uma noção “de verdade” em conformidade com o período de produção, ideologias sobre a rainha Elizabeth I, como rígida, guerreira e apaixonada, em primeiro lugar, pela Inglaterra, pois era seu dever com o povo como rainha.

Palavras-chave: Elizabeth I da Inglaterra. Cinema. Representação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Rosa Tudor	23
Figura 2 - Linhagem Tudor	58
Figura 3 - Capa do filme “ <i>The private lives of Elizabeth and Essex</i> ” (1939).....	79
Figura 4 - Capa do filme “ <i>The Virgin Queen</i> ” (1955)	80
Figura 5 - Capa do filme “ <i>Elizabeth: The Golden Age</i> ” (2008) em DVD, da edição em inglês.....	84
Figura 6 - Conselheiros da Rainha conversando sobre o comportamento de Elizabeth.....	87
Figura 7 - Elizabeth (<i>The private lives of Elizabeth and Essex</i>).....	89
Figura 8 - Cena do Elizabeth sobre o conflito contra a Irlanda.....	90
Figura 9 - Cena de Elizabeth em <i>The Virgin Queen</i> (1955)	93
Figura 10 - Cenas de Elizabeth confrontando embaixador francês.....	93
Figura 11 - Cena final do filme <i>The Virgin Queen</i> (1955).....	94
Figura 12 - Corte de Felipe II - cenas e roupas escuras	95
Figura 13 - <i>Elizabeth: The Golden Age</i>	96
Figura 14 - Cena com reformas: "a era de ouro"	97
Figura 15 - Elizabeth: a flor virgem.....	97
Figura 16 - Elizabeth e Bess	99
Figura 17 - Cenas da capa sobre o chão	99
Figura 18 - Personagem utilizando roupas em roxo.....	100
Figura 19 - Personagem utilizando roupas brancas	101
Figura 20 - Cena fazendo menção ao suposto discurso em Tilbury.....	102
Figura 21 - Cena do choque de navio incendiário com navio espanhol	103
Figura 22 - Cena de Elizabeth no penhasco	104
Figura 23 - Contraposição de Felipe II e Elizabeth I.....	105
Figura 24 - Cenas do filme <i>The private lives of Elizabeth and Essex</i>	105
Figura 25 - Cena do filme <i>The Virgin Queen</i> (1955).....	106
Figura 26 - Cenas finais do filme <i>Elizabeth: The Golden Age</i>	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DINASTIA TUDOR E A RAINHA ELIZABETH	15
2.1 Breve retrospectiva histórica da Inglaterra.....	15
2.2 A Guerra das Duas Rosas e Henrique VII.....	18
2.3 O reinado de Henrique VIII.....	25
2.4 A reforma religiosa inglesa	34
2.5 Eduardo VI e Maria Tudor, antecessores de Elizabeth I	36
2.6 Elizabeth I da Inglaterra: a rainha virgem.....	39
3 CINEMA E HISTÓRIA.....	59
3.1 O uso da história no cinema	59
4 AS REPRESENTAÇÕES DA RAINHA DA INGLATERRA ELIZABETH I EM OBRAS CINEMATOGRAFICAS.....	73
4.1 As representações de Elizabeth I	73
4.2 “A História é filha do seu tempo”	76
4.3 Uma rainha em várias faces	86
5 CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

Fatos e personalidades históricos têm sido interpretados no cinema de forma constante, retratando a vida de indivíduos e acontecimentos que marcaram a sociedade. Dentre os destaques representados, encontra-se a rainha Elizabeth I da Inglaterra.

Este estudo propõe-se analisar as formas em que essa rainha foi representada nas obras cinematográficas *The private lives of Elizabeth and Essex*¹ (1939, EUA), *The Virgin Queen*² (1955, EUA) e *Elizabeth: The Golden Age*³ (2008, Reino Unido), já que os três filmes referem-se a um tempo em comum: o período maduro e de auge do reinado de Elizabeth.

Para que se compreendam os motivos pelos quais ela é representada e por que foi representada de diferentes formas, é necessário levantar alguns questionamentos: como foi representada em obras cinematográficas produzidas ao longo do século XX e início do século XXI? Por que essa rainha é constantemente representada no cinema? Em que contexto político, econômico, social e religioso a Inglaterra se encontrava no momento em que Elizabeth I assume o trono? Qual era o contexto histórico dos períodos em que as três obras cinematográficas foram produzidas?

Estudar o longo reinado de Elizabeth I leva a refletir sobre sua representação. Desde muito cedo foi enaltecida em obras renascentistas, pinturas e medalhões e, mais tarde, em obras cinematográficas, como *Amours de la reine Elizabeth*⁴ (1912, França), lançado em 1912, e a última obra cinematográfica divulgada foi *Anonymus* (2012, Reino Unido), em 2012. Neste trabalho, como afirmado anteriormente, analisam-se as obras cinematográficas lançadas nos anos de 1939, 1955 e 2008.

Esta pesquisa justifica-se pela importância que Elizabeth Tudor teve na história inglesa, lançando bases para o futuro desenvolvimento econômico do país, projetando-o para a Revolução Industrial. Justifica-se, ainda, pelo fato de uma mulher, considerada bastarda pelo parlamento inglês após a morte de sua mãe, Ana

¹ No Brasil: “Meu reino por um amor”.

² No Brasil: “A Rainha tirana”.

³ No Brasil: “Elizabeth: a Era de Ouro”

⁴ Foi o primeiro filme gravado pela produtora Famous Players Film Company, que mais tarde trocou o nome para Paramount.

Bolena (julgada por traição contra o rei), atingir sua ascensão e consolidou uma imagem forte sobre a população até os dias atuais.

Perry Anderson (1995, p. 127) ressalta a importância de Elizabeth I, pois restaurou o status de potência à Inglaterra, sem recorrer a inovações radicais, assim sua “autoridade real foi grandemente acentuada, à medida que a popularidade pessoal da rainha atingia seu ápice”.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se tanto pela relevância da personagem histórica como pelo uso do cinema como fonte histórica, pois conforme afirma José D’Assunção Barros (2012, p. 56) o cinema,

[...] pode ser considerado, nos dias de hoje, uma fonte primordial e inesgotável para o trabalho historiográfico. Com base em uma fonte fílmica, na análise do discurso e nas práticas cinematográficas relacionadas com os diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem aprender uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade.

Este estudo tem como objetivo analisar as representações da rainha da Inglaterra, Elizabeth I, compreendendo os motivos e as formas das suas representações nos filmes *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939, EUA), *The Virgin Queen* (1955, EUA) e *Elizabeth: The Golden Age* (2008, Reino Unido), contextualizando historicamente a Inglaterra durante os séculos XV e XVI, período em que foi governado por membros da dinastia Tudor, como a rainha Elizabeth I. Busca-se também identificar as razões pelas quais ela é seguidamente representada nos meios midiáticos e, por fim, analisar como a rainha Elizabeth I foi representada nas obras cinematográficas de 1939, 1955 e 2008, apresentando os contextos nos quais essas obras foram produzidas e as singularidades expressas nos filmes que são objeto deste estudo.

Esta pesquisa utiliza material cinematográfico para análise das obras que retratam a Inglaterra elizabetana. Para Ferro (2010, p. 15), pioneiro em estudar as questões referentes a cinema e história,

[...] desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrina ou glorificam. Na Inglaterra, mostram essencialmente a rainha, seu império sua frota.

Para fundamentar esta análise, é importante enfatizar que, de acordo com Ana Paula Spini (2010, p. 168), o cinema “compõe imagem, palavra, música e

ruídos, [...] criando, a partir disto, um discurso fílmico”, e é esse discurso que deve ser analisado, tendo cuidado com as técnicas utilizadas, pois são elas que transmitem o que o roteirista e o diretor desejam passar.

O trabalho com obras cinematográficas é recente dentro do campo historiográfico, pois, até meados do século XX, historiadores viviam, sobretudo, atrás de uma história linear e comprometida com os documentos textuais. Eram as únicas e verdadeiras fontes históricas das quais não se duvidava, era a verdade absoluta. A partir da fundação da Escola de Annales⁵, em 1929, historiadores passaram a buscar novas fontes e objetos de estudos, surgindo uma nova corrente historiográfica: a Nova História, uma renovação dos estudos historiográficos em contrapartida da história empírica e positivista.

Com o desenvolvimento dessa corrente, destacam-se, preferencialmente, temas referentes ao cotidiano e às representações. Um conceito pertinente que se tornou recorrente entre os historiadores é o da *representação*. O conceito de representação, no entanto, conforme afirmam historiadores, tem se tornado cada vez mais abstrato e sem um significado fixo. Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito abordado por Roger Chartier (1991, p. 184), em que representação

é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa, [...] é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é. [...] entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente.

Para o autor, representação é apropriação de algo, de alguém que cria uma nova configuração, uma nova imagem sobre aquele objeto, construindo, assim, identidades diferentes conforme seus meios culturais e históricos. Pode haver apropriações diferentes de uma mesma representação, pois, como explica Chartier (1991) sobre o teatro de Shakespeare na América do século XIX, o público ia muito além da elite burguesa e letrada, mas as alterações que fizeram inscreveram o texto numa matriz cultural que não é a mesma dos primeiros públicos na Inglaterra elisabetana. Essas representações logo criam novos usos e novos públicos.

⁵ Segundo Peter Burke (1991), a revista foi fundada em 1929, na França, cujo núcleo principal eram historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. A revista teve cinco títulos: *Annales d’histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d’histoire sociale* (1939-1942, 45); *Mélanges d’histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-1994); *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (1994-)

Em outro exemplo do que seria *representação*, Chartier (1991, p. 184) utiliza as efígies de soberanos durante o Antigo Regime, em que existia “uma imagem presente, mas um objeto ausente”.

O conceito de representação foi inserido na Nova História Cultural, em que Ferro (1988) contribui afirmando que os historiadores dessa linha teórica reconduziram suas fontes para as de origem popular, como folclore, artes e tradições. Aqui entraram os filmes, que fazem parte, atualmente, da cultura popular, pois se torna prático ir a videolocadoras, ou até mesmo assistir em sala de aula, para complementar os estudos.

Sobre as produções deve-se ter muito cuidado ao analisar, pois, como ressalta Peter Burke (2004, p. 199-200),

[...] um filme é o resultado de um empreendimento coletivo no qual o ator e a equipe de filmagem desempenham seus papéis junto ao diretor, sem falar no autor do roteiro, ou no livro em que o filme se baseia tantas vezes – de forma que os eventos históricos alcançam o espectador somente depois de ter passado por um duplo filtro, o literário e o cinematográfico.

As obras cinematográficas dizem muito sobre o momento em que foram produzidas, tendo que confrontar os elementos cinematográficos com os não cinematográficos como autores, produtoras, público, regimes políticos e as variadas formas de censura, ideologias, valores.

Devemos ter em mente que um filme tenta remontar uma época e fatos históricos, mas não uma verdade absoluta, pois, como afirma Peter Burke (2004, p. 200), “o poder do filme é que ele proporciona ao espectador uma sensação de testemunhar eventos.”, porém, atrás de um filme, de um personagem, tem-se uma representação.

Uma produção cinematográfica, ao tentar remontar um período ou personagem(ns), torna-se um mundo fértil para investigação histórica, abrindo um vasto leque de possibilidades para estudos, proporcionando pesquisa sobre as diferentes visões e concepções sobre aquele período, acontecimento e personagens.

Muitas das obras cinematográficas, dispostas em prateleiras de videolocadoras foram regravadas, ou, em alguns casos, há filmes que foram gravados em épocas diferentes, mas que produziram um mesmo acontecimento. Para Peter Burke (2004, p. 209), “[...] pode ser esclarecedor fazer comparações e

contrastes entre filmes que se passam em períodos relativamente remotos [...] com filmes de períodos recentes”.

Partindo do pressuposto de realizar comparações e contrastes, serão analisadas as obras: *The private lives of Elizabeth and Essex*, lançada, no Brasil, com o título “Meu reino por um amor”, em 1939; *The Virgin Queen*, lançado, em 1955, com o título, no Brasil, de “A Rainha Tirana” e *Elizabeth: The Golden Age*, lançado no Brasil, em 2008, intitulado “Elizabeth: A Era de Ouro”. Ambas as obras trazem como personagem a emblemática Elizabeth I.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que a metodologia principal será a análise fílmica histórica, contextualizando o momento retratado e o de produção, compreendendo, assim, as obras cinematográficas que são repletas de simbologia e reflexo do mundo externo às salas de gravação. Juntamente com essa análise serão utilizadas fontes bibliográficas, constituídas, principalmente, por livros e artigos científicos que tratam do tema e do período de reinado da rainha Elizabeth I.

Nesse sentido, os filmes aqui analisados, referem-se a três contextos de produção distintos, pois o primeiro filme, *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939), foi gravado em momento de tensão, prestes à eclosão da Segunda Guerra Mundial, o segundo filme, *The Virgin Queen* (1955), retratado no que Hobsbawn (1995) chama de Era de Ouro, tendo a Guerra Fria como pano de fundo. O terceiro filme, *Elizabeth: The Golden Age* (2008), em momento de Globalização. Assim, a personagem foi representada em períodos com ideologias diferentes, pois um filme sempre retrata aspectos relacionados ao momento histórico em que foi produzido.

Além de observar os distintos contextos de produção, o historiador precisa identificar o que está implícito, o não visível, nas imagens fílmicas. E se não é possível identificar o discurso, as intenções, tensões, o cinema perde a sua dimensão como fonte histórica, como enfatiza Morettin (2011).

A análise será baseada nas singularidades dos filmes, mas apresentam alguns assuntos em comum, como os supostos romances com Walter Raleigh e Robert Devereux (Conde de Essex), tendo como cenário a disputa com a Espanha e a vaidade da rainha. Assim, foram analisadas as singularidades das obras, realizando a comparação entre as representações da Rainha, já que é o mesmo período de reinado, porém com abordagens diferentes. De acordo com Marc Ferro (2010, p. 32), “[...] a análise não incide necessariamente sobre a obra em sua totalidade: ela pode se apoiar sobre extratos, pesquisar ‘séries’, compor conjuntos”.

No primeiro capítulo, aborda-se, brevemente, a contextualização histórica da Inglaterra, desde a chegada dos celtas até o período governado por Elizabeth Tudor. Apresentam-se aspectos políticos, econômicos, sociais e religiosos da Inglaterra nos séculos XV e XVI e, sobretudo, o reinado de Elizabeth I. Para o entendimento do contexto histórico, utilizam-se, principalmente, as bibliografias de Jane Dunn (2004), David Loades (2010), André Maurois (193-?), José Renato Ferraz da Silveira (2014), Elvio Funck (2013), E. L. Woodward (1964) e Antonia Fraser (2012).

Prosseguindo, no segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre o uso da história no cinema, assim como toda a problemática dessa metodologia. As principais obras bibliográficas a serem utilizadas, no que remete à História, cinema e análise cinematográfica serão de Peter Burke (1991 e 2004), Asa Briggs e Peter Burke (2006), Marc Ferro (2010), Marcos Napolitano (2010), Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), Monica Kornis (1992), Michèle Lagny (2009), Jorge Nóvoa (2012), José D'Assunção Barros (2012), Ana Paula Spini (2010), Rafael Rosa Hagemeyer (2012), José Baldissera e Bruinelli (2014) e o cineasta Jean-Claude Carrière (2006).

No último capítulo, apresentam-se os resultados das análises dos filmes com sua contextualização histórica no período de produção e análise das obras: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939), *The Virgin Queen* (1955) e *Elizabeth: The Golden Age* (2008), tendo como bibliografia os autores José Baldissera e Bruinelli (2014), Hobsbawm (1995), Carrière (2006) e, para analisar a simbologia, estudam-se os autores Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2003).

2 DINASTIA TUDOR E A RAINHA ELIZABETH

Neste capítulo, apresentam-se aspectos relevantes do contexto político, econômico, social e religioso da Inglaterra, desde sua origem até o fim da dinastia Tudor com Elizabeth I. Esse foi o passado de que Henrique VII se utilizou para firmar a intenção de ser o real herdeiro da coroa e, assim, poder assumir o trono inglês, passando a coroa para seus descendentes até chegar a Elizabeth I, garantindo a sua legitimidade como herdeira da coroa inglesa.

Evidencia-se, inicialmente, uma breve revisão histórica dos povos que habitaram a ilha da Grã-Bretanha, passando pelos bárbaros⁶, a chegada de Guilherme da Normandia e seus sucessores, até chegarmos à ascensão de Henrique VI e toda a problemática e disputa pelo trono inglês entre duas casas rivais: York *versus* Lancaster, que culminou na Guerra das Duas Rosas (1455 – 1485). Com o fim dessa guerra, chega ao trono Henrique VII, iniciando a dinastia Tudor, uma das mais importantes e lembradas dentro da história da Inglaterra.

A seguir, tecem-se considerações sobre os reinos de Henrique VIII e seus casamentos, realizando a análise da importância do casamento, sobretudo, no contexto político. Posteriormente, expõe-se um breve resumo do curto reinado de Eduardo VI, assim como de Jane Grey e Maria Tudor, culminando no longo reinado de Elizabeth I da Inglaterra.

2.1 Breve retrospectiva histórica da Inglaterra

Atualmente, a Inglaterra é o maior país do Reino Unido⁷, com 63.489.234 habitantes⁸, e tem como soberana Elizabeth II, da dinastia Windsor, desde 1952. Na sua história, já foi considerada o maior império sendo destinado a ela o epíteto “no

⁶ “A palavra “bárbaro” designava, inicialmente, o indivíduo incapaz de se expressar com fluidez em grego. [...] Os “povos bárbaros” foram inventados, de certa forma pelos romanos, que lhes atribuíam características de unidade étnica e referências territoriais que não possuíam: Gália de César e a Germânia de Tácito eram fruto da imaginação de seus autores. Foi o contato com os assentamentos militares externos do Império o que, ao atrair povoadores bárbaros e fixá-los em suas proximidades, contribuiu para facilitar sua união e para que se agrupassem em confederações” (FONTANA, 2005, p. 11 e 20).

⁷ Estado formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Juntos formam o Reino Unido, governado pela coroa inglesa.

⁸ REINO UNIDO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: 17 mai. 2015.

império britânico o sol nunca se põe”, na época governada por Vitoria (1837-1901)⁹, por possuir o maior império em extensão do mundo naquele momento.

O atual país da Inglaterra corresponde a uma parte da ilha da Grã-Bretanha¹⁰, que, gradualmente, recebeu celtas, romanos¹¹, povos que fizeram Londres crescer. Com o declínio do Império Romano, ondas bárbaras invadem a área insular, como os anglo-saxões e dinamarqueses.

Os dinamarqueses misturaram-se à população anglo-saxônica e adotaram a língua. Com a morte de Eduardo (1042-1066), em janeiro de 1066, foi eleito¹² Haroldo II (1066), porém não obteve apoio unânime.

Na Normandia, estava sendo preparada uma invasão, a fim de controlar o trono que estava “vago”. Esse conquistador era Guilherme da Normandia (1066-1087)¹³, que chegou ao território inglês em 1066 e, para fortalecer seu controle real,

[...] conservou as práticas administrativas anglo-saxônicas. A terra continuou dividida em *shires* (condados), administrados por *sheriffs* (agentes reais). Essa estrutura dava ao rei o controle dos governos locais. Para conhecer seus recursos financeiros, Guilherme ordenou um grande censo da população e seus bens, em todo o território. [...] Assim, [...] Guilherme sabia quais eram os bens de seu reino (PERRY, 2002, p. 168, grifo do autor).

De acordo com Hilário Franco Júnior (2001), foi Guilherme da Normandia que instituiu, na Inglaterra, o Feudalismo¹⁴, pois inseriu os homens que o acompanharam

⁹ Utilizar-se-á o período de governo como critério, quando se tratar de períodos governados pelos soberanos. Rainhas consortes e demais indivíduos terão data de nascimento e falecimento.

¹⁰ A Grã-Bretanha é uma ilha, localizada ao norte da Europa. Nessa ilha, estão localizados quatro países que compõem o Reino Unido: Inglaterra, Escócia e País de Gales.

¹¹ Em 54 a.C foram conquistados pelos romanos. Porém o norte da ilha ainda estava difícil de ser dominado pelos romanos. O Imperador Adriano (117-138) desistiu dessa conquista e mandou construir, no ano 120, um muro guarnecido cortando a ilha. Hoje seus restos arqueológicos são conhecidos como Muralha de Adriano.

¹² Neste período, para tornar-se rei era necessária a aprovação dos grandes barões.

¹³ As datas referem-se ao período de reinado na Inglaterra.

¹⁴ Termo elaborado, no século XVII, que designa o sistema político, econômico e social, sobretudo, na Europa medieval. Segundo Hilário Franco Júnior, foi uma formação social surgida das condições do desaparecimento do Império Romano e da penetração de tribos germânicas. Devido à falta de escravos e, para abastecer o sistema até então vigente, buscou-se um novo, e os grandes proprietários acharam nesse novo sistema uma forma de explorar suas terras, dividindo-as em duas partes: a reserva senhorial e os lotes camponeses. “Esses lotes eram entregues a indivíduos em troca de uma parcela do que eles aí produzissem e da obrigação de trabalharem na reserva senhorial sem qualquer tipo de remuneração. Tudo que era produzido na reserva cabia ao proprietário.” (FRANCO JUNIOR, 1984, p. 11), o que significava ter casa, comida e proteção em época de dificuldades e incertezas. Assim surgia o colono, com jurisdição desde o século IV. Devido à concentração de poder nas mãos dos senhores feudais, ocorreu a fragmentação do poder central, pois a economia estava sendo gerida pelos senhores e dessa forma “os reis iam pouco a pouco se empobrecendo e se enfraquecendo” (FRANCO JUNIOR, 1984, p. 15). Nesse período, a cultura era regida pela Igreja Católica Romana. Nesse período também, há a presença de guerreiros que protegiam os territórios senhoriais. Na necessidade de guerras, os senhores encaminhavam esses

nas terras usurpadas da população nativa. Assim, foram criados 5.000 feudos, cujos detentores eram vassallos¹⁵ reais, mas os vassallos desses também deviam fidelidade ao rei.

Guilherme faleceu em 1087, deixando a Normandia para Roberto, seu filho primogênito, e a Inglaterra a seu filho segundo, Guilherme Rufo. Guilherme II (1087-1100) morreu treze anos depois, ascendendo ao lugar seu irmão Henrique I (1100-1135). Este casou-se com a filha do rei da Escócia, Edite Maltide, descendente em oitava geração de Alfredo, o Grande¹⁶.

Sua filha, Matilde, foi prometida a Godofredo, cognominado o Plantageneta, filho e herdeiro do conde de Anjou. Após a morte de Henrique I, inicia-se uma disputa pelo trono, porém Henrique II (1154-1189), filho de Matilde, neto de Henrique I, assume o trono.

A partir daí, inicia-se a sucessão por linhagem sanguínea, Henrique II foi sucedido por Ricardo I (1189-1199), que faleceu nas Cruzadas, assumindo seu irmão João Sem Terra (1199-1216), tendo como grande acontecimento a Magna Carta (1215) que restringia o poder do rei.

Um costume que permaneceu, oriundo das invasões célticas, foi o fato de que o rei deveria ouvir a opinião dos homens importantes do reino, e Henrique III (1216-1272) baseado nesse costume criou a ideia inicial do que seria futuramente o Parlamento, para ouvir a opinião dos homens importantes, pois, como cita Perry (2002, p. 170),

No século XIII, tornou-se então norma aceita que o rei não decidiria questões importantes sem consultar esses conselheiros, reunidos no Grande Conselho. A pequena nobreza e os cidadãos também passaram a ser convocados para se reunirem com o rei. Esses dois grupos tornaram-se mais tarde conhecidos a Câmara dos Lordes (bispos e nobres) e a Câmara dos Comuns (cavaleiros e burgueses). Foi criado assim o Parlamento inglês. [...] o rei não dispunha de poderes ilimitados, não estava acima da lei. Os direitos do povo eram protegidos por certos princípios implícitos no direito comum e na Magna Carta e pelo poder do Parlamento.

militares para o rei. Resumidamente, “O que se deve chamar de feudalismo ou termo correlato (modo de produção feudal, sociedade feudal, sistema feudal etc.) é o conjunto da formação social dominante no Ocidente da Idade Média Central, com suas facetas políticas, econômicas, ideológicas, institucionais, sociais, culturais, religiosas (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 62).

¹⁵ Sua importância já data de meados do século VIII. Designa um homem livre que se havia recomendado a outro. Segundo Hilário Franco Júnior (1984), à recomendação acrescentou-se o juramento de fidelidade como um reforço religioso, “[...] ou seja, dos dois atos nasciam as relações vassálicas.” (FRANCO JUNIOR, 1984, p. 19)

¹⁶ Alfredo, o Grande, (871-899), de acordo com Woodward (1964), foi um dos principais reis durante o período de domínio anglo-saxônico, responsável por libertar metade da Inglaterra dos dinamarqueses.

Porém, apenas Eduardo I (1272-1307) é que conseguiu fazer nascer o sistema do moderno Parlamento inglês. Assim, todos os reis seguintes possuíam seus poderes restritos por essas instituições, o que justifica até hoje o poder limitado da coroa inglesa. Alguns reis conseguiram colocar o parlamento sob seu controle.

Após Eduardo I, assumiram o poder Eduardo II (1307-1327) e Eduardo III (1327-1377), sendo um descendente sanguíneo direto do anterior.

Eduardo III, de acordo com Woodward (1964), gostava de guerra e usou a rivalidade entre franceses e ingleses, tal como a ofensiva do rei francês contra os territórios ingleses no sudoeste da França, e a pretensão ao trono francês para prosseguir com a disputa contra os franceses, iniciando a Guerra dos Cem Anos¹⁷.

2.2 A Guerra das Duas Rosas e Henrique VII

A partir de Eduardo III, há a formação de duas casas na Inglaterra, a primeira casa, dos Lancaster (ou Lancastre) são descendentes de João de Gante, Duque de Lencaster. A segunda casa, dos York, são descendentes de Edmundo de Langley, duque de York. Ambos, João e Edmundo, eram filhos de Eduardo III.

O filho mais velho era Eduardo, o Príncipe Negro e, por falecer antes do pai, assumiu seu filho, neto de Eduardo III, com o nome de Ricardo II (1377-1399) após a morte do rei.

Ricardo II, considerado por Woodward (1964) muito temperamental, voltou-se de súbito contra seus adversários, apoderando-se da herança lancastriana de João de Gante. Por exilar seu primo, Henrique de Lancaster, filho de João, este rebela-se contra o rei, e, em disputa, obriga Ricardo a abdicar, tomando seu lugar como rei, assumindo como Henrique IV (1399-1413). Com o seu falecimento, assume o trono, Henrique V (1413-1422).

¹⁷ Devido à descendência de Guilherme da Normandia, os soberanos ingleses acreditavam que eram herdeiros e os verdadeiros reis da França. Destaca-se que Guilherme da Normandia tinha territórios no sudoeste da França e Inglaterra. Posteriormente, o casamento de Henrique II com Leonor da Aquitânia acrescentou os territórios da Normandia ao Maine e ao Anjou. A prática do rei francês era expulsar do território francês os ingleses, para consolidar o seu poder. Porém, com a resposta ofensiva de Eduardo III, a guerra teve início em 1337 e terminou em 1453. Não de forma contínua, havendo períodos de paz como depois de 1360 e de 1389 a 1403.

Henrique V casa-se, em junho de 1420, com Catarina Valois (1401-1437), filha mais nova de Carlos VI (1380-1422) da França e sua consorte¹⁸, Isabel da Baviera (1370-1435). Logo, seu filho herdaria os dois tronos de acordo com o Tratado de Troyes (1420) assinado entre os dois reinos.

O casamento com Catarina Valois era o prêmio pela conquista, pela vitória contra a França, pois seu filho foi reconhecido como herdeiro do trono francês, mantendo também, em seu poder, a região da Normandia.

Em dezembro de 1421, Catarina realizou o seu dever mais importante e incontornável: deu à luz a um menino que sobreviveu e desenvolveu-se. Em agosto de 1422, o rei vem a falecer de disenteria, deixando um herdeiro criança e uma esposa aos 21 anos.

De acordo com o Tratado de Troyes, o nascimento do seu filho, deserdaria o irmão de Catarina, Carlos, do trono francês, iniciando uma guerra aberta. Nesse momento, a Inglaterra estava sendo governada pelo tio e tutor do rei, o duque Humphrey (1390-1447).

Henrique foi coroado em 1429, como Henrique VI (1422-1461 e 1470-1471) e sua educação foi passada para tutores masculinos. Catarina permaneceu nos aposentos reais até 1430.

Com o consentimento do Conselho, Catarina casou-se “com um dos seus pajens, um fidalgo galês chamado Owain ap Maredudd ap Tudur (Owen Tudor)” (LOADES, 2010, p. 28). O casamento ocorreu entre 1429 ou 1430.

Catarina e Owen tiveram 4 filhos, um deles, o mais velho, era Edmundo Tudor (1430-1456). Enquanto enferma, no final da sua vida, seus filhos foram entregues aos cuidados do Duque de Suffolk¹⁹, menosprezando Owen Tudor (?-1461). Porém nunca foram esquecidos pelo meio-irmão, o rei Henrique VI, recebendo terras e títulos. Edmundo casou-se com Margaret Beaufort (1443-1509), filha de João Beaufort, duque de Somerset, ou seja, era bisneta de João de Gante, tendo sangue Lancaster, como mostra a figura 2.

Quando Catarina faleceu, era considerada rainha viúva e princesa da França, e não como Sr^a. Owen Tudor, inclusive, seus filhos com Owen Tudor só foram conhecidos pelo público depois de ser enterrada.

¹⁸ As rainhas consortes eram primordialmente esposas. “Não exerciam *dominium*, mas faziam parte integrante a nível político e ideológico do devido emprego da autoridade do marido. O que detinha era um estatuto e não um cargo [...]” (LOADES, 2010, p. 12, grifo do autor).

¹⁹ William de la Pole (1396-1450).

É deste relacionamento que surgiria uma das grandes dinastias na história inglesa e que acabaria futuramente com a Guerra das Rosas²⁰, como se pode observar pela figura 2, “Linhagem Tudor”, na página 58.

Henrique VI casou-se com Margarida de Anjou (1430-1482) em 22 de abril de 1445. Margarida era sobrinha de Carlos VII (1422-1461) da França. O único filho que tiveram foi batizado com o nome de Eduardo, pouco antes de o rei entrar em estado vegetativo devido à esquizofrenia catatônica, em 1453, como aponta David Loades (2010). É neste momento que ocorre a desavença entre York e Lancaster, pois o rei ficou afastado do reino durante 10 anos, assumindo como regente, seu primo, da casa de York, Ricardo de York, severo rival de Margarida. York era reconhecido como herdeiro de Henrique VI antes do nascimento de Eduardo e voltaria a ser, caso o príncipe falecesse. Em 1454, o rei retoma a consciência. O Duque de York renuncia em favor do rei, em fevereiro de 1455.

Os que eram favoráveis aos York retiraram-se da corte, temendo uma vingança política, devido às suas ações como regente. Porém, como Loades (2010, p. 43-44) afirma, quando a “corte vai para Lancaster são interceptados por Duque de York e pelo Conde de Warwick²¹, que contava com cerca de 4000 homens armados. [...] e o resultado foi a primeira batalha de St. Allans [...]”, em 22 de maio de 1455. Foi a primeira batalha pela Guerra das Duas Rosas. Nessa batalha, a corte foi esmagada e o Duque de Somerset, aliado Lancaster, foi morto.

O rei foi levado à abadia e York renovou seus votos de vassalagem e fidelidade, fazendo com que o conselho fosse liderado por ele, porém não foi tão fácil assim, pois não era bem recebido no Conselho pelos demais membros e nem recebia qualquer tipo de favor do rei. Inclusive, segundo Loades (2010), no Grande Conselho de 1459, o Duque e seus seguidores foram acusados de traição. Era o sinal de um confronto militar.

O conflito tem início e o rei é capturado e enviado para Londres, enquanto Margarida e Eduardo foram para a Escócia. O rei não defende a posição de Eduardo e acaba reconhecendo Ricardo como sucessor. Ricardo foi morto, posteriormente, na batalha de Wakefield, em dezembro de 1460.

²⁰ Recebe este nome porque os York são representados pela rosa na cor branca, e os Lancaster pela rosa vermelha.

²¹ Ricardo de Neville, conhecido como “o fazedor de reis”.

A rainha voltou para a Inglaterra chefiando um exército misto de escoceses e de familiares dos lordes do norte, porém os londrinos não a receberam. Esse sinal era o suficiente para os yorkistas e o Conde de March, filho de Ricardo de York ser proclamado rei como Eduardo IV (1461-1470 e 1471-1483), em Londres, em 4 de março de 1461.

O exército de Eduardo IV alcançou o exército da rainha. Esta fugiu novamente para a Escócia, levando Eduardo e Henrique VI. Henrique ficou na Escócia e Margarida de Anjou, juntamente com seu filho, voltaram para a corte do seu tio, ficando lá até 1468. Porém o Conde de Warwick troca de lado na disputa, e procura a rainha Margarida, buscando colocar Henrique novamente no trono inglês.

O exército de Margarida invade Londres e retira Henrique VI da Torre, sendo exibido na Catedral de S. Paulo como rei. Em 11 de abril de 1471, Eduardo IV retoma Londres e, nessa batalha, o Conde de Warwick morre.

Nesse mesmo dia, Margarida chega em território inglês, acompanhada pelo seu filho, Eduardo, Duque de Somerset e o Conde Devon, porém foram alcançados pelo exército de Eduardo IV. Nessa batalha morreu o príncipe Eduardo e o Conde de Devon. Margarida e o Duque de Anjou foram capturados, e o último executado posteriormente.

Eduardo IV regressou à capital em 21 de maio de 1471 e, nessa mesma noite, Henrique faleceu na Torre em circunstâncias misteriosas, segundo Loades (2010).

O destino de Margarida foi diferente, esta foi resgatada pelo primo francês, Luis XI (1423-1483), em 1475, devido ao acordo de paz com a Inglaterra. Margarida faleceu em agosto de 1482.

Eduardo IV casou-se com Isabel Woodville (1437-1492), que foi uma dama da rainha Margarida de Anjou, em 1464, de forma secreta. Ficaram casados por 19 anos e tiveram 10 filhos.

Loades (2010) afirma que, inicialmente, Isabel era muito impopular, porém, com o nascimento de um filho, em 1470, que recebeu o nome de Eduardo em homenagem ao pai, conseguiu popularidade. Seu segundo filho, Ricardo, nasceu em agosto de 1473. Quando o rei faleceu em abril de 1483, aos 42 anos, nenhum dos seus dez filhos estava casado, por isso seu filho, Eduardo V (1483), assumiu aos 13 anos.

Na última semana de vida, o rei escolheu seu irmão, Ricardo de Gloucester, como regente. Porém, Ricardo receava um golpe de estado contra si, e, no dia 12 de junho de 1483, apoderou-se da coroa e foi proclamado rei como Ricardo III (1483-1485).

Seus sobrinhos e herdeiros da coroa por direito, Eduardo e Ricardo, desapareceram. Em janeiro de 1484, o Conselho decretou que Isabel nunca tinha sido casada com Eduardo IV, e portanto, seus filhos seriam bastardos, garantindo, assim, a legitimidade de Ricardo III no trono. Isabel foi privada dos seus territórios e condenada, literalmente, à penúria. Apenas foi-lhe cedida uma pensão e um local para viver²².

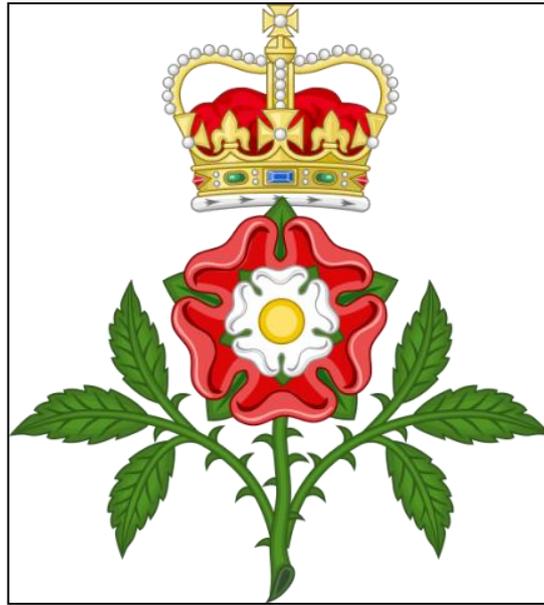
Quando Ricardo III, voltou-se contra Eduardo V, acabou dividindo os York. O casamento de Elizabeth de York, filha mais velha de Eduardo IV com Henrique de Richmond²³, futuro Henrique VII, aliou os membros da casa de Lancaster com os York ressentidos com Ricardo.

Henrique derrotou Ricardo III na batalha de Bosworth (1485), assumindo o trono como Henrique VII (1485-1509), marcando o fim da Guerra das Duas Rosas. A dinastia Tudor assume como símbolo da casa a mescla das rosas de Lancaster e York, como mostra a figura 1. A Rosa Tudor, como é conhecida, foi representada inúmeras vezes nos quadros de membros da dinastia, tal como em construções e obras referente ao período.

²² Sua sorte voltou apenas, quando Henrique VII decidiu honrar a promessa de casar-se com sua filha mais velha, Elizabeth de York. Com o casamento real, seus territórios e heranças foram restituídos.

²³ “Nasceu no castelo de Pembroke, em 1457. Seu avô, Sir Owen Tudor afirmava descender de antigos reis britânicos” (WOODWARD, 1964, p. 69).

Figura 1 - Rosa Tudor



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/-XYa_h4W4_Lw/URvF_tXM8yl/AAAAAAAAABoY/1IAjn3s33i8/s1600/rosa-tudor1.png

A pretensão ao trono vinha pelo lado da mãe, pois, como se pode observar na figura 2, p. 58, Henrique era filho de Margaret Beaufort, bisneta de João de Gante com Catarina Swynford, a sua terceira esposa. O problema é que o casamento de Catarina com João só havia sido reconhecido postumamente, o que impedia as pretensões de Henrique VII ao trono. Porém, é claro que se podia defender que o casamento foi validado, e essa era a desculpa dos apoiantes de Henrique. Elizabeth de York poderia, por direito, requerer o trono, mas não o fez e apoiou Henrique VII.

Quando assumiu o trono inglês, havia, na Inglaterra, um intenso desejo de paz por parte da população, além disso, o poder feudal decaía, e os laços que, durante tanto tempo vincularam a ilha ao continente, enfraqueciam. Recebia um país cansado de guerras civis, desejoso de estabilidade e autoridade, bem como repleto de ódio e receio em relação à França e à desconfiança com estrangeiros.

Woodward (1964, p. 88-89, grifo do autor) enfatiza que a Inglaterra estava necessitando de uma dinastia que fortificasse o Estado e o poder, fazendo uma breve descrição de como essa dinastia governou:

A dinastia Tudor representava a maior concentração efetiva de poder, na Inglaterra, desde a conquista normanda, mas os monarcas, felizmente para a Inglaterra, não eram absolutos no sentido de controlarem um grande exército e burocracia, de disporem de imensas receitas e de governarem súditos cujo hábito de obediência não conhecia limites. Os Tudor nunca tiveram um grande exército nem o dinheiro suficiente para alugar mercenários para a guerra [...]. Eram muito mais ricos que os seus predecessores, por terem ganho com o empobrecimento das grandes famílias [...]. O aumento do custo de vida prejudicou muitos dos aumentos de receitas e, por fim, a finança (acima de tudo, o encargo de governar a Irlanda) arruinou a dinastia. Disso resultou que, em vez de obter a obediência constante dos seus súditos, os Tudor nunca estiveram livres do perigo de conspiração, ou mesmo dos pretendentes rivais ao trono. [...] os soberanos Tudor eram mais astutos que os Stuart, isto é, na opinião pública geral; o crescimento de importância e autoestima do Parlamento mostra que a opinião pública tinha de ser tomada em consideração. Os Tudor tiveram êxito no governo porque [...] possuíam as qualidades pessoais necessárias para as funções. [...] podiam ser cruéis e desapiadados, mas sabiam como governar os seus súditos.

Henrique VII e Elizabeth de York tiveram seis filhos registrados e vários outros natimortos. O casamento durou 17 anos e, quando Isabel faleceu ao dar à luz a Catarina, apenas estavam vivos duas filhas e um filho.

O primeiro filho do casal nasceu em 19/09/1486, batizado como Artur. Na sequência, vieram Margarida (1489-1541), Henrique (1491-1547), Isabel (1492-1495), Maria (1496-1533), Edmundo (1499-1500) e Catarina (1503 - natimorta). Artur faleceu em 2 de abril de 1502, pouco tempo após o casamento com Catarina de Aragão. O rei, Henrique VII, faleceu em 1509, assumindo o filho Henrique VIII (1509-1547), que estava com 18 anos.

Henrique VII protegeu a indústria têxtil impondo taxas sobre as exportações de lãs brutas, elevando o preço dos tecidos que os flamengos produziam com as lãs inglesas, estimulando os proprietários de terra a criarem carneiros. Quando faleceu, o desenvolvimento industrial, as relações comerciais com importantes regiões como Veneza, Países Baixos e Castela, e as conquistas marítimas anunciavam a futura grandeza dos ingleses como povo marítimo.

O sistema político da Inglaterra, nesse momento, estava funcionando, como descreve Roland Mousnier (1995, p. 194):

[...] o rei não podia lançar novos impostos, nem promulgar novas leis, sem o consentimento do Parlamento, representantes do clero e dos nobres, reunidos na Câmara dos Lordes e deputados dos livre-foreiros e dos burgueses, agrupados na Câmara dos Comuns [...].

No Parlamento, encontravam-se homens entre os quais muitos viviam da fabricação dos panos e do comércio da lã. Henrique VII introduziu, no Parlamento, a representação da classe rural, porém convocou o menos possível.

Os membros do seu conselho não eram magnatas, mas filhos de burgueses educados nas universidades. O rei também estimulou a expansão marítima, lançando as bases para sua legislação, criou um arsenal, mandou colocar canhões a bordo dos navios, enviou o genovês Giovanni Caboto²⁴ em busca de nova rota marítima, o que levou à descoberta da Terra Nova e do Labrador.

2.3 O reinado de Henrique VIII

Quando assumiu o trono inglês, inúmeros autores concordam que o rei Henrique VIII possuía um ótimo físico, era exímio arqueiro, dominava o tênis e a equitação. Gostava das letras, escrevendo poemas, músicas e seus próprios hinos. Também gostava de mostrar seus conhecimentos e discutir assuntos filosóficos, e não desprezou a colaboração e conselhos de homens mais experientes, como Thomas Wolsey (1474-1530), Thomas More (1478-1535) e Thomas Cranmer (1489-1556).

Segundo Funck (2013), seu pai deixou o tesouro inglês transbordando tirando as preocupações do futuro rei com o Parlamento. Também deixou “a casa em ordem”, o que permitiu a Henrique VIII governar sem maiores oposições, o que permitiu a ele que sonhasse em reconquistar terras na França.

Durante seu reinado e dos três filhos, o absolutismo²⁵ inglês tomou forma. Uma das instituições que merece destaque para a fortificação do poder foi a chancelaria²⁶, e o seu sucesso sempre variou de acordo com o personagem que assumiu: o primeiro foi Thomas Wolsey, que foi subindo ao poder até tornar-se chanceler, quando da sua queda em outubro de 1529, assumiu Thomas More até 1532, quando do anulamento do casamento de Henrique VIII e Catarina de Aragão, seguido por Thomas Cromwell (1485-1540), que ficou no cargo de Lorde Chanceler até 1540, quando foi executado.

²⁴ Naturalizado veneziano. Já tinha viajado para Meca e possuía conhecimentos de navegação. Obteve apoio de Henrique VII em 1496.

²⁵ Forma de governo em que o poder é centralizado no monarca e transmite hereditariamente. Esse poder surge no início da Idade Moderna, quando acontece a formação dos Estados nacionais. Na Inglaterra o poder foi restrito desde muito cedo com o Parlamento.

²⁶ O Chanceler redigia atos dos soberanos, garantindo sua autenticidade.

Funck (2013, p. 137, grifo do autor) explicita importantes aspectos que marcaram o período em que a Inglaterra foi governada por Henrique VIII:

[...] os anos em que este segundo Tudor reinou na Inglaterra foram de grandes transformações históricas. O mapa da Europa começava, lentamente, a assumir os contornos modernos e a França se via livre, definitivamente, de seu mais poderoso inimigo, o rei da Inglaterra, pois somente a cidade-porto de Calais [...] ainda permanecia sob o poder britânico, como último remanescente das conquistas da *Guerra dos Cem Anos*. Haveria também grandes transformações no campo da religião, com o advento de Lutero e do Anglicanismo, no campo das ciências, com Copérnico e Galileu, e, no campo da literatura, com o surgimento de grandes nomes, como Shakespeare, Cervantes e Montaigne.

Muitos se lembram do rei pelos seus seis casamentos, mas nem mesmo Henrique VIII acreditaria, no início do seu reinado, que se casaria com seis esposas tão distintas. Quatro delas eram da própria corte real inglesa e duas estrangeiras. De acordo com Antônia Fraser (2012, p. 7), podem ser colocadas na seguinte ordem: “Divorciada, decapitada, morreu... divorciada, decapitada, sobreviveu”, assim passaram a ser conhecidas as suas esposas, não pelas suas vidas, mas sim como terminaram.

A primeira foi Catarina de Aragão, filha de Isabel I de Castela (1474-1504) e Fernando de Aragão (1479-1516). A princesa era a quinta e última filha gerada pelo casal, nascida em 16 de dezembro de 1485. Catarina e seus irmãos foram criados sob a tutela da rainha, vivendo de forma seminômade e vivenciando as vitórias dos pais. A educação que Catarina e seus irmãos receberam foi um dos principais legados de Isabel para seus filhos cuidando para que fossem criados nas bases da educação renascentista e as filhas treinadas para ascender em tronos europeus.

Em uma época de tensas guerras no continente europeu, as filhas dos Reis Católicos²⁷ eram grandes trunfos para alianças matrimoniais. Nesse período, a Inglaterra era uma potência menor se comparada ao trio: Espanha, França e Sacro Império Romano-Germânico²⁸. A biógrafa Fraser (2012) expõe que a população

²⁷ O casal, a partir do casamento, realizou a unificação política e territorial da Espanha, tendo sido seus primeiros soberanos. Receberam o título, em 1494, pelo papa Alexandre VI (1492-1503), visando equipará-los aos “Cristianíssimos” reis franceses. Todos os reis espanhóis que seguiram o casal puderam utilizar o título.

²⁸ Suas origens estão na partilha do Estado Carolíngio. Na ocasião, surgiu a Germânia medieval, fracionada em quatro ducados (Saxe, Baviera, Suábia e Francônia). Os nobres do de Saxe fizeram coroar imperador Oton, que tinha como ambição política formar um império único ao Ocidente. O Império foi fundado em 962 por Oton I e se estendeu até 1806. No seu apogeu, durante os séculos XVI-XVII, formava um conjunto de 300 Estados, teoricamente ligados à ideia de império, mas, na prática, independentes e com administrações próprias. O imperador era eleito por um colégio de sete

inglesa não passava de dois milhões e meio, muito inferior comparada aos sete milhões e meio de Castela e Aragão ou aos quinze milhões da França. Porém, a Inglaterra possuía vantagem nos jogos diplomáticos e militares, devido à sua posição geográfica: mercadores espanhóis precisavam da proteção da Inglaterra ao navegar em direção à Holanda se a França os proibisse.

Assim, o primeiro casamento por procuração entre a princesa Catarina e o príncipe Artur foi realizado em maio de 1499. Catarina chegou à Inglaterra em 1501, parte do dote foi entregue na sua chegada, o restante seria entregue após o casamento. Nessa época, já era perceptível a grande diferença entre o franzino Artur e o forte Henrique.

Artur, como dito anteriormente, faleceu em 1502. Esperou-se certo tempo para garantir se Catarina estava grávida, esta que afirmava veemente que não ocorreu a consumação. Após o falecimento do príncipe, Fernando de Aragão solicitou o retorno imediato de Catarina, porém foi obrigada por Henrique VII a ficar na Inglaterra, devido ao restante do dote não entregue, prometido após o casamento.

Segundo Loades (2010), para permanecer com a aliança com o reino de Castela e Aragão, a mão de Catarina (com 17 anos) foi prometida ao príncipe Henrique (11 anos), após licença papal. Porém Henrique VII mudou de ideia, e o jovem príncipe Henrique teria que renunciar ao casamento quando atingisse 14 anos. Durante este tempo que esteve na Inglaterra, Catarina foi embaixadora espanhola em solo inglês e, de acordo com os relatos de Antonia Fraser (2012), foi humilhada pelo rei Henrique VII e renegada por Henrique quando completou 14 anos. Sobreviveu com o mínimo possível.

Henrique VII faleceu em abril de 1509, deixou um filho adulto e uma nora viúva. Loades (2010) afirma que, neste período, Henrique VIII era um homem magnífico, imponente e alto, já Catarina era aparentemente magra, pequena, arruivada e bonita, conforme retratos da época. Devido à necessidade de conservar a aliança espanhola,

Estados. Havia uma grande variação linguística, o que impossibilitava a unidade política desse enorme Estado.

[...] o Conselho desejoso de conservar Catarina como rainha, suplicou a Henrique que a aceitasse como mulher. Um passo do Levítico proibia, porém, as uniões entre cunhado e cunhada; foi preciso obter uma bula do Papa (1503) e provar que o primeiro casamento de Catarina não chegara a consumir-se (MAUROIS, 193-?, p. 187).

As explicações para Henrique casar-se com Catarina ainda são diversas e contraditórias, mas sabe-se que se casaram em 11 de junho de 1509. Ele ia completar 18 anos e ela estava com 23 anos. Casou como donzela, com cabelos soltos. Foram coroados juntos em 24 de junho de 1509.

Em pouco tempo, Catarina estava grávida, gerando euforia no reino. Em janeiro de 1510, Catarina dá a luz a uma menina prematura, sem vida. Houve grande tristeza, mas o que aliviava o fato é que Isabel de Castela era fértil e, teoricamente, sua filha também seria, além disso o casal real era jovem. Em poucas semanas, Catarina estava grávida novamente e, no ano novo de 1511, deu à luz a um menino, que foi chamado de Henrique, tendo como padrinho o Cardeal Thomas Wolsey. Porém, em 22 de fevereiro, o bebê faleceu, sendo entendido como um castigo de Deus. Fraser (2012) afirma que, neste período, a mortalidade infantil era altíssima e que, mesmo nas famílias mais abastadas, em média, apenas duas crianças a cada cinco nascimentos sobreviviam.

Devido a essas infelicidades, Henrique VIII volta-se para as guerras, entrando em guerra contra a França. Durante sua saída, Jaime IV (1488-1513) da Escócia invadiu o norte da Inglaterra e Catarina liderou um exército, vencendo o cunhado²⁹ Jaime IV, dedicando sua vitória ao esposo.

Em setembro de 1514, estava grávida novamente, mas, em janeiro de 1515, dá à luz um natimorto. Já estava com 30 anos. Devido às decepções dos herdeiros, o rei começa a se afastar da rainha e o Cardeal Wolsey assume a posição de influência que Catarina exercia.

No outono europeu de 1515, estava grávida novamente, dando à luz uma menina saudável: Maria. Porém, as tentativas pelo filho varão e herdeiro do trono não cessaram e, no início de 1518, nasceu mais um bebê natimorto. Depois disso, não engravidou mais.

Neste período, Henrique possuía uma amante: Isabel Blount (1502-1540?), que estava na corte desde 1512. Em finais de 1518, estava grávida do rei. Em 1519,

²⁹ Jaime VI era casado com Margarida Tudor, irmã de Henrique VIII.

deu à luz um menino saudável: Henrique Fitzroy³⁰ (1519-1536). O fato do nascimento do filho abalou profundamente Catarina, voltando-se fortemente para suas devoções religiosas. Segundo Loades (2010), ganhou a reputação de dama caridosa e tornou-se modelo a ser seguido.

Henrique Fitzroy, não poderia assumir, caso Henrique VIII falecesse, pois era filho ilegítimo. O único meio para isso acontecer era se Henrique casasse com Isabel, porém esta já havia casado.

Aos 40 anos, Catarina não era mais atraente, e o rei já tinha outra amante: Maria Bolena (1499?-1543), filha de *Sir* Tomás Bolena (1477-1539), diplomata inglês que conseguiu inserir com sucesso a filha mais velha na corte.

A filha do rei, Maria, foi enviada para Gales e a influência de Catarina reduzida. Em 1526, Henrique convenceu-se de que o seu casamento tinha violado uma lei divina e estava sendo castigado pela falta do filho varão. Loades (2010) diz que a dúvida surgiria do próprio rei e anterior a qualquer envolvimento com Ana Bolena (1501-1536), irmã de Maria Bolena.

Nessa época, estava claro que Catarina não poderia dar mais à luz um menino. Havia Maria, mas não parecia ser a melhor opção. Maurois (193-?, p.188) explica:

O trono da Inglaterra fora transmitido pelas mulheres; Henrique VIII mesmo só o recebera de sua mãe. A única mulher, porém, que desde a Conquista tinha reinado fora Matilde e dezenove anos de desordem constituíam um exemplo pouco animador. O interesse da dinastia e o do país exigiam um filho varão.

Henrique percebe a necessidade de casar-se com uma nova mulher, a fim de gerar esse filho e torná-lo legítimo, não como ocorreu com Henrique Fitzroy.

Ana Bolena, enviada em 1513 para a corte de Margarida, Arquiduquesa da Áustria³¹ (1480-1530), juntou-se à irmã Maria Bolena, em Paris, em outubro de 1514, quando Maria Tudor, irmã mais nova de Henrique VIII foi coroada rainha da França, devido ao casamento com o rei francês Luís XII (1498-1515). Quando Maria Tudor retornou para Inglaterra, devido ao falecimento do rei francês, levou consigo suas damas, porém Ana ficou como uma das damas de companhia de Claudia Valois

³⁰ Segundo Funck (2013, p. 141, grifo do autor), "Fitzroy era o sobrenome normalmente dado a um bastardo real. "Fitz" é uma corruptela da palavra francesa "fils", isto é, filho."

³¹ Filha do Imperador Maximiliano I do Sacro Império Romano-Germânico. Foi regente dos Países Baixos e participou da educação do sobrinho e futuro Carlos V.

(1499-1524) e aprendeu a falar francês e os costumes da corte. Ana Bolena retornou para a Inglaterra, quando seu pai o solicitou devido à ascendente rivalidade entre as duas coroas em 1521. Quando retornou à Inglaterra, ocupou um cargo no Conselho Privado da rainha Catarina, estando visível para a corte. Com a falta de interesse de Henrique por Maria Bolena, *Sir Tomás* conseguiu colocar Ana na presença do rei, e assim, iniciou-se um amor cortesão, com o envio de cartas e presentes negados por Ana.

Loades (2010) assinala que ela tinha uma sexualidade eletrizante, era excelente nas danças de vários tipos, tocava vários instrumentos, era espevitada e independente, o que atraiu o rei.

Na época para solicitar o anulamento do casamento era necessário recorrer à Roma e a justificativa era que Catarina havia se casado com Artur, irmão do rei, e mesmo com a licença papal em 1503, a rainha havia mentido sobre a consumação do seu primeiro casamento e Henrique VIII estava sendo “amaldiçoado”. Para conseguir a anulação, encarregou Wolsey para tratar com o pontífice. Porém, falhou e ocorreu a sua queda. Esse não foi o único motivo de sua queda, mas também por suas relações internacionais que estavam se voltando para o lado espanhol, em momento que Catarina, tia do imperador Carlos V³², estava em decadência, e o papa sob controle do imperador, que, neste momento, eram inimigos.

A queda de Wolsey levou à ascensão Tomas Cromwell, deixando também em evidência Ana Bolena, que era pró-francesa. Cromwell logo se aliou aos Bolenas que foram ficando mais poderosos e ricos devido à ascensão de Ana. Em 01/09/1532, Ana recebeu o título de Marquesa de Pembroke, sendo um reconhecimento de seu estatuto real. Em janeiro de 1533, após viagem à França, estava visivelmente grávida, sendo exigidas medidas rápidas e, conforme Loades (2010), casaram-se, provavelmente, em 25 de janeiro de 1533.

Tomás Cranmer, que apoiou o anulamento do casamento de Henrique VIII e Catarina de Aragão, foi enviado para Cantuária como bispo inglês, com o apoio do papa, a fim de satisfazer alguns desejos do rei, mas não esperava pelos acontecimentos seguintes. Em 12 de março, Cranmer declara o casamento de Henrique e Catarina anulado. Em dois meses, Ana foi exibida grávida na travessia de barco entre Greenwich e Londres na preparação da sua coroação, que ocorreu

³² Eleito pelos príncipes alemães, em 1519, e coroado rei dos romanos em 1520, só em 1530 foi coroado Sacro Imperador Romano pelo papa Clemente VII (1523-1534).

em 1º de junho de 1533. A coroação foi boicotada pela irmã do rei, Maria (Duquesa de Suffolk³³), pela filha do rei, Maria e pelo embaixador espanhol, tal como Tomas More, que havia se demitido do cargo de chanceler quando deu-se a anulação do casamento real de Henrique e Catarina.

Em 07 de setembro, nasce uma criança saudável: Elizabeth, sendo batizada em homenagem à avó, Elizabeth de York.

Devido à cisma com a Igreja Católica, em 1534, Ana Bolena adquiriu a reputação de ser protestante e patrona dos reformistas e Henrique continuava a ver-se como príncipe católico ortodoxo, conforme Loades (2010). Em pouco tempo, Ana voltou a engravidar, porém abortou devido ao excesso de viagens. Henrique passa a ter dúvidas também sobre seu segundo casamento, a relação tornou-se instável e, apenas no verão europeu de 1535, voltou a engravidar.

Durante todo esse período, Catarina de Aragão estava reclusa e considerada princesa viúva de Gales e sua filha, Maria, considerada ilegítima. Estava também proibida de visitar a filha, mesmo que estivesse doente.

Em janeiro de 1536, Catarina faleceu, insistindo, de acordo com Loades (2010), que era rainha até o fim. Tinha 51 anos e foi patrona dos estudiosos e alvo de muitas dedicatórias. Quando Catarina faleceu, Ana Bolena estava tendo uma gravidez muito difícil, e abortou, em 29 de janeiro de 1536, um menino, deixando o rei arrasado, desestabilizando de vez a relação dos dois.

Tomás Cromwell queria que a Inglaterra voltasse a aliar-se com o Imperador Carlos V, mas Ana era um empecilho, pois era pró-francesa. Loades (2010) observa que começaram a ser espalhados boatos infundados sobre Ana Bolena e, em abril de 1536, o rei já estava convencido de que Ana era libertinosa. Em 2 de maio, foi detida e levada à Torre, que, com ajuda de falsos testemunhos, foi constituído uma lista detalhada dos adultérios. Em 12 de maio, foi condenada por incesto com o irmão, por adultério, por envenenar Catarina, e por tentar envenenar Maria e conspirar para a morte do rei.

Ana foi executada em 18 de maio de 1536 e Elizabeth considerada bastarda. Sua família foi retirada da corte. O interessante, da justificativa que Loades (2010) apresenta para sua execução, é que Ana era um perigo, ela sabia manipular e controlar, e o próprio rei a temia. Sua filha, Elizabeth, utilizaria essa herança de Ana futuramente.

³³ Ao retornar da França, casou-se com Charles Brandon (1484-1545), Duque de Suffolk.

Logo após a execução, Henrique casou-se com Joana Seymour em 30 de maio de 1536, que foi uma das damas de Ana Bolena. Logo após o casamento, Henrique e Maria reconciliaram-se. A rainha e a princesa tornaram-se grandes amigas.

Em janeiro de 1537, Joana estava grávida. Em 9 de outubro, entrou em trabalho de parto, que durou 3 dias e 2 noites, deixando Joana exausta. O bebê era um menino que recebeu o nome de Eduardo. Joana não se recuperou bem e faleceu na noite do dia 24 de outubro. De acordo com Loades (2010), o rei ficou devastado e afirmou que foi a mais querida de suas esposas. Quando faleceu, foi sepultado ao lado de Joana.

Em janeiro de 1539, o rei francês e o sacro imperador assinaram um tratado de paz, e um dos termos era que não deveriam assinar compromissos com a Inglaterra sem o consentimento do outro. Além disso, devido ao rompimento com o papado e o acordo entre França e o Sacro Império Romano-Germânico, o rei Henrique VIII viu-se isolado e precisava de uma nova aliança.

Porém, Henrique VIII procurou uma aliança antipapal, a germânica Liga da Esmeralda. O ducado de Jülich-Clèves-Berg não fazia parte da aliança, mas tinha aliados e contatos entre os príncipes anti-Habsburgos. Além disso, o duque Guilherme tinha uma irmã para casamento: Ana de Clèves (1515-1557), da casa La Marck.

O rei inglês estava sem companheira desde a morte trágica de Joana Seymour, em outubro de 1537. O casamento com Ana de Clèves ocorreu em 6 de janeiro de 1540, mas já estava desiludido pela esposa que tinha como uma de suas damas Catarina Howard (1523-1542). Em pouco tempo, ocorreu a invalidade de casamento. Ana nunca voltou para a família e permaneceu na corte inglesa, tendo sido amiga de Maria e Elizabeth.

Henrique casou-se com Catarina Howard, em 29 de julho de 1540. Catarina foi adúltera durante o casamento e pagou o preço. Em 2 de novembro do ano seguinte ao casamento, o rei tomou conhecimento dos atos da rainha, pois a maior humilhação para o rei foi a rainha procurar outros para satisfazê-la. Suas aias foram detidas e interrogadas. Nos dias 7 e 8 de novembro, foi interrogada, negando, no início, porém acabou cedendo. Alguns dias depois, escreveu uma confissão completa. Catarina foi enviada ao mosteiro de Syon com 4 aias e 12 criados. Seus aposentos reais foram encerrados e suas joias inventariadas. Em 22 de dezembro, a

família foi considerada culpada de omissão de traição por esconderem os delitos da rainha e, em 13 de fevereiro de 1542, foi decapitada.

O sexto e último casamento do rei aconteceu quando tinha 51 anos com Catarina Parr (1512-1548). Catarina já havia se casado duas vezes, inclusive a primeira carta enviada pelo rei de que há registro foram alguns dias antes do falecimento do segundo marido. Em 12 de junho de 1543, casaram-se e mais uma família da pequena nobreza chegava ao topo. Maria e Catarina ficaram muito próximas e tinham discussões teológicas. Loades (2010) conclui que Catarina foi madrasta bem sucedida, fazendo parte da escolha dos tutores dos príncipes. Quando o rei faleceu, ela não estava junto e assistiu ao funeral apenas como expectadora. Os últimos anos do rei foram tempestuosos, devido ao seu mau humor frequente.

Como rainha viúva aos 35 anos, ficou sem papel político, mas casou-se em poucas semanas com Tomás Seymour (irmão de Joana Seymour). Ficaram casados por 18 meses, com um séquito numeroso, inclusive as princesas Elizabeth e Maria. No verão europeu de 1548, quando estava grávida, apanhou o esposo agarrando Elizabeth que estava com 15 anos. O bebê de Catarina nasceu em 30 de agosto de 1548, era uma menina saudável. Porém Catarina faleceu 6 dias depois. O seu legado encontra-se no reinado de Elizabeth e na influência protestante, pois, como afirma Dunn (2004, 107), “era culta, submissa, religiosa, mas cortesã e radical de uma maneira semelhante à da própria mãe de Elizabeth em sua promoção da religião reformada evangélica.”

Entre as realizações de Henrique VIII, em sua política interna, pode-se citar a reorganização do exército, dotando-os com novos equipamentos, construção de arsenais, fundação de escola de pilotos, estabeleceu uma marinha real permanente, aumentou exorbitantemente os impostos, confiscou propriedades e estimulou o comércio e a industrial têxtil.

Na sua política externa, não se pode esquecer de Wolsey, cardeal que foi chanceler da coroa inglesa e que pendia para o lado francês. A França, governada por Francisco I (1515-1547) e Carlos V (1530-1558), sobrinho de Catarina de Aragão, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, disputaram entre si a aliança com Henrique VIII, havendo vários acordos, ora ao lado da França contra o Imperador, ora ao lado do Imperador contra a França.

O Parlamento inúmeras vezes concedeu poderes incisivos para o rei e Henrique possuía a habilidade de controlar o Parlamento, procurando agradar os deputados.

Antes de morrer, Henrique VIII dispôs em testamento os seus sucessores e, caso falecesse antes de Eduardo atingir a maioridade, já indicou o regente e os membros do conselho. Quando veio a falecer, o Parlamento sancionou os desejos de Henrique VIII.

2.4 A reforma religiosa inglesa

O conflito entre a Igreja e o Estado ou, como usa Woodward (1964), o conflito entre Igreja e sociedade iniciou-se na Alemanha com Martinho Lutero (1483-1546), antes de eclodir na Inglaterra. Os novos dogmas começaram a ser inseridos a partir de 1520, em território inglês. No início, Henrique VIII não apoiava esses novos dogmas, escrevendo, com ajuda de Tomas More, um tratado defendendo os sacramentos da Igreja atacados por Lutero, intitulado *Em defesa dos sete sacramentos*, e acabou recebendo o título de *defensor fidei* (defensor da fé) de Leão X (1513-1521).

Em questão de tempo, isso mudaria, iniciando pela falta do herdeiro varão como já citado, e sua própria dúvida sobre a legitimidade do casamento com Catarina de Aragão, e a influência protestante que Ana Bolena exerceu.

De acordo com as conclusões de Funck (2013), Henrique VIII estava convencido de que a incapacidade de gerar um herdeiro dava-se por dois motivos: o primeiro, o casamento tinha sido feito “no sangue”, pois Fernando de Aragão solicitou que o Duque de Warwick, candidato York ao trono, fosse executado e após aceitaria o casamento de Artur com Catarina, ainda no reinado de Henrique VII, o que aconteceu. O segundo motivo era que Henrique VIII tinha consciência de que casara com a cunhada e que Deus o estaria castigando, pois ficava claro na Bíblia em Levítico, “Se um homem tomar a mulher do seu irmão, é imundícia; terá descoberto a nudez de seu irmão; sem filhos ficarão” (DUNN, p. 73).

O primeiro passo para a reforma inglesa foi dado pelo próprio Parlamento, que passou a atacar as tarifas dos tribunais da Igreja nos certificados de testamentos. Henrique VIII também já confiscara os bens de Wolsey, quando da sua queda, usando como justificativa “que o exercício da autoridade como legado papal

era uma violação de um estatuto de 1393, que proibia quaisquer transações como a corte de Roma, se elas fossem contrárias aos interesses do rei ou do reino inglês” (WOODWARD, 1964, p. 94).

Acabou pressionando também o clero, que teriam que comprar um perdão, mediante um pagamento de £ 100.000 e reconhecerem que o rei era “o chefe supremo da Igreja e clero da Inglaterra”.

No Parlamento de 1532, foi apresentada, sob inspiração do rei, uma queixa contra o exercício da autoridade eclesiástica, como as demoras nos tribunais eclesiásticos e o nepotismo na concessão de privilégios. Não se pode esquecer que aqui o rei Henrique VIII já estava querendo o divórcio, e o imperador Carlos V, que era sobrinho de Catarina, tinha sob controle o papa. Em 1533, uma lei do Parlamento declarou a Inglaterra um Império³⁴, assim, os assuntos deveriam ser decididos dentro do território, tal como o anulamento do casamento.

Em pouco tempo, o casamento foi anulado pelo Arcebispo Cranmer, já mencionado anteriormente, e a reconciliação com o papado tornava-se impossível. Em 1534, por lei do Parlamento, o rei recebia o título de “Único Chefe Supremo na Terra da Igreja da Inglaterra”, conhecido como o Ato de Supremacia. Dois anos depois, foi “extinta” a autoridade papal na Inglaterra e Woodward (1964) declara que o rei nunca teria ido tão longe, se não estivesse seguro do apoio popular, pois o nacionalismo tornou a população hostil ao Papa.

Maurois (193-?) afirma que o desligamento da Igreja foi legal e foram respeitadas as formas Parlamentares, inclusive criou o Parlamento da Reforma (1529-1536) no qual foram votadas todas as medidas que a coroa propôs.

A Igreja da Inglaterra agora estava à mercê do rei. Nessa época, ocorre o ataque aos mosteiros. Segundo Woodward (1964, p. 97) na questão dos mosteiros, o rei teve apoio das classes populares. O autor também cita o lucro que o rei adquire

A transferência de bens foi operada em vasta escala; cerca de £ 1.400.000 em bens móveis (prata, paramentos, joias, etc.) e cerca de £ 130.000 por ano em receitas e rendas oriundas das terras, de minas, moagens, pescarias madeiras e outras fontes.

Com isso é muito claro que não se tratava apenas do anulamento, mas também do financeiro. Esse dinheiro nunca foi utilizado no desenvolvimento da

³⁴ Segundo Woodward (1964), essa palavra, na época, indicava um Estado nacional “fechado”.

educação, em obras de caridades ou de novos bispados. A partir disso, o rei Henrique VIII possuiu cada vez mais bens financeiros, tornando-se um dos reis mais ricos do período.

Após, o rei continuou na organização da doutrina da nova igreja e ganhou apoio no desencorajamento do culto dos santos e relíquias, tal como exigir que o clero ensinasse em inglês. Em relação à leitura da Bíblia, Woodward (1964, p. 98) informa que, em 1543, “impôs à grande e pequena nobreza e aos mercadores fosse permitida a leitura de tão perigoso texto”.

Nesse sentido, ocorreram perseguições religiosas durante o reinado de Henrique VIII, já que a Igreja Romana estava enraizada na Inglaterra desde o século VIII. Woodward (1964, p. 93-94) afirma que:

A perseguição religiosa na Inglaterra, embora não na Irlanda, foi em menor escala e menos feroz do que na Europa continental; [...] a prática da tolerância estaria muito longe de ser fácil numa sociedade onde a Igreja e o Estado estavam tão estreitamente ligados e onde a uniformidade era necessária por não existirem meios governamentais de lidar com a dissidência.

Henrique escolheu como tutores de seu filho, Eduardo, homens que apoiassem as inovações alargando o abismo entre a Igreja da Inglaterra e o papado.

2.5 Eduardo VI e Maria Tudor, antecessores de Elizabeth I

Eduardo VI (1547-1553) era o filho de Henrique VIII com Jane Seymour e subiu ao trono com dez anos. Tinha conhecimento do latim, grego e francês. Seu reinado foi curto, falecendo aos 15 anos, após 6 anos de reinado, dominados sucessivamente por dois regentes, o Duque de Somerset³⁵ e o Duque de Northumberland³⁶. Seu reinado foi marcado por crise financeira, religiosa e corrupção.

Funck (2013) comenta que, desde o início, percebeu-se a frágil saúde do rei e que seu reinado seria curto. Assim, as rivalidades ocorreram entre as facções políticas dos dois regentes. Essa rivalidade prejudicou o reinado do Eduardo VI,

³⁵ Eduardo Seymour, irmão de Jane Seymour, ou seja, tio do rei. Regente e protetor do rei de 1547 a 1549. Foi condenado por suposta traição.

³⁶ John Dudley, que foi protetor e regente do rei de 1549 a 1553. Era pai de Guilford Dudley, esposo de Jane Grey.

considerada pelo autor uma pessoa piedosa, inteligente, muito instruída, de boa vontade e com forte tendência protestante.

Durante seu reinado, a reforma protestante continuara. Maurois informa algumas das ações que foram realizadas no âmbito religioso:

As perseguições contra os católicos continuavam. Nas igrejas caiavam-se as paredes, quebravam-se os vitrais, substituíam-se os crucifixos por escudos reais. Todas as cerimônias simbólicas eram suprimidas: nem mais pão bento, nem água benta, nem adoração da Sexta-feira Santa. No entanto a Quaresma devia ser respeitada "a fim de estimular a venda do peixe". Em 1547, o casamento dos padres foi autorizado e Cranmer pôde mandar buscar a mulher. (MAUROIS, 193-?, p. 198-197)

Essas alterações infligiram nas pessoas que tinham apegos aos rituais, assim, houve levantes, como dos camponeses da Cornualha, que falavam um dialeto, sublevaram-se, pois o Livro de Orações³⁷ estava escrito num inglês que não compreendiam, porém, não se tratava apenas de um levante religioso, mas também agrário, com falta de trabalho³⁸, aumento da inflação e da fome. Essa junção de intempéries estava se tornando um perigo.

Ações foram realizadas pelo Conselho do Rei que perceberam o perigo, criando leis como a reconstrução das granjas destruídas, a renovação da cultura das terras, a proibição que só um homem tivesse mais de 2 mil carneiros. Essa última lei resulta no fato de que os homens passaram a colocar os carneiros excedentes no nome de esposa e filhos.

Ocorreu também outra revolta, em 1549, tendo como Robert Kett, um curtidor, que, com 16 mil homens, segundo Maurois (193-?), ocupou a cidade de Norwich. Porém, assim como os camponeses, seus chefes também não sabiam o que queriam. A rebelião terminou em carnificina e Kett foi executado. Essas rebeliões demonstram o descontentamento da população.

Em pouco tempo, após essas rebeliões, Eduardo VI adquiriu tuberculose, doença que na época não tinha cura. Moribundo, o Duque de Northumberland, fê-lo assinar um testamento em favor de Jane Grey³⁹, receoso com a subida de Maria, espanhola e católica.

³⁷ "Espécie de livro de orações que os fiéis deviam seguir durante a missa, acrescido de orações para diversas necessidades" (FUNCK, 2013, p. 176). Esse livro substituiu o usado até então que era de cunho católico-romano. O livro foi escrito pelo arcebispo Cranmer.

³⁸ Proprietários estavam iniciando o processo de cercamento das terras, a fim de implantar a criação de carneiros, que necessitava de quantidade menor de mão de obra.

³⁹ Ver "Linhagem Tudor" na página 58.

Após sua morte, o Duque de Northumberland proclamou como rainha Jane Grey (1553), sua nora e neta de Henrique VII. Porém, Maria Tudor, filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão, não aceitou essa proclamação e, com o apoio de numerosos partidários, entrou em Londres, em agosto de 1553, 10 dias após a morte do irmão. Ela também tinha praticamente o apoio maciço da população de Londres.

Jane, seu marido, Guildford Dudley e o Duque de Northumberland foram encaminhados para a Torre e executados. Jane foi a primeira rainha de fato da Inglaterra, mesmo reinando por nove dias e omitida da lista dos soberanos Tudor.

O fato de Maria ser católica não era de todo ruim nessa circunstância, inclusive havia prometido imparcialidade na questão religiosa. Porém, em pouco tempo, suas ações voltaram para reaproximar a Inglaterra da Igreja Católica em Roma.

Devido a esse desejo de retomar o catolicismo, ocorreu a perseguição e morte de protestantes, dando à Maria o apelido de “sanguinária”, que é injusto, pois seu pai mandou executar muito mais pessoas.

Casou-se com o príncipe Filipe⁴⁰, filho de Carlos V. Esse casamento não agradava a população, pois não se pode esquecer que o povo inglês era muito hostil com estrangeiros, especialmente os espanhóis, e logo mostraram esse descontentamento. Maurois (193-?, p. 201) explica o motivo:

Numa aliança entre a Inglaterra, nação cismática e fraca, e a onipotente, ortodoxa Espanha, qual seria a sorte da Inglaterra? Torna-se-ia súdita de um príncipe terrível. Já os hereges ingleses temiam os tribunais da Inquisição e os auto-de-fé, tão numerosos em Madri quanto as corridas de touros.

Com o casamento, Maria perdeu o pouco do prestígio que lhe sobrara. Filipe, logo após o casamento, passou a exigir a reconciliação com Roma e submissão ao papa. Maria acabou anulando os estatutos de Eduardo VI e reviveu as antigas cerimônias, como afirma Funck (2013, p. 183)

[...] conseguiu fazer com que o Parlamento anulasse todos os atos de anglicanização e protestantização da Inglaterra, que passou novamente a ser um país católico. A missa em latim foi restabelecida e os padres casados foram expulsos.

⁴⁰ Futuro Felipe II da Espanha.

Os protestantes conservadores reagiram, porém foram esmagados pelo exército real.

O papa enviou o cardeal Reginald Pole, a fim de que convencesse os poderosos e o Parlamento. Resultado: “A Casa dos Lordes e a dos Comuns receberam, de joelhos, em nome da população inglesa, a absolvição do Cardeal e a Inglaterra ficava novamente católica e submissa ao papa”. (FUNCK, 2013, p. 185).

Em pouco tempo, acreditava-se que Maria estivesse grávida, porém os médicos constataram uma gravidez psicológica. Com o fato da falsa gravidez e o do Parlamento não conceder mais poderes para Filipe, este volta para a Espanha.

Em janeiro de 1555, iniciaram-se, na Inglaterra, os horrores característicos da Inquisição⁴¹ espanhola e portuguesa, os primeiros foram três padres que não aceitaram o celibato de volta. Funck (2013) evidencia que, durante os cinco anos de reinado de Maria, foram queimados aproximadamente 300 pessoas, o que é um número pequeno se comparado a outros reinos, em nove anos. E, assim, aumentava o ódio da população pela rainha. A situação piorou quando Filipe levou a Inglaterra para uma guerra contra a França, resultando na perda do último pedaço inglês que ainda restava na França, Calais, ferindo o orgulho inglês.

Em meados de 1558, Maria mostrava-se abalada fisicamente. E, em 17 de novembro de 1558, Maria vem a falecer com o seu país em caos religioso.

2.6 Elizabeth I da Inglaterra: a rainha virgem

⁴¹ “É o termo pelo qual é mais comumente conhecido o Tribunal do Santo Ofício, órgão de investigação e repressão instituído pela Igreja Católica na Idade Média que teve seu apogeu depois da Reforma Católica, a partir do século XVI.” (SILVA; SILVA, 2010, p. 234). Pode ser dividida em dois períodos de acordo com os estudiosos. O primeiro é o da Idade Média, quando foi criado pelo Vaticano, a fim de investigar a existência de heresias (hereges, pessoas ou grupos católicos que se desviavam da conduta papal e criavam novos dogmas), e era subordinado ao Papado, ou seja, não havia ligação política. Nesse período apenas poderiam ser “investigados” os católicos. O segundo período é da Idade Moderna, época em que a Inquisição se submeteu Estados nacionais em ascensão, assim os interesses mudaram, e o Tribunal passou a ter objetivos em comum com as monarquias às quais estava ligado e as perseguições variaram suas vítimas, pois passou a ser investigada toda crença que discordasse dos dogmas do catolicismo. A Inquisição espanhola é o maior exemplo desse novo modelo, pois “virou uma instituição de proteção tanto da Igreja quanto do Estado centralizado. [...] pois o Catolicismo era um dos alicerces sobre o qual estava fundamentado o novo Estado unificado.” (SILVA; SILVA, 2010, p. 235).

Elizabeth nascida em 7 de setembro de 1533, filha de Henrique VIII e Ana Bolena, era a terceira na linha de sucessão, caso seus dois irmãos, Eduardo e Maria, assumissem e não tivessem herdeiros⁴².

O seu reinado é o terceiro mais longo da história inglesa, se comparado com outras rainhas inglesas, como Vitória (1837-1901) e Elizabeth II (1952 - atualmente), governando por 44 anos e 127 dias. O período elisabetano, ou era elisabetana, como é conhecido, é registrado constantemente em documentários, seriados e obras de romance.

Também é um dos períodos mais estudados dentro da dinastia Tudor, e o que a torna singular é o epíteto de Rainha Virgem. Se foi virgem pelo ato sexual, isso não se sabe, mas não é foco deste trabalho fazer essa discussão, o fato é que ela não se casou e existem inúmeros supostos romances.

Quando assumiu o trono, tinha 25 anos e passado por várias provações em sua vida. Teve uma infância difícil e uma adolescência desastrosa, tal como ser considerada bastarda, após a decapitação de sua mãe aos 3 anos.

Quando seu pai faleceu, foi residir com sua madrasta, Catarina, nas mansões de Chelsea e Hanworth, que havia recebido como viúva do rei. Vivenciou as grandes mudanças na vida da madrasta como casar e engravidar. Até o momento, Elizabeth não tinha contato diário com homem, exceto seus preceptores e criados. O pai foi uma figura distante para o qual se esforçou para impressionar, como relata a biógrafa Jane Dunn (2004).

Thomas Seymour também se aproveitou da situação por ter sobre seu séquito uma princesa da realeza, terceira na sucessão. Elizabeth, nesse período, como destaca Dunn (2004), era atraente, alta, cabelos ruivos dourados e com olhos escuros da mãe, era jovem, inexperiente em termos emocionais.

Por estar em um lar onde os proprietários haviam casado recentemente em idade adulta, sabiam que a flor de suas vidas tinha passado e tinham pouco tempo a perder, assim, o ambiente começou a ficar pesado e as brincadeiras que a incluíam se tornaram mais sérias.

⁴² O Ato de Sucessão final de Henrique VIII colocava Eduardo como seu herdeiro direto. Caso o filho falecesse sem herdeiros, assumiria a irmã Maria Tudor. Caso Maria falecesse também sem herdeiros, assumiria Elizabeth.

Em pouco tempo, Seymour concentrou suas energias sexuais na jovem enteada da mulher que estava grávida e, inclusive, a própria rainha viúva teria participado de momentos constrangedores no início da gestação.

No final da gestação, Catarina já estava esgotada do suposto relacionamento da princesa com seu esposo. E, no verão de 1548, Catarina encontrou seu esposo abraçado em Elizabeth, na época com 14 anos. Foi interrogada pelo Conselho do Rei, Eduardo VI, pois, por ser possível herdeira do trono, qualquer relacionamento que tivesse era considerado político. Elizabeth negou o relacionamento com Thomas e foi expulsa do séquito de Catarina, em Chelsea.

De acordo com Dunn (2004), ela foi morar em Hertfordshire e hospedou-se com *Sir Anthony Denny* e a mulher, voltando a concentrar-se nos estudos, quando também perdeu seu professor particular, Grindal, responsável por ensinar-lhe o grego e latim. A morte dele privou Elizabeth de segurança, então escolheu seu amigo e professor Roger Ascham. Essa vai tornar-se uma das características dela como rainha, pois se cerca de homens brilhantes e leais. A autora também afirma que, após a expulsão de Chelsea, ela não gostava que as governantas ou o tutor se afastassem de seu lado.

Em pouco tempo, recebeu a notícia da morte de Catarina, e com seu falecimento, as ambições de Thomas Seymour retornaram, arrastando Elizabeth a um escândalo que poderia evoluir para traição. Seymour foi preso e levado para a Torre de Londres em janeiro de 1549, e ela foi interrogada por *Sir Robert Tyrwhit*, agente designado pelo Conselho Privado do rei Eduardo VI, e liderado pelo Lorde Protetor, Eduardo Seymour, irmão de Thomas. Havia a suspeita de que fora ajudada e incentivada pelos criados que foram cúmplices em alguns planos, ao menos no casar-se em segredo com Thomas. Sua governanta, Catherine Ashley, que testemunhou o desenrolar da história em Chelsea, o tesoureiro Parry e Elizabeth contaram a mesma história, mesmo separados e sem contato, assim, Robert considerou que não participavam das conspirações realizadas pelo Lorde Almirante Thomas Seymour, este que foi julgado por traição, declarado culpado e decapitado em 20 de março de 1549.

Elizabeth retirou-se da corte e foi para Hatfield dedicando-se aos estudos. No campo, pôde aproveitar uma das suas grandes paixões: cavalos e caça. Durante esse período, seu professor Roger Ascham aplicou-lhe textos renascentistas muito reconhecidos na época e também obras de Plutarco, que a ajudaram a governar, e

inclusive citava a obra *Vidas*⁴³ em seus inúmeros discursos e cartas. Tornou-se muito fluente em italiano, grego e latim.

Durante as inúmeras leituras, deparava-se com o incessante papel da mulher na sociedade e que uma mulher sozinha não poderia ser uma líder de homens⁴⁴. Em sua vida como rainha, usou esse discurso para apaziguar situações, colocando a fraqueza de ser mulher como desculpa. Dizia também que o governo feminino perturbava a ordem natural e sagrada do universo.

Segundo Dunn (2004, p. 142-143), Elizabeth explicou em termos filosóficos o governo feminino recorrendo à teoria dos dois corpos do rei durante a Idade Medieval:

[...] o corpo natural, o eu corpóreo, com todas as fraquezas e deficiência que envolvia, era onde residia sua condição feminina. Mas, como rainha, também podia afirmar um corpo político, com todas as virtudes de discernimento, determinação, coragem e probidade que seu eu de mulher estava condenado a não ter.

Quando assumiu o trono, utilizou essa dualidade e, ao longo do reinado, criou uma identidade andrógina que lhe deu mais poder sendo virgem e príncipe ao mesmo tempo.

Durante março e abril de 1554, foi enviada para a Torre pela irmã e rainha, Maria I, como inspiradora de rebeliões religiosas, a fim de colocarem-na no trono. Solicitou uma audiência à rainha Maria e jogou-se aos seus joelhos pedindo-lhe desculpas, explicando que foi criada na nova fé e pediu à irmã livros e instruções para mostra-lhe os erros do protestantismo. Muitos consideravam isso uma trama de Elizabeth para conseguir o perdão, o fato é que ela sempre achava algum motivo para não participar das missas junto à irmã.

Foi enviada para Richmond onde lhe foi apresentada a proposta de casamento com o Duque de Savóia, a fim de despachá-la o mais longe possível do território inglês. Rejeitou o casamento e foi enviada como carcereira a Woodstock durante quase um ano.

⁴³ A obra tinha biografias factuais de grandes homens. Shakespeare também utilizou a obra para peças como Júlio César e Marco Antônio.

⁴⁴ De acordo com Ana Paula Lopes Alves Pinto de Almeida (2009, p. 4), “Na Inglaterra Tudoriana, tal como na Idade Média, as mulheres eram educadas a acreditar que eram seres inferiores. O conceito de inferioridade feminina é mais velho do que o da Cristandade, mas séculos de ensinamentos cristãos tinham reforçado essa ideia de submissão. A Igreja Católica ensinara que as mulheres eram corruptas e pecadoras [...]”

O fato é que Elizabeth era o foco para qualquer inspiração contra o reinado da sua irmã num momento que o povo estava infeliz e com medo devido às perseguições e os rumos que a rainha estava tomando.

Toda essa dificuldade, e a necessidade de manter-se com pouco, pois durante longo tempo, por ser considerada bastarda, recebeu poucos recursos, acabou dando a ela experiências e posições políticas que carregaria consigo ao longo do reinado.

Assumiu o reino no dia 17 de novembro de 1558. Seu reinado passaria por crises econômicas, catástrofes naturais, subversões, inimigos estrangeiros e o risco sempre de usurparem sua coroa. De acordo com José Renato Ferraz da Silveira (2014), seu reinado também foi marcado por um período de genialidade artística no drama, aumento de riqueza, pirataria, descobrimento de mundos novos e o pulsar do patriotismo⁴⁵.

Silveira (2014, p. 20) discorre como estava a situação da Inglaterra quando Elizabeth assumiu:

A Inglaterra estava cercada de inimigos: a Escócia, unida pela França pelo matrimônio, cultivava velhos ódios e mandava exércitos saqueadores; na parte continental, a França olhava com ar ameaçador, enquanto a Espanha, supostamente como aliada, mantinha espiões e aguardava o momento oportuno. No próprio país, a população suportava uma longa série de más colheitas, epidemias devastadoras e a escala incessante dos preços.

Com todo esse caos, foi necessário empreender medidas cautelosas e nomear conselheiros que fossem confiáveis, escolhendo conselheiros não de sangue azul ou berço nobre, mas sim pela inteligência e talento e um deles foi William Cecil⁴⁶ (1520-1598), administrador veterano que seria o assessor mais próximo da rainha durante 40 anos. Silveira (2014) caracteriza Cecil como sensato, possuindo habilidades nos negócios do gabinete e uma rede de informações em torno dos assuntos do Estado, como o caso das cartas, em que todas que entravam e saíam da corte passavam pelas suas mãos. Era intelectual e conservador.

Juntos tomaram as primeiras ações para reestruturar a economia do Estado, promover a paz religiosa e garantir segurança contra a Escócia.

⁴⁵ A origem da palavra é grega, em que *patra*, *patris*, remete para “terra dos pais”, assim, de acordo com Fernando Catroga (2007), é a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia, implicam a compartilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória coletiva).

⁴⁶ Recebeu o título de Barão Burghley em 1571.

Afinal, Elizabeth era católica ou protestante? Conforme Maurois (193-?, p. 207), muitos acreditavam que era pagã ou cética. O fato é que ela foi criada como protestante e, sem dúvida, era “religiosa filosoficamente, à maneira de Erasmo”⁴⁷. Ela procurou uma fé no meio termo. Em 1559, o Parlamento votou o Ato de Supremacia, que abolia novamente o poder do Papa na Inglaterra e toda a legislação católica da rainha Maria foi revogada. Também foi votado o Ato de Uniformidade, que impunha em todas as paróquias, o Livro das Orações e o uso da língua vulgar. De fato, o Anglicanismo foi restabelecido, muitos padres aceitaram converter-se, pois muitos desejavam conservar as cerimônias católicas, porém, suprimindo o latim e a obediência ao papa. A Inglaterra tornara-se protestante por Lei, mas Elizabeth dá um passo diferente, não impõe a religiosidade ao povo, estes podem escolher o culto que melhor lhe condizem, o que era muito diferente na época, essa “liberdade religiosa”. Entretanto, os Puritanos⁴⁸ não aceitavam essa abertura, voltaram de Genebra – exilados durante o reinado de Maria – e desafiaram a autoridade política e religiosa da rainha.

Silveira (2014) discorre sobre as alterações que Elizabeth realizou na economia como a retirada do dinheiro desvalorizado que estava em circulação desde o reinado de Henrique VIII. Também decretou que os homens considerados capazes, que não estivessem em outras atividades específicas, deveriam trabalhar na terra.

A rainha, durante seu longo reinado, soube controlar o Parlamento e, tal como o seu pai fez, soube usar as leis, mesmo que fosse para cometer injustiça. Woodward (1964) afirma que, nesse período, o Parlamento estava como um supremo tribunal e, em todo o reinado de Elizabeth, o Parlamento só esteve em sessão 35 meses. A atividade executiva central estava nas mãos do Conselho Privado.

Maurois (193-?, p. 204, grifo do autor) destaca que, no período governado por Elizabeth, o reino quase inteiro dava provas do seu lealismo, e os raros motins que ocorreram foram esmagados facilmente e

⁴⁷ Segundo Dunn (2004), Erasmo era muito querido a princípio pelos reformadores religiosos, mas também os frustrava por ficar em cima do muro, permanecendo de temperamento conservador, cético por toda a vida em relação a qualquer ideologia, receoso com as novas ortodoxias e mordaz com as antigas.

⁴⁸ Eram protestantes radicais e incluídos no mesmo quadro dos católicos. Tornaram-se muito mais violentos e perturbadores que os católicos. “Democráticos em teoria e organização, intolerantes na prática para qualquer pessoa que discordasse de seus pontos de vista, [...]”. (SILVEIRA, 2014, p. 23).

[...] ela gostava de mostrar aos embaixadores que podia confiar nos seus súditos. Levava a carruagem ao ponto mais denso da multidão, ficava em pé e falava com os que a rodeavam: 'Deus salve Vossa Graça!', gritavam-lhe. Ela respondia: 'Deus salve o meu povo.' [...] 'a sua alma irrompia com uma vivacidade, uma singeleza, uma presença de espírito que a faziam um espetáculo fascinante'.

Na política externa, a rainha assumiu a posição de que deveria ficar fora das confusões do continente. Mas o perigo da França e Espanha sempre rondava o governo elisabetano.

Para fortalecer-se, usou como arma diplomática a sua mão para casamento, desejada desde o reinado de Maria e que sempre recusava. Vários herdeiros da nobreza europeia ofereceram-se: os filhos do imperador germânico, o duque de Sabóia, o conde escocês de Arran e os duques franceses de Anjou e de Alençon. Ela sabia que garantir a sucessão ao trono era algo complicado,

Estava era demasiado ciente dos riscos que esse empreendimento envolveria e, quando as negociações chegavam ao ponto da decisão, encontrava sempre uma razão para as abandonar. O custo pessoal dessas desistências podem ter sido elevados, mas Isabel não desejava ser apanhada na armadilha de tanto tinha feito sofrer a irmã – a escolha entre ser uma boa esposa ou uma boa rainha. [...] Deus tinha-a criado mulher mas, em vez de considerar esse aspecto uma desvantagem, Isabel via-o como um desafio excitante, pois Deus também lhe tinha dado astúcia e uma sexualidade que lhe permitia manipular os homens bastante convencionais com quem tinha de lidar (LOADES, 2010, p. 225-226).

Ela utilizava essa sexualidade para manipular os homens, tal como sua mãe fazia. De acordo com Loades (2010), sua inteligência poderia ter sido herdada de qualquer um dos pais, mas, ao contrário de Henrique VIII, era fria quando estava sob pressão.

Os casamentos eram sua forma política de controlar muitas situações e usou a metáfora de ser casada com o reino, sobretudo no Parlamento na primavera europeia de 1559, quando pressionada pelos parlamentares para casar-se:

[...] quando a responsabilidade pública do governo do reino me foi atribuída, pareceu-me uma loucura imponderada sujeitar-me aos cuidados que podem advir do casamento. Em conclusão, já estou comprometida com um esposo, que é o reino da Inglaterra, e isso deve bastar-vos... (L.S. Marcus, J. Mueller e M.B. Rose *apud* LOADES, 2010, p. 226)

Sabia também que deveria cuidar da imagem, já que era sempre representada em pinturas com um rosto bonito e inalterado durante décadas.

Inclusive decretou, em 1562, quando teve varíola, que fosse proibido fazer retratos. Anos depois, apenas Nicholas Hilliard (1547-1619) receberia direitos exclusivos sobre a imagem real. Segundo Loades (2010), também era uma boa atriz, quando fazia birra esmurrava algumas orelhas, mas ninguém sabia se essas fúrias eram simulação ou verdades e testar era algo perigoso. Gostava de ser chamada de *Fairy Queen* (Rainha das Fadas) ou Gloriana.

Além disso, tinha puro sangue inglês, seu pai fora legitimamente o rei inglês, tal como sua mãe uma fidalga inglesa, e nascida no centro do poder monárquico inglês, no Palácio de Greenwich. Como afirma Maurois (193-?, p. 204):

A ascensão de Isabel foi recebida pelo povo inglês com alegria quase unânime. Depois de tanto haver temido a tirania espanhola, era um alívio aclamar uma Rainha liberta de qualquer vínculo estrangeiro. Desde a Conquista normanda, nenhum soberano fora de sangue tão puramente inglês. Por parte do seu pai, descendia Isabel dos reis tradicionais, por parte da sua mãe de fidalgos do reino.

Em época que o patriotismo estava em alta, isso era muito importante ser destacado, assim casar-se era o mesmo que vender-se a um estrangeiro. E o povo inglês não queria ver isso novamente como aconteceu com Maria, além de ter que se envolver nos conflitos continentais, a fim de defender os interesses do esposo.

Vários autores defendem que essa atitude de não casar-se era devido aos desastres matrimoniais de seu pai e o casamento infeliz de sua meia-irmã. Maurois (193-?) declara que muitos acreditavam que a rainha tinha horror físico ao casamento e que a certeza de poder não gerar um filho acabou determinando-a assim, um casamento sem herdeiro iria colocá-la ao poder do marido e acabar com o prestígio de “Virgem Pública”.

Também houve a possibilidade de casar-se com um súdito inglês. Aí surge a figura de Robert Dudley (1533-1588). Robert era uma pessoa muito conhecida e estava frequentemente na corte, o problema é que já era casado e boatos de que queria ver-se livre da mulher para ficar com a rainha foram espalhados no verão europeu de 1560. Em setembro daquele ano, sua esposa foi encontrada morta. Ficou tão óbvio o motivo do assassinato que serviu como um banho de água fria, por mais que tentasse o casamento, por mais três ou quatro anos, como informa Loades (2010). Mas ele continuou tendo o estatuto dourado de “melhor amigo”, chegando ao ápice quando recebeu o título de Conde de Leicester, em 1564, tornando-se

influyente. Em 1562, já havia recebido, pelas mãos da rainha, o título de lorde protetor caso a rainha falecesse, pois estava doente com varíola.

É importante destacar o perigo que rondava o reino de Elizabeth, pois muitos temiam que os católicos pudessem assassiná-la e colocar no lugar Mary Stuart (1542-1567), católica e esposa do Delfim⁴⁹ da França e rainha da Escócia por direito natural. Mas a falta de um herdeiro era um problema que afligiam o Parlamento, a corte e o reino até o final do reinado.

Mary Stuart, prima de Elizabeth I, foi uma das principais rivais em potencial requerentes do trono inglês. Tinha o apoio de vários reinos europeus católicos, pois não aceitavam a Lei de Supremacia de Henrique VIII e consideravam que sua única mulher legal fora Catarina de Aragão. Logo, Elizabeth era uma bastarda nascida da amante e, por isso, grande parte da Europa considerava que Mary Stuart era herdeira legítima por direito.

Mary perdera seu esposo, Francisco II (1559), logo após a ascensão ao trono, e voltou ao seu país em 1561. Assim, na segunda metade do século XVI, durante algum tempo, três países foram governados por mulheres: Elizabeth na Inglaterra, Mary Stuart na Escócia e Catarina de Médici (1519-1589), ex-sogra de Mary, na França como regente do rei Carlos IX (1560-1574).

Silveira (2014) destaca que desses três reinos, apenas o de Elizabeth possuía estabilidade. Exceto, quando Mary voltou ao seu país. Muitos pretendentes, assim como aconteceu com Elizabeth, sonhavam em desposá-la, porém Mary não conseguia separar suas emoções da política e, disso a rainha inglesa tinha pleno conhecimento.

Mary, pouco tempo após chegar na Escócia, casou-se com um primo, Henrique Stuart (1545-1567), Lorde Darnley, após ter rejeitado a indicação de Elizabeth para casar-se com Robert Dudley. Com o desastroso casamento, Mary teve seu poder diluindo-se aos poucos devido ao controle que os senhores feudais impuseram por causa dos conflitos religiosos liderados por João Knox⁵⁰ (1514-1572), que humilhava e exercia pressão sobre Mary Stuart.

⁴⁹ Delfim era o príncipe herdeiro da coroa francesa, tal como na Inglaterra continua sendo o Príncipe de Gales.

⁵⁰ Segundo Silveira (2014), João Knox acreditava na predestinação e que a verdade religiosa deveria ser procurada nas Escrituras. Era contra os dogmas introduzidos pelos homens, de que o culto deveria ser austero, sem pompa e sem imagens. E finalmente, que ele era um dos eleitos, diretamente inspirado por Deus.

Os cortesãos trazidos da França eram mal vistos, inclusive um foi assassinado em seu leito, morto a apunhaladas e assassinado provavelmente por Lorde Darnley, esposo de Mary. Era David Riccio, músico italiano e, para alguns autores, era amante de Mary.

Mary passou a odiar o marido e foi conivente com o assassinado do rei. Em 1567, casou-se com o assassino, James Hepburn (1535-1578), Conde de Bothwell. Após um levante contra o casal e por sofrer muitas pressões foi obrigada a abdicar da sua coroa, em favor do filho Jaime VI (1567-1625)⁵¹, com um ano de idade. Fugiu, em 1568, para a Inglaterra e pediu clemência para sua prima. Seu marido foi aprisionado na Dinamarca, ficou insano e morreu em 1578.

Na Inglaterra, mostrou-se mais perigosa do que na Escócia, tornando-se foco de tramas e conspirações contra Elizabeth. Como afirma Maurois (193-?, p. 220), “O número de conjurações de que Mary foi centro, faz admirar a mansuetude de Elisabeth”.

A sua presença também abalara a força protestante no solo inglês, ocorrendo a incursão secreta de emissários espanhóis, a fim de coordenar e fomentar a rebelião católica. A ideia era clara: “[...] se a Inglaterra fosse destruída, o Protestantismo provavelmente seria banido em toda parte” (SILVEIRA, 2014, p. 31). A Inglaterra tornou-se o foco da Contrarreforma⁵².

A tentativa de assassinar Elizabeth não funcionou e Francisco Walsingham (1530-1590), assistente de Cecil, localizou e prendeu agentes espanhóis e traidores ingleses. Walsingham implantou um sistema secreto que servia bem à rainha, mas, enquanto Mary estivesse ali, o risco sempre estaria em alta. Foi o que aconteceu em 1569, quando ocorreu uma nova rebelião contra Elizabeth, a favor de sua prima, ao norte da Inglaterra, onde a população era predominantemente católica e resistiam às reformas da rainha inglesa.

Os rebeldes planejavam dominar o norte do país, porém os sulistas não se organizaram e os nortistas espalharam-se pelas montanhas, em pequenos grupos e infiltraram-se através da fronteira para salvarem sua pele. Assim, termina o primeiro ato da conspiração católica contra Elizabeth.

⁵¹ Período como rei da Escócia.

⁵² Termo que designa as ações tomadas pela Igreja Católica para restaurar e reconquistar áreas onde teve seu poder e prestígio contestados.

Maurois (193-?) relata que, entre 1568 a 1587, a bela Elizabeth tornou-se uma mulher madura e enferma, os cabelos ficaram grisalhos, era certo que daí em diante não engravidaria mais e a questão da sucessão tornara-se cada vez mais grave.

Em fevereiro de 1570, o papa Pio V (1566-1572) expediu uma bula excomungando Elizabeth. Assim, desligava os seus súditos católicos da fidelidade com a rainha. Era a força espiritual que a Espanha necessitava para opor-se ao reino inglês.

Houve a pressão do Parlamento sobre a rainha, esta que tomou uma atitude e realizou uma aliança política com Catarina de Médici no mês de abril de 1572, pois ambas não confiavam no rei espanhol Filipe II (1556-1598). Woodward (1964, p.104), sobre sua política de paz, afirma que:

[...] Elizabete não era uma idealista; não se preocupava com aventuras. Estava sempre disposta a sacrificar a boa fé ao oportunismo e, na sua opinião, um expediente significava qualquer meio adequado de preservar a paz. A rainha queria paz, porque não tinha meios para a guerra, mas não estava disposta a ser assustada ou empurrada a ponto de aceitar condições de paz que não fossem consentâneas com os interesses ingleses.

Cecil não apoiava as ações contra a Espanha, parceira desde o casamento de Catarina de Aragão com Henrique VIII. Além disso, controlavam os Países Baixos por onde escoavam as lãs e tecidos ingleses.

Porém, em pouco tempo, o tratado foi por água abaixo, pois uma parte do texto dizia que Catarina não deveria aproveitar-se da situação da rebeldia⁵³ dos Países Baixos para dominá-los, e isso aconteceu. Elizabeth aceitaria a dominância de Filipe novamente nos Países Baixos, desde que fossem concedidas liberdades especiais aos protestantes, o que também não aconteceu, pois o rei espanhol inseriu, nos Países Baixos, a Inquisição para abafar o protestantismo.

A rainha inglesa obrigou-se a entrar numa guerra nos Países Baixos e no mar, até ser obrigada a enfrentar o ataque maciço da Armada Espanhola. Toda essa tensão externa refletiu na política interna.

Silveira (2014) relata que muitos puritanos aceitaram as reformas elisabetanas, a fim de expandir o protestantismo de dentro para fora e fortalecê-lo.

⁵³ A rebeldia aconteceu por motivos religiosos, contra os protestantes.

Com esses acontecimentos, queriam obrigar o governo a levar o protestantismo para o exterior, e tinham apoio na corte como Walsingham e Leicester.

Os puritanos acabaram criando suas próprias comunidades religiosas, com ministros e cultos próprios e achavam que a Igreja e o Estado deveriam estar separados.

Como referência ao que foi dito, segundo Woodward (1964, p. 100), regressaram teólogos ingleses exilados no período de Maria “e começaram a atacar as ordens religiosas de maneira a fazer a Inglaterra ainda mais protestante do que Elizabeth projetara”. A tensão predominava, e os perigos para uma guerra religiosa estavam por um triz.

O Conselho da Rainha contra-atacou por meio de censura à imprensa, estabelecida em 1559. Essa medida acabou enfurecendo os puritanos, que criaram uma imprensa secreta e ambulante, que, durante anos, distribuiu panfletos anônimos, mas que, em pouco tempo, foram descobertos e exterminados.

Também aumentou o ataque aos católicos, principalmente após a chegada de jesuítas, missionários da Contrarreforma que eram inclusive acusados de assassinatos para atingirem seus objetivos. Foram vigiados pelos espiões de Walsingham, no qual descobriram vários planos de atentados contra Elizabeth e giravam a favor de Mary ser colocada no trono inglês. A rainha foi obrigada a tomar medidas drásticas e, nos últimos trinta anos do reinado de Elizabeth, 300 católicos foram executados por traição.

A rainha Elizabeth não assumia o perigo da presença da rainha escocesa em solo inglês. Era sabido que se Mary falecesse antes de Elizabeth, Jaime, filho de Mary, que estava em solo escocês, criado por calvinistas, assumiria por direito a sucessão de Elizabeth. Por isso começaram a persuadir a rainha de que Mary deveria morrer, porém essa temia por derramar sangue real. Loades (2010, p, 231) informa traços da personalidade da rainha nas principais decisões que deveria tomar, sempre se mostrando reservada nas decisões:

Apesar da abundância de conselhos que recebia, Isabel reservava sempre as decisões desse tipo de assunto para si, e no fim agia com dissimulação, pois não lhe interessava revelar o funcionamento da sua mente. Esta foi uma das principais razões do seu sucesso – nenhum homem conseguir seguir o modo como se processava o seu raciocínio, o que lhe conferia o nível de controle que desejava.

As relações, nessa época, com a coroa espanhola já estavam azedadas ainda mais com o apoio de Elizabeth aos corsários que atacavam os navios espanhóis vindos do Novo Mundo com ouro e prata. E o controle novamente dos Países Baixos pelos espanhóis era o que precisavam para atacar a ilha.

Em 1585, Walsingham levou para o Conselho provas de mais um complô envolvendo Mary contra Elizabeth. Conforme Loades (2010), Mary nunca afirmou explicitamente ser a legítima rainha da Inglaterra em solo inglês⁵⁴, mas a sua ligação com os conspiradores era inegável. Com isso, o Parlamento clamou por sangue. A rainha, relutante, assinou a condenação à morte por traição, e Mary foi decapitada em 1587. Na afirmação de Silveira (2014), Elizabeth foi relutante à ideia de ser responsável pela execução, dando essa responsabilidade aos seus conselheiros, mas sabia que isso era imprescindível para a segurança do país.

Vários autores descrevem que foram necessários três golpes para decapitar Mary e, aos olhos dos católicos, tornou-se santa. Mesmo com a morte de Mary, o direito ao trono de Jaime não foi afetado.

A guerra contra a Espanha agora era indubitável, e os motivos eram muitos, como religioso, comercial, a sucessão ao trono inglês e o equilíbrio de poder na Europa, como afirma Woodward (1964). Como já mencionado, Elizabeth não gostava de guerra, pois, segundo Loades (2010), ao ceder o comando estratégico aos homens que operavam em seu nome, isso a desagradava intensamente, além da falta de dinheiro.

Sabia que era necessário interromper a chegada de barcos com ouro e prata na Espanha, assim, apoiou o ataque contra a costa espanhola e suas colônias na América. Mas, percebeu, com o tempo, que essas ações não abalariam o Império Espanhol.

Era necessário aperfeiçoar a Marinha Real, que estava na mesma situação que Henrique VIII havia deixado. O autor Daniel Costa Fernandes (2011, p. 56), enfatiza a importância da era Elizabetana para a marinha inglesa, já que esta estimulou a profissionalização da frota e a inovação náutica:

⁵⁴ Dunn (2004) afirma que, após a morte de Maria I, Mary, em solo francês, passou a utilizar os símbolos da casa real inglesa, como a real sucessora do trono, pois Elizabeth era considerada bastarda pela maioria do continente europeu.

O período de Elizabeth I é considerado a era de ouro para a marinha da Inglaterra. Contribuem para a formação desse mito: a exploração do globo por aventureiros ingleses, a fundação de colônias nas Américas, a plêiade de talentos – Drake, Hawkins, Raleigh, Essex com seus feitos heroicos – e a derrota da Invencível Armada.

Hawkins, filho de um mercador de Plymouth, reconstruiu e reorganizou a Marinha com o auxílio de Francisco Drake (1540-1596), que havia importunando há muito tempo a costa e navios espanhóis a favor da Inglaterra, inclusive fazendo a volta ao mundo para interceptar os navios espanhóis. Com essas investidas, os marinheiros ingleses sabiam como enfrentar a ameaça espanhola, desde que houvesse igualdade de força.

Para também escaparem do bloqueio marítimo realizado pelos espanhóis, convenceram a rainha a fazer outra rota comercial a caminho da China, ou Cataí, como eram conhecidas as terras ao noroeste. Também passaram a comercializar com a Turquia e com a Rússia, mas, perceberam que essas viagens não trariam metais preciosos. Porém, a ideia de enviar pessoas para colonizarem terras novas e a possibilidade de fundar colônias na América começou a empolgar. Humphrey Gilbert (?-1583), um cavaleiro de Devon, que havia realizado as viagens à China, obteve de Elizabeth, em 1578, o privilégio de descobrir novas terras. Assim, com seis navios tripulados, incluindo o seu próprio irmão, Walter Raleigh (1552?-1618), realizaram várias viagens, mas sem sucesso algum.

Em 9 de setembro de 1583, Gilbert morre. Seu irmão continua à procura por novas terras e, em 1585, foi estabelecida uma pequena colônia na ilha de Roanoke, batizada de Virgínia, em homenagem à rainha. Entretanto a ideia de colonização da área fracassou, e a pressão da Espanha contra a Inglaterra aumentava, assim, todo o esforço marítimo deveria concentrar-se na Inglaterra.

De acordo com Woodward (1964), em abril de 1587, Drake realizou um ataque à Cádiz, destruindo milhares de toneladas e mantimentos. Até junho daquele ano, atacaria inúmeros navios espanhóis, atrasando-os. Dessa forma, a Armada Espanhola ficou pronta apenas em 1588.

Silveira (2014, p. 43) informa os números da Armada Espanhola quando ficou pronta, pois muitas das suas embarcações não eram possíveis de serem utilizadas no turbulento Oceano Atlântico, além dos inúmeros ataques de Drake.

Foram reunidos 130 navios, carregando 2.500 canhões e mais de 30.000 homens, dois terços dos quais, soldados. Das embarcações, 20 eram galeões, 44 navios mercantes armados e 8 galeras de mediterrâneo; o resto compunha-se de pequenos barcos ou transportes desarmados e seu plano era subir a Mancha, recolher a bordo uma força expedicionária de 16.000 veteranos dos Países Baixos, comandados por Alexandre de Parma, e desembarca-la na costa sul da Inglaterra.

Em contrapartida, os marinheiros eram números inferiores em relação aos soldados, que não tinham experiência assim como os capitães.

Na Inglaterra, a preparação iniciou-se no início de 1588, e a Marinha era a primeira na linha de defesa, mas era necessário organizar a força terrestre. Isso foi um grande problema, pois a Inglaterra não possuía exército permanente, por isso foram convocados homens capazes de cada comunidade. Estes receberam armas e foram instruídos sobre o uso delas. A nobreza foi convocada para fornecer cavalos e criados para cavalaria. Nesse momento, o patriotismo falou alto e membros da pequena nobreza realizaram grandes doações. De acordo com Silveira (2014, p. 44), “Reuniram-se cerca de 50 mil infantess e 10 mil cavalarianos, 29 mil homens de Londres e do sul do país formavam a defesa pessoal da rainha”.

Os rios Tâmesa e Medway foram preparados para receberem os navios espanhóis, e a cada curva estratégica encontrava-se uma plataforma de artilharia. Importante destacar a geografia da região, como

[...] no interior dessa ilha, e a sul dos Cheviotes, a terra fica dividida em duas partes: as terras altas do norte e do oeste e as terras baixas ao sul e do leste. Assim, a região mais atraente para um invasor é, também, a mais próxima do continente, sendo ainda a mais acessível, pois contém certas quantidades de portos naturais e de rios facilmente navegáveis. (WOODWARD, 1964, p. 9).

Assim, por ser de fácil acesso ao interior do país pelos rios, como forma de aviso, colocaram mil archotes ao longo da costa meridional e no alto de cada morro de Sussex e Kent e “Ao primeiro sinal de velas espanholas, essas cestas de piche e alcatrão seriam imediatamente acessas [...] mandando o alarme para Londres em vinte minutos ou menos” (SILVEIRA, 2014, p. 44).

No final de julho de 1588, a Armada Espanhola partiu da Espanha. Segundo a organização feita pelo rei Filipe II, uma parte deveria ir para o Canal da Mancha, onde se encontraria com as embarcações vindas dos Países Baixos. Porém, não houve tempo do aviso chegar ao destino e os espanhóis encontraram-se com a

marinha real de Elizabeth, com pesados navios de transporte e abastecimento. Os espanhóis não estavam preparados para o tipo de batalha que iriam travar e foram bombardeados à distância pelos ingleses, enquanto os soldados espanhóis estavam nas embarcações, aguardando o conflito tradicional de corpo a corpo. Woodward (1964, p. 108) apresenta as claras diferenças entre as duas marinhas e como aconteceu o ataque:

[...] No que dizia respeito a barcos de combate, os ingleses eram quase tão fortes. Em poder de combate eram superiores, porque seus navios eram mais rápidos, mais facilmente manejáveis, e construídos, principalmente para transportar canhões, enquanto os barcos espanhóis, se bem que fortemente armado, ainda ostentavam as superestruturas do velho modelo, próprias para a luta de abordagem. Os ingleses dividiram suas forças: uma esquadra a oeste para impedir um desembarque direto, e uma segunda esquadra a leste, para impedir que Parma enviasse seus transportes. [...] O ponto mais vulnerável [...] era, contudo a junção entre a grande Armada e os transportes de Parma. [...] Cerca da meia-noite de 28 para 29 de julho, os ingleses, com as duas esquadras agora unidas, enviaram oito barcaças de fogo de encontro aos navios espanhóis, causando grande confusão entre eles.

No dia seguinte, houve o confronto armado e o calibre da artilharia inglesa mostrou-se muito mais forte. A partir daí, a Armada Espanhola foi fracassada, perdendo inúmeros barcos, nas mais variadas formas de ataque, inclusive com o apoio do vento e,

[...] a derrota da Invencível Armada foi recebida como um milagre, pois havia décadas que a sombra do poderio espanhol pairava sobre o cenário político. Um impulso de religiosa emoção tomou conta de todos e foi cunhada uma das medalhas para comemorar a vitória (SILVEIRA, 2014, p. 46).

Nesse momento, a autoestima da Inglaterra estava em alta, sobretudo a imagem da rainha, a “Rainha Virgem”, que, segundo Peter Burke (2004, p. 74),

Retratos de Elizabeth I como a Rainha Virgem, produzidos em massa com o auxílio de matrizes no final do século 16, substituíram retratos da Virgem Maria e podem ter desempenhado algumas de suas funções, preenchendo o vácuo psicológico criado pela Reforma.

Nesse período, Elizabeth já mostrava suas feições da idade, mas tinha sérios problemas em aceitar, por isso tingia seus cabelos com cor nada natural, além da imensa quantidade de pó branco, vestia-se com vestidos bordados de ouro e prata,

ornamentados com pérolas e diamantes, e os pintores representavam-na eternamente jovem.

Poetas declamavam ao seu favor, comparando-a as deusas. As pinturas expressavam a paz, a virtude, a majestade com inúmeros símbolos e signos. Nos últimos anos do seu reinado, havia grande entusiasmo ao redor da imagem da rainha.

Porém, nem sempre os resultados foram positivos. Em 1592, epidemias de peste desgraçaram a agricultura. Os gastos militares eram altos, e o Parlamento preocupou-se com os encargos três vezes mais altos. São fatos que devem ser levados em consideração, pois era uma época em que a Inglaterra tinha aumentado sua confiança.

Nessa época, seus grandes conselheiros já haviam falecido: Leicester, em fins de 1588, Walsingham, em 1590, e Cecil, em 1598. Agora estavam presentes novas personalidades, a fim de garantir o favoritismo real: Walter Raleigh e o enteado de Leicester, Roberto Devereux (1566-1601), Conde de Essex:

Os favores da Rainha pendiam para o violento, elegante e ambicioso Capitão da Guarda, Sir Walter Raleigh. Essex era mais jovem e mais ativo, de modo que logo substituiu o Capitão na simpatia da Rainha; e ele também era ambicioso e pôs-se a criar seu próprio partido na Corte e no Conselho [...] (SILVEIRA, 2014, p. 48).

Em pouco tempo, Essex assumiu grandes poderes dentro do Conselho, e acreditava que deveria entrar novamente em guerra contra a Espanha. E, em 1596, uma nova expedição fora enviada contra Cádiz sob comando de Essex e Raleigh, sendo uma brilhante ação em conjunto. Voltaram triunfantes, aumentando a popularidade de Essex.

No verão de 1597, os ingleses dirigiram-se para as ilhas dos Açores, a fim de combater novamente os espanhóis. O vento ajudou novamente, afundando os navios, mas os ingleses não conseguiram tomar nenhum porto da ilha.

Ao retornar para a Inglaterra, Essex encontrou uma rainha enraivecida. Retirou-se da corte certo de que tinha sido mal compreendido. Logo, correligionários reuniram-se em torno dele, para projetá-lo de novo junto à Rainha. O agravamento da situação na Irlanda era a forma que via para recuperar sua imagem.

Nos primeiros 30 anos do reinado de Elizabeth, já havia acontecido três levantes na Irlanda, o quarto, em 1590, transformou-se numa guerra. A Irlanda

tornara-se uma peça chave para qualquer nação que desejasse tirar vantagem contra a Inglaterra.

Se fizesse Essex de vice-rei e este conseguisse combater a rebelião, ele recuperaria seu poder, o que seria perigoso. Em abril de 1599, teve permissão para ir à Irlanda com o maior exército inglês mandado para lá até então. Porém planejou algo dramático e decidiu não acatar as decisões da Rainha, deserdando para Londres sem anunciar. Essex havia se tornado um perigo.

O Conde foi detido em seu domicílio, porém, em poucas semanas depois tentou provocar um levante na cidade e raptar a rainha. O plano fracassou, e no fim de fevereiro de 1601, foi morto na Torre de Londres por traição.

Ao longo de toda a Era Elizabetana, de acordo com Woodward (1964), verificou-se certa intranquilidade agrária, assim como o aumento de vagabundos e homens sem emprego. O cercamento das áreas rurais era uma velha queixa, em menor escala, mas continuavam. Era necessário tomar providências a favor dos indigentes.

Ao longo do século XVI, houve aumento do custo de vida. Na era Elizabetana, o homem rico passou a ser o homem industrial que comprava terras. Além desse abismo entre ricos e pobres, não há como negar o aumento dos níveis de vida e melhoria de costumes em toda a sociedade.

Na concepção de Woodward (1964), a literatura e artes foram irregulares e sem brilho, não havendo escolas de pintura, a arquitetura era uma mistura de estilos. As inovações “dignas” foram na música e no drama. Houve interesse pela geografia, navegação e aperfeiçoamento de instrumentos científicos, mas pouca contribuição no campo filosófico.

Na educação, tanto nas universidades como nas escolas, não ocorreram mudanças na segunda metade do século XVI. O currículo ocupava-se da gramática e da sintaxe das línguas clássicas.

Em pouco tempo, os sinais de imensa vitalidade da rainha começaram a desaparecer e, por muitos dias, permaneceu deitada sobre seus coxins. A morte se aproximava, e a ansiedade pela sucessão também, assim dois dias após anunciar que o herdeiro do trono seria Jaime, filho de Mary Stuart, nas primeiras horas da manhã do dia 24 de março de 1603, a rainha faleceu.

Elizabeth transformou um país atrasado em uma potência internacional. Enfrentou batalhas e manteve-se no poder. Assim, encerra-se uma das dinastias

mais importantes da Idade Moderna e da história inglesa. Seus dois sucessores seguintes fracassam na administração do país levando ao colapso e à Revolução Inglesa⁵⁵.

No próximo capítulo, aborda-se como o cinema utiliza a história, tal como esta pode utilizá-lo como fonte histórica, assim como as implicações sobre essa metodologia.

⁵⁵ Movimento contra a monarquia dos Stuart que demonstram menosprezo pelas instituições inglesas e aproximaram-se da Espanha. Os dois membros dessa dinastia eram detestados pelo Parlamento por desprezarem as regras inglesas.

3 CINEMA E HISTÓRIA

Neste capítulo, busca-se realizar uma abordagem sobre a o uso da história no cinema, bem como toda a problemática que se estabelece sobre essa fonte de pesquisa. Para aprofundar esta análise, realizaram-se estudos , sobretudo, a partir de Peter Burke (2004), Marc Ferro (2010), Marcos Napolitano (2010), Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), Monica Kornis (1992), Michèle Lagny (2009), Jorge Nóvoa (2012), Ana Paula Spini (2010), Rafael Rosa Hagemeyer (2012), José Baldissera e Tiago Bruinelli (2014) e o cineasta Jean-Claude Carrière (2006).

3.1 O uso da história no cinema

Desde os primórdios da sociedade, os hominídeos se utilizaram de imagens⁵⁶ para comunicar-se e isso permanece até hoje, fazendo com que sejamos atravessadas por elas de forma estática ou em movimento.

Acredita-se que, se não houvesse as pinturas rupestres, talvez não se soubesse nada sobre a forma de viver dos antepassados. Como afirma Rafael Rosa Hagemeyer (2012), muitas dessas pinturas, provavelmente, eram acompanhadas por recurso musical, ampliando o poder evocativo das imagens, assim como na memorização. Com a descoberta do poder de simulação que imagens e sons produzem, muitos artistas, ao longo da história, tentaram buscar a combinação simultânea desses dois itens, muito antes do cinema.

Peter Burke (2004) afirma que ocorreram duas revoluções no que concerne à produção de imagens: a primeira seria o surgimento da imagem impressa como gravuras em madeiras, entalhe, gravuras em água-forte. A segunda revolução ocorreu durante os séculos XV e XVI com o surgimento da fotografia, incluindo cinema e televisão nos séculos XIX e XX. Segundo o autor, essas revoluções permitiram que as imagens ficassem disponíveis às pessoas comuns.

As imagens, ao longo do curso da história, também foram utilizadas para catequizar e sobrepujar várias sociedades e materializar em pinturas seres

⁵⁶ “As imagens são representações de ideias, sonhos medos e crenças de uma época. Logo, são elas próprias fontes históricas e, sendo assim, material para a análise e interpretação histórica. Durante muito tempo, servirão apenas de ilustração, tornando os textos historiográficos atraentes. Mas com o desenvolvimento da ideia de imagem como documento, essa percepção foi transformada e a iconografia se tornou importante fonte para o estudo das mentalidades e das relações sociais” (SILVA; SILVA, 2010, p. 198).

mitológicos, como o diabo e deuses, também para mostrar poderes de reis e rainhas, até mesmo para fins militares, como os cartazes expostos nas Grandes Guerras Mundiais.

Segundo Hagemeyer (2012), a história da comunicação é vista como uma epopeia entre “inventores” ou “descobridores”, preocupados muito mais com os avanços técnico-científicos do que com a linguagem. Pode-se citar, primeiramente, Gutenberg, que permitiu a expansão das comunicações em grande escala com sua imprensa.

Em 1640, um jesuíta alemão, Athanasius Kircher, que se dedicava aos estudos óticos, criou a “lanterna mágica”, que permitia projetar, na parede de uma sala escura, um conjunto de figuras coloridas. Essa “lanterna mágica” era

[...] uma vela acesa dentro de um candeio escuro, se projetava uma luz unicamente para um tubo que, protegido por uma lente, permitia regular a intensidade do foco, sobre a qual era interposta uma chapa de vidro na qual estavam pintadas à mão as figuras coloridas (HAGEMeyer, 2012, p. 72-73).

A revolução industrial do século XIX permitiu uma série de inovações tecnológicas, como a fotografia, que passou a ser considerada a “lente da verdade”. Segundo Peter Burke e Asa Briggs (2006), a primeira forma de fotografia foi feita com a *camera obscura* (câmera escura), após as Guerras Napoleônicas. No ano de 1829, Louis Daguerre, desenvolveu as primeiras imagens fotográficas, dando a elas o nome de daguerreótipos. Em 1839, William Henry Fox Talbot aperfeiçoou o daguerreotipo, criando imagens mais delicadas com o uso de nitrato de prata, produzindo “negativos” sobre o papel. Posteriormente, em 1851, Frederick Scott, inventou um processo que permitia que as imagens ficassem mais nítidas. O ano de 1861 é marcado pela primeira fotografia colorida, em três cores, que só podia ser vista através de um projetor, foi feita pelo cientista James Clerk Maxwell. Com esse invento, permitiram-se novas possibilidades de criar imagens em sequências, e a capacidade de ser reproduzida em larga escala.

Na década de 1870, placas de gelatina seca, fabricadas industrialmente passaram a ser utilizadas, fazendo com que os custos e os tamanhos das câmeras caíssem, sobretudo quando o norte-americano George Eastman deu sua

contribuição: a câmera Kodak⁵⁷, que podia ser utilizada por qualquer um, em qualquer lugar.

As “imagens em movimento” foram a maior revolução tecnológica naquele momento. De acordo com Briggs e Burke (2006), Eadwerd Muybridge realizou uma série cronofotográfica de movimentos de cavalo em 1872. Em 1893, Eadwerd, realizou uma exposição fotográfica de cavalos e ginastas saltando.

Surge, no final do século XIX, uma máquina que daria origem a todo o sistema de mídias atuais, que, segundo Leite (2003), nos ensinam como nos comportar, o que pensar, o que sentir, o que temer e o que desejar. E o cinema “como objeto industrial, essencialmente, reproduzível e destinado às massas, o cinema revolucionou a sétima arte, da produção à difusão” (KORNIS, 1992, p. 237).

No final do século XIX, os irmãos Lumière⁵⁸ conseguiram produzir uma máquina que captasse fotografias animadas, era a forma mecânica resultante de um processo físico-químico desejado por inúmeros povos e muitas gerações.

Esse cinematógrafo⁵⁹ foi o resultado de várias experiências anteriores, e a primeira captação de cenas, segundo Leite (2003), foram cenas do cotidiano e de acontecimentos históricos que passaram a ser registrados. A primeira sessão de cinema realizou-se em 28 de dezembro de 1895, em Paris, e apenas 33 pessoas compareceram para conhecer a inovação tecnológica e a exposição de alguns filmes curtos que retratavam a vida cotidiana, como a saída de trabalhadores da usina, a refeição deles com seus filhos.

Neste período o ideal era que houvesse neutralidade na captação das imagens, porém Leite (2003, p. 16) enfatiza que,

⁵⁷ Briggs e Burke (2006, p. 167) assinalam que em cinco anos foram vendidas 90 mil Kodaks. Elas não tinham sistema de foco e possuíam apenas uma velocidade de disparo. Eram vendidas já carregadas com um rolo de papel negativo para produzir cem imagens e “Quando o rolo acabava, a câmera era empacotada e enviada para a fábrica, descarregada, recarregada com filme novo e devolvida ao consumidor em dez dias.”

⁵⁸ Auguste Lumière (1862-1954) e Louis Lumière (1864-1948) nasceram em Besançon, na França. Eram filhos de um fotógrafo e proprietário de indústria de filmes e papéis fotográficos. Na indústria do pai elaboraram uma série de estudos e técnicas até chegarem ao cinematógrafo.

⁵⁹ Ancestral da filmadora é um aparelho movido a manivela e utiliza negativos perfurados, substituindo a ação de várias máquinas fotográficas para registrar o movimento. Tornou também possível a projeção das imagens para o público.

[...] logo ficou evidente que tanto as câmaras fotográficas, como as cinematográficas, não proporcionavam o registro objetivo da realidade, uma vez que as imagens produzidas eram o resultado de escolhas feitas pelos fotógrafos e cineastas e que tais escolhas eram condicionadas por interesses, suas crenças, seus valores, seus preconceitos e convenções de sua época.

Durante parte da história do cinema, ele foi mudo, e havia inclusive a necessidade, segundo Carrière (2006), da existência de uma pessoa com bastão explicando o que ocorria na cena, conhecido como explicador.

Atualmente, o cinema é considerado a sétima arte⁶⁰, atingindo a grande parcela da população mundial e fascinando com seus efeitos, movimentos, interpretações, personagens cativantes e odiados que, desde o século XX, tem encantado inúmeras gerações.

Essa arte também é considerada uma “máquina de dinheiro” e há uma concorrida disputa entre produtoras em busca de lucros. Muitos dos filmes que arrecadam estrondosos lucros são os filmes históricos, afinal o ser humano continua com as suas célebres perguntas: de onde viemos? O que somos? Para onde vamos?

Um exemplo de como os filmes históricos garantem às produtoras estrondosos lucros, estão relacionadas com magias, bruxos, fadas e outros seres sobrenaturais, como aparecem nas sagas “O Hobbit”, “O Senhor dos Anéis” e “Piratas do Caribe”.

Os prêmios do Oscar⁶¹, de forma geral, os filmes históricos também sempre aparecem como fortes concorrentes e acumulam prêmios de melhor filme, como “12 anos de escravidão” em 2014; “O discurso do rei”, em 2011; “Gladiador”, em 2001; “Shakespeare Apaixonado”, em 1999; “Titanic”, em 1998; “Coração Valente”, em 1996 e “A lista de Schindler”, em 1994, se considerarmos os filmes desde a década de 90. Mas há outra série de categorias em que inúmeros filmes foram indicados, como figurino, melhores atores entre outros.

⁶⁰ Segundo Metz *apud* Spini (2010) por possuir discurso imagético formado pela sequência das imagens, pode ser considerado arte, possuindo uma linguagem própria. As artes na sequência são arquitetura, escultura, pintura, gravura, música, coreografia e por fim o cinema.

⁶¹ Prêmio criado pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, da Califórnia (Estados Unidos da América) em 1927. O prêmio é entregue anualmente desde 1929 para profissionais do cinema em diversas categorias, como melhor filme, melhor atriz, melhor ator, melhor trilha sonora, entre outros.

Outro importante ponto que envolve cinema, mas de uma forma diferenciada, são os seriados, que também dão aos canais de televisão enormes lucros, como “*Game of Thrones*”⁶² que está indo para sua sexta temporada e enorme quantidade de seguidores, tais como os seriados “*Vikings*”, “*Spartacus*”, “*The Borgias*”⁶³, “*The Tudors*”⁶⁴, “*Rome*”⁶⁵, “*The Reign*”, “*The Pillars of the Earth*”⁶⁶, “*Camelot*” entre outros.

Essa quantidade de filmes históricos apresentados é apenas um número mínimo da gama que existe, e, por isso, pode-se utilizar a célebre expressão de Marcos Napolitano (2010, p. 240) “O cinema descobriu a história antes de a História descobri-lo como fonte de pesquisa”.

É importante ressaltar que o cinema é, antes de tudo, um espetáculo feito, em primeiro lugar, para ser comercializado e não para ser conservado em museus e/ou arquivos.

Segundo historiadores como Lambert e Schofield (2011) e Marcos Napolitano (2010), existem três abordagens diferentes de se trabalhar a relação História/Cinema: a primeira é o estudo em si sobre a história do cinema; a segunda é a utilização dos filmes como documento⁶⁷ histórico, que oferecem visão da sociedade que o criaram e visualizaram. A terceira abordagem, e mais discutida, são os filmes que apresentam a história em si. A abordagem desta pesquisa concentra-se na terceira, buscando compreender como o cinema interpreta a história, como ele modifica, altera, acrescenta e inventa.

Os filmes históricos ficcionais começaram a ser utilizados como fonte histórica a partir da segunda metade do século XX, sobretudo devido à gama de filmes que surgiam, e as imagens entrarem nas casas, era impossível negá-las. Ferro (1988, p. 201) ressalta qual era a “ordem de importância” dos documentos.

⁶² No Brasil: “Jogo dos tronos”

⁶³ No Brasil: “Os Borgias”.

⁶⁴ No Brasil: “Os Tudors”.

⁶⁵ No Brasil: “Roma”

⁶⁶ No Brasil: “Os Pilares da Terra”.

⁶⁷ Para Le Goff, todo documento é monumento, pois é fruto de escolhas e intenções de quem o analisa, “[...] é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p. 545). Ou seja, todo o documento é uma mentira, pois é resultado de uma “montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (LE GOFF, 1996, p. 547).

[...] na frente do cortejo, desfrutando do prestígio, eis os documentos do Estado, manuscritos ou impressos, documentos únicos, expressão de seu poder, daquele das Casas, Parlamentos, Câmaras de contas; segue-se a corte dos impressos que não são mais secretos: textos jurídicos e legislativos, inicialmente expressão do Poder; jornais e publicações em seguida, que não emanam somente dele, porém de toda a sociedade culta. As biografias, as fontes de história local, a literatura dos viajantes, formam a cauda do cortejo.

A revista que teve Lucien Febvre e Marc Bloch como membros fundadores dos *Annales* incentivou historiadores a buscarem novas fontes, pois, de acordo com Fustel de Coulanges *apud* Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), história é onde o ser humano passou e deixou marca de sua vida e inteligência. Ou seja, “os fundadores dos *Annales*, conclamaram em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogre da lenda, ‘a carne humana’ em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 401). Era necessário buscar qualquer tipo de marca, podendo ser oral, textual, visual entre tantas outras, isso acabou obrigando o historiador a ir buscar novas fontes para escrever a história.

Dentro desse contexto, surgem novas metodologias e linhas historiográficas como a Nova História Cultural, que oportunizou novas leituras da sociedade. Para Ronaldo Vainfas (1997, p. 148-149):

A chamada Nova História Cultural não recusa de modo algum as expressões culturais da elite ou classes ‘letradas’, mas revela especial apreço, [...] pelas manifestações nas massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas... Em uma palavra, a Nova História Cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular.

Roger Chartier (1991), um dos mais célebres historiadores na obra “O mundo como representação”, publicado pela primeira vez na Revista *Annales*, em 1989, traz sua contribuição sobre esses novos objetos, sobretudo sobre a história das mentalidades:

Sob a designação de *história das mentalidades* ou, por vezes, de *psicologia histórica* delimitava-se um domínio de pesquisa, distinto tanto da velha história das ideias quanto da das conjunturas e estruturas. [...] a história das mentalidades construiu-se, pois ao aplicar os novos objetos os princípios de inteligibilidade previamente provados na história das economias e das sociedades. Por isso suas características específicas: a preferência pelo maior número, portanto à pesquisa da cultura tida como popular. [...] A operação, foi, como se sabe, um franco sucesso, estabelecendo uma aliança estreita e confiante entre história e as disciplinas que, durante certo tempo, pareciam ser suas mais perigosas concorrentes (CHARTIER, 1991, p. 174-175, grifo do autor).

Dentro dessa nova corrente historiográfica, surge a utilização de fontes documentais do âmbito cultural destacando-se as representações e o cotidiano, sobretudo, da massa, como o cinema. Porém será apenas, na década de 1960 e 1970, que o cinema será representado como uma fonte histórica, como afirma Jorge Nóvoa (2012, p. 33-34):

Quando o historiador passou a observar o filme [...] rapidamente ele o percebeu como agente transformador da história e como registro histórico. [...]. Este, para o cientista social, para o psicólogo e para o psicanalista, passou a ser visto como um modelador de mentalidades, sentimentos e emoções de milhões de indivíduos, de anônimos agentes históricos, mas também como registro do imaginário e das ações dos homens nos vários quadrantes do planeta.

No Brasil, foram organizados dois eventos, em 1979 e 1983, a fim de fomentar, segundo Kornis (1992), dentro dos grupos de historiadores o uso do cinema como uma fonte documental e formas iniciais de como trabalhá-lo do ponto de vista histórico. Tiveram como objetivo reconhecer a importância das fontes iconográficas, trazendo alguns aspectos como identificar a existência de manipulação ideológica, articulação da linguagem cinematográfica e o contexto da sua realização.

Carrière (2006, p. 54) traz a importância de uma forma geral das obras cinematográficas para a sociedade como fonte histórica.

Todo filme a seu modo, trabalha com o passado; e, como todos sabemos, o passado é a única realidade inquestionável, a única a deixar marcas que podem ser relatadas e até ensinadas. Obviamente, os filmes [...] serão úteis a historiadores e arqueólogos, talvez até a paleontólogos, que, um dia, irão estudar os fatos do século XX.

A autora Michèle Lagny (2009, p.115-116) também traz a justificativa para utilizar o cinema como fonte histórica:

[...] toda produção fílmica pode desempenhar o papel de fonte para a pesquisa histórica: testemunha voluntária ou forçada, narrador realista ou poeta, historiógrafo fantasista ou inquieto, o filme se impõe ao historiador como vestígio, seja de maneira agressiva ou de maneira desviada. Mas ainda é preciso, como diante de todo objeto material saber como passar do vestígio à fonte, transformar em “documento”, e por isto como questionar essas imagens, ao mesmo tempo verídicas enganadoras.

Nesse contexto de discussão, Rosenstone *apud* Nova (2009) afirma que a história escrita é fragmentada e, para entender determinados contextos, é necessária a leitura de várias obras, enquanto o cinema, sintetizado, tem os aspectos interligados, imbricados.

Dentre os filmes históricos que os historiadores mais se interessam, estão os relacionados à história mais recente, mal elucidadas e mal compreendidas, ou objetos de censuras mais ou menos declarados, como afirma Michèle Lagny (2009, p. 104):

Os historiadores se interessam, por conseguinte, mais especialmente por aquelas dos momentos da história, às vezes quase míticos – particularmente sobre eventos fundadores dos estados-nações, da Revolução Francesa ao Risorgimento, passando pela Guerra de Secessão, portanto, experiências históricas recentes, mal explicadas. As guerras do século XX estão entre as favoritas, junto com aquelas anti-coloniais.

O cinema ainda incomoda muitos historiadores, pois atinge muito mais a população do que a própria escrita dos historiadores profissionais. Lambert e Schofield (2011, p. 286) explicitam o motivo:

Porque os historiadores não acreditam no filme histórico? As respostas explícitas: os filmes são imprecisos. Distorcem o passado. Ficcionlizam, trivializam e romantizam as pessoas, os eventos e os movimentos. Eles falsificam a história. As respostas não explícitas: o cinema está fora do controle dos historiadores, mostra que não somos donos do passado e cria um mundo histórico com o qual os livros não podem competir, pelo menos em popularidade. O cinema é um símbolo perturbador de um mundo cada vez mais pós-literários (no qual as pessoas sabem ler, mas não leem).

Acontece que historiadores e cineastas trabalham com fatos históricos, e os cineastas possuem a liberdade de preencher lacunas que historiadores ainda não preencheram, também precisam decidir o que deixar de fora e o que incluir, além de

qual mensagem se pretende passar, sendo influenciados pelo contexto histórico que vivem no momento da produção, tal como o país de produção. Rosenstone (2010, p. 62) deixa bem claro o que se deve ou não esperar de um filme:

Em suma, está na hora de parar de esperar que filmes façam o que (na nossa imaginação) os livros fazem. Devemos parar de esperar que os filmes mostrem os fatos com exatidão, que apresentem vários lados de uma mesma questão, que deem a justa atenção a todas as evidências a respeito de um tópico ou a todos os personagens ou grupos representados em uma situação específica, ou que forneçam um contexto histórico amplo e detalhado para os acontecimentos. [...] não devemos esperar que os filmes sejam o espelho de uma realidade extinta que nos mostrará o passado como ele realmente foi.

Não queremos aqui defender os cineastas, afinal cinema é ficção, não tendo obrigação com a verdade, enquanto a história, mesmo que não seja o discurso verdadeiro, tem compromisso em buscá-la. E, como afirma Peter Burke (2004), o diretor não está apenas preocupado com o que aconteceu, mas também contar uma história na forma artística que possa mobilizar os sentimentos de muitos espectadores.

Para Marc Ferro (2010), um filme testemunha o momento em que é produzido, e os poderes públicos e privados pressentem que ele tem um poder corrosivo, por isso da necessidade de apoderar-se de tal instrumento, mesmo que seja praticamente impossível, pois o cinema é independente, autônomo.

José Baldissera e Tiago Bruinelli (2014) destacam que muitos filmes não foram considerados “históricos” quando foram produzidos, mas, depois de algum tempo, acabaram sendo importantes para a história, pois não deixaram de registrar características, valores, princípios da época. Representam um retrato da época em si.

A partir dessas informações, pode-se aqui confirmar expressões como “a história é filha de seu tempo” de Lucien Febvre *apud* Peter Burke (1991), ou mesmo a expressão de Leandro Karnal (2009, p. 8), em que a história “é viva e mutável”, uma vez que é possível fazer diferentes análises em diferentes tempos, tal como a escrita, e isso reflete nas obras cinematográficas.

Quando a tecnologia fílmica foi inventada, surgia a possibilidade de apreender no tempo as imagens. Esse aspecto foi importante para a história, pois, como afirmam Jorge Nóvoa e José D’Assunção Barros (2012, p. 7), as relações entre história e cinema iniciaram, quando o último “começou a representar, de diversas

maneiras, a história ou os ambientes históricos”. Assim, o cinema interfere na história e se entrelaçam.

O primeiro ponto que o historiador deve ater-se, ao trabalhar com cinema, são aos detalhes da obra. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad (1997), um filme é complexo, reunindo e combinando diversos sinais a decodificar, iniciando pelas propagandas (cartazes e pôsteres) que são distribuídos para atrair espectadores. O áudio, como as falas gravadas, as músicas das trilhas sonoras, os ruídos naturais, de passos, tiros, papel a ser amassado, etc, além dos textos que não são vistos na rodagem do filme, mas que passam nos bastidores, além dos movimentos das câmeras, as tecnologias e as limitações envolvidas em cada época, enfim, todos os aspectos que demonstram as escolhas da direção consciente ou não, afinal, como afirma Marc Ferro (2010, p. 117) “[...] um filme sempre vai além de seu próprio conteúdo”.

Um conceito pertinente ao campo de estudo são as relações de poder que, de acordo com Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998, p. 943-944), poder “designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais. [...] pode ser exercido por meio de instrumentos ou de coisas”. Esse poder, para Pierre Bourdieu (2005, p. 8-9), só pode ser exercido “com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ao mesmo que exercem”.

Esse poder pode ser exercido através dos meios de comunicação, via imprensa, rádio, televisão e cinema, sempre tentando atingir ou influenciar grupos da sociedade. Como destaca Barros (2012), o cinema mostra-se um poderoso instrumento de difusão ideológica, ou uma arma imprescindível no seio do articulado sistema de propaganda e marketing, mostrando-se muito interessante para historiadores a possibilidade de examinar as relações entre cinema e poder. Por exemplo, em diferentes épocas, os filmes tiveram interesses diferentes, muitas vezes como propaganda política, no caso dos filmes nazistas, ou também como um meio educador como argumentavam líderes da Revolução Russa. Essa era uma forma de mostrar poder, externamente, quando lançados em outros países ou exercer poder sobre a sociedade, como nos meios educativos utilizados pelos líderes da Revolução Russa e também podem comprovar acontecimentos, como os filmes apreendidos e utilizados no julgamento de Nuremberg.

Não se pode esquecer de que os filmes também contêm uma grande carga ideológica, como afirma Jorge Nóvoa (2012, grifo do autor, p. 35)

O fenômeno do cinema se transformou assim, rapidamente, em um excelente meio para dominar corações e mentes, criando e manipulando as evidências, elaborando uma realidade que quase nunca coincide objetivamente com o processo histórico que pretende traduzir. A realidade-ficção do cinema promove, de fato, as leituras e interpretações das camadas sociais que, direta ou indiretamente, controlam os meios de produção cinematográfica. Estes se tornaram, ao longo do século, um dos mais eficazes instrumentos promotores de substância ideológica homogeneizadora da dominação do capital nas diversas nações e no mundo, a ponto de se usar, de mais a mais, em alguns meios científicos e em diversas latitudes/longitudes, já não mais tanto a ideia do consenso, mas a noção do 'pensamento único', para acentuar a ação dominadora dos meios de comunicação hoje. [...] é preciso examinar a fundo o cinema como veículo de ideologias formadoras das grandes massas da população e que pode ser utilizado, com plena consciência de causa, como meio de propaganda.

Nesse sentido, são ideologias, conceitos morais de uma época, de uma classe, de uma sociedade. E, nos meios midiáticos, muitas vezes, é exposta a ideologia hegemônica.

Entende-se aqui por ideologia o conceito exposto por Kalina Silva e Maciel Silva (2010, p. 205, grifo do autor), que é “um conjunto de ‘ideias’ ou, mais exatamente, de crenças mais ou menos coerentes. Considera ainda que as ideologias são formas de se entender o mundo e de se posicionar nele.” E há o consenso que todas as sociedades são providas de ideologias. E que não existe uma “única” ideologia dentro de uma sociedade, mas várias.

O cinema, enfim, pode manipular informações, construir versões. É isso que temos que considerar. Mas, não são só os filmes de ficção, neste caso que manipulam, mas os filmes-documentários e cinejornais também o fazem, pois o real está roteirizado e, assim, todo o filme é um filme de ficção. Segundo José Baldissera e Tiago Bruinelli (2014, p. 10), com o cinema:

[...] se aprende e apreende todo um imaginário sobre determinada época. Mesmo que a esse imaginário sejam acrescentadas visões outras que não são defendidas pela história oficial, elas nos ajudam a mergulhar em outra época envolta em magia e encantamento de uma maneira que dificilmente outras mídias oferecem.

Um exemplo do que foi citado refere-se aos inúmeros romances que possivelmente a rainha Elizabeth I teria, como com o Conde de Essex, Walter

Raleigh e Robert Dudley, que aparecem nas três obras que foram analisadas neste estudo.

Os filmes não possuem apenas a capacidade de registrar o passado, mas também criar uma memória histórica, pois, conforme Michèle Lagny (2009), no mundo contemporâneo em que amnésia é um medo recorrente, é necessário criar mecanismos para assegurar a identidade de grupos. Entre os mecanismos utilizados para lembrar a população de algo, o cinema desempenha papel essencial, pois ele próprio se encarrega de trazer para a ficção que a memória oficial procurou ocultar. Além disso, é um meio para lembrar personagens históricos, diluir tensões, polêmicas, incertezas ou fortificar a imagem de algo/alguém.

Atualmente, o cinema exerce enorme controle e poder sobre o tempo de lazer, afinal as idas às videolocadoras e os canais fechados permitem que o cinema entre mais fácil nas residências e, muitas vezes, sendo utilizado em tempos ociosos para “relaxar”, mas sendo manipulado inconscientemente, pois fornece, segundo Leite (2003, p. 7):

[...] os modelos daquilo que é certo e o errado, o bem-sucedido ou o fracassado, o poderoso ou o impotente. A cultura da mídia fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de nós, e eles. Auxiliar a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: Define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral.

Spini (2010) afirma que uma das maneiras de inserir os modelos exemplificados por Leite (2003), podem ocorrer a partir do melodrama, que surgiu no teatro a partir do século XVIII. Visava atender a sociedade burguesa que cumpria um papel regulador, oferecendo o conflito entre o bem e o mal. Ao longo do século XX, o melodrama pode ser caracterizado como um gênero dramático da produção cinematográfica hollywoodiana⁶⁸, tornando universais valores e virtudes valorizados pela sociedade norte-americana. Não se pode esquecer que o cinema hollywoodiano é um dos mais, se não, o mais influente atualmente.

Segundo Nova (2009), historiadores como Carlo Ginzburg e Natalie Daves também identificaram em filmes analisados que existem dois discursos audiovisuais: o tradicional e o pós-moderno. Os primeiros são relacionados à estética hollywoodiana e apresentam o passado com uma roupagem ultrarrealista, tomando

⁶⁸ Com a Primeira Guerra Mundial, é criado, na Califórnia, EUA, Hollywood, local onde se concentram as grandes produtoras de cinema.

por base os valores estéticos do romance do século XIX, tendo uma visão fechada do passado. Já os pós-modernos rejeitam a transparência como modelo de representação e uma história de múltiplos significados, deixando espaço para interpretações variadas e mostram o passado em toda sua complexidade e indeterminação. Rosentone *apud* Nova (2009, p. 143) sintetizou onze características dos filmes pós-modernistas:

Explicam o passado com consciência do que estão fazendo; 2) narram a história com uma multiplicidade de pontos de vista; 3) afastam-se da narrativa tradicional, com seu clássico 'princípio, meio e fim'; 4) renunciam a um desenvolvimento cronológico da história ou, se narram história, se recusam a levar a sério a narração; 5) abordam o passado com humor, paródia, o absurdo, o surrealismo, o dadaísmo e outras atitudes irreverentes; 6) mesclam elementos contraditórios – passado e presente, ficção e documentário – e usam o anacronismo criativo; 7) aceitam e, inclusive revelam sua parcialidade, partidarismo e retórica; 8) rejeitam analisar o passado de uma forma totalizadora; ao contrário, preferem um sentido aberto e parcial; 9) alteram e inventam personagens e fatos; 10) utilizam um conhecimento fragmentário ou poético; 11) nunca esquecem que o presente é o lugar de onde se representa e se conhece o passado.

Esses dois termos ainda permanecem em discussão por vários autores, que estabelecem características diferentes para as duas linhas.

Os cineastas, como já dito, podem escolher o que mostrar ou não, de acordo com as pressões externas. Um dos exemplos das pressões externas são os filmes hollywoodianos a partir da década de 1980, em que tentaram inserir os negros na narrativa da nação. E aí está a importância de se fazer um estudo, como afirma Marcos Napolitano (2010, p. 237).

Em outras palavras, é menos importante saber se tal ou qual filme foi fiel aos diálogos, à caracterização física dos personagens ou a reproduções de costumes e vestimentas de um determinado século. O mais importante é entender o porquê das adaptações, omissões, falsificações que são apresentadas num filme. Obviamente, é sempre louvável quando um filme consegue ser "fiel" ao passado representado, mas esse aspecto não pode ser tornado como absoluto na análise histórica de um filme.

Não existe uma receita para elaborar uma análise cinematográfica, mas, como todo documento, eles devem responder preocupações costumeiras como o contexto, ser decifrado de acordo com isto, também ser interrogado, para ser lido e interpretado novamente, conforme afirma Lagny (2009, p. 116):

Certas dificuldades de uso provêm da metodologia histórica propriamente dita, a qual todo o historiador está habituado: a pesquisa das fontes, a crítica documentária, com o estudo da origem e da autenticidade das bandas fílmicas, a colocação cronológica e a construção da relação com o contexto, que necessitam a pesquisa de fontes escritas complementares.

Vanoye e Goliot-Lété (1994, p. 15, grifo do autor) contribuem sobre os cuidados e a análise informando-nos que é preciso “despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que são se percebem isoladamente “a olho nu”, pois se é tomado pela totalidade”

De acordo com os três últimos autores, deve-se analisar não apenas a narrativa, mas os mais abrangentes aspectos como a tomada de câmera, o enquadramento, a luz, as cores, ritmos, música, ruídos, as pressões externas como a ideologia daquela sociedade, os acontecimentos globais e isso pode revelar muito sobre o filme que o roteiro não revela. De acordo com Chartier *apud* Kornis (1992), o filme transforma o que recortou do real e o interpreta.

Para finalizar este capítulo, é importante enfatizar que, por se tratar de um Curso de Licenciatura, tal estudo possibilitará que sejam realizados trabalhos de análise crítica de obras cinematográficas, auxiliando os educandos em sala de aula a perceberem que tais obras são uma construção, uma leitura da História, e não uma realidade fiel do passado. Como toda fonte, precisa que seja lançado um olhar crítico e contextualizado. É o que se pretende no próximo capítulo: As representações de Elizabeth I da Inglaterra em três obras cinematográficas.

4 AS REPRESENTAÇÕES DA RAINHA DA INGLATERRA ELIZABETH I EM OBRAS CINEMATOGRAFICAS

No presente capítulo, pretende-se abordar as representações cinematográficas realizadas sobre a rainha Elizabeth I em três períodos distintos, em 1939, 1955 e 2008. Analisam-se os períodos em que foram produzidos, pois, como se afirmou no capítulo anterior, os acontecimentos do período em que são produzidos influenciam significativamente as obras cinematográficas.

Aborda-se também mostrar a imagem que se quer passar dessa rainha que é uma das mais populares da dinastia Tudor, elencando imagens que julgamos necessárias para as interpretações apresentadas.

4.1 As representações de Elizabeth I

Elizabeth I da Inglaterra é uma das rainhas mais emblemáticas e está entre as mais representadas na História, inclusive no seu próprio tempo, pois de acordo com Carlos Roberto Ludwig (2010, p. 55), “a idealização da figura de Elizabeth na poesia e na pintura estão intimamente relacionadas entre si e como Elizabeth incentivava a arte e o teatro com fins propagandísticos e de idealização de sua figura.” Assim, havia exaltação, dentro do período elisabetano, através da poesia e teatro como *The Faerie Queene* e *King Henry VIII* de Shakespeare, além disso, sua figura também aparece em medalhões e pintura.

Nas pinturas, como foi mencionado na subseção “Elizabeth I da Inglaterra: a rainha virgem”, Elizabeth era sempre jovem e imponente. A rainha era associada a figuras divinas, como Minerva⁶⁹, com semblante sempre jovem – exceto após seu falecimento - e também pinturas eram realizadas após acontecimentos importantes, como o da coroação, de 1559, que foi utilizado como fonte para criar o figurino de coroação no filme *Elizabeth* (1997) e, após a vitória sobre a Armada Espanhola, atribuída a George Gower⁷⁰ (1540 – 1596). Ao final da sua vida, em 1600, um dos importantes quadros⁷¹ sobre Elizabeth I foi pintado e atribuído a Isaac Oliver,

⁶⁹ Quadro *Elizabeth I and the Three Goddesses*.

⁷⁰ Quadro *Armada Portrait*.

⁷¹ Quadro *Rainbow Portrait*.

retratando-a jovem. Essa imagem é utilizada em várias capas de bibliografias sobre a rainha e possui uma grande carga simbólica.

Jorge Bastos da Silva (2009) afirma que não é surpreendente que formas artísticas novas suscitasse a rainha, como romances, ópera e cinema.

De acordo com Elisabeth Frenzel *apud* Silva (2009), são três momentos críticos que aparecem: a juventude penosa durante o reinado da meia-irmã Maria; o conflito com Mary Stuart, rainha da Escócia; e a quebra de relações com Essex. Inclusive, a obra de Ben Jonson, *Cynthia's Revels*, de 1601, é tema de várias outras obras.

Na ópera clássica, seu nome é entonado em duas obras em que é personagem protagonista como *Elisabetta, Regina d'Inghilterra* de Gioacchino Rossini, estreada em Nápoles em 1815, em cujo enredo há amor, ciúme e intriga envolvendo Isabel, Conde de Leicester e o Duque de Norfolk.

Destaca-se também a ópera clássica denominada *Gloriana*, com partitura de Benjamin Britten e escrita por William Plomer, estreada em Londres, em 1953. *Gloriana* se passa na última década e centra-se na problemática relação com Robert Devereux, Conde de Essex.

Essa obra teve apoio estatal e era apresentada dentro das celebrações oficiais da coroação de Elizabeth II. Os autores Britten e Plomer usaram a obra de Lytton Strachey, *Elizabeth and Essex: A Tragic History*⁷². Atualmente, especialmente no Brasil, não é comum as pessoas presenciarem óperas e, como afirmam Baldissera e Bruinelli (2014, p. 28): “Muitas gerações, a partir do século XX, têm conhecido a história principalmente através do cinema, e depois, através de livros didáticos e/ou romances históricos”.

Encontram-se também, no Brasil, romances em que Elizabeth é a protagonista, como “Anoitecer de um reinado”, de Margaret George; da romancista britânica, Philippa Gregory⁷³, com “O amante da virgem” e, da autora Robin Maxwell,

⁷² No Brasil, esse livro é lançado em 1940, com o título “A Rainha Elizabeth – e seus trágicos amores com o Duque de Essex”.

⁷³ Autora do livro “A irmã de Ana Bolena”, que foi adaptado para o cinema e recebeu o título “A Outra”, estrelado por Natalie Portman (Ana Bolena), Scarlett Johansson (Maria Bolena) e Eric Bana (Henrique VIII). Também é autora dos livros “A Rainha Branca”, “A Senhora das Águas”, “A filha do Fazedor de Reis” e “A Rainha Vermelha”, que foram adaptados para o seriado da BBC “A Rainha Branca”, que traz a disputa da Guerra das Duas Rosas, a partir das visões de Elizabeth Woodville, sua mãe Jacqueta, Anne Neville e Margaret Beaufort.

tem-se as obras “A princesa virgem”, “O bastardo da rainha” e “O diário secreto de Ana Bolena”⁷⁴.

Partindo dos romances para as minisséries, têm-se: “*Elizabeth R*”, de 1971, estrelando Glenda Jackson no papel de Elizabeth I. O seriado britânico foi exibido pela BBC em seis episódios. O segundo seriado é “*The Virgin Queen*”⁷⁵, também exibido pela BBC em 2005, tendo Anne-Marie Duff no papel principal. A minissérie contou com 4 episódios. No mesmo ano, houve o lançamento da minissérie *Elizabeth I*, interpretada por Helen Mirren⁷⁶, em dois episódios, e exposto pelo canal HBO. No seriado “*Os Tudors*”, a princesa aparece em algumas cenas, a partir da 2ª temporada, ganhando destaque na 3ª e 4ª temporadas.

No cinema em que Elizabeth I é o papel principal, há registros desde 1912, com *Queen Elizabeth* ou *The Loves of Queen Elizabeth* (1912, França). Na década de 1930, encontram-se três filmes: *Maria of Scotland*⁷⁷ (1936, EUA), *Fire over England*⁷⁸ (1937, Reino Unido), *The private lives of Elizabeth and Essex*⁷⁹ (1939, EUA).

Após, há uma pausa e apenas na década de 1950 existem relatos de outros filmes como *Young Bess*⁸⁰ (1953, EUA) e *The Virgin Queen*⁸¹ (1955, EUA). Em 1971, no mesmo ano do da minissérie *Elizabeth R*, foi gravado o filme *Mary, Queen of Scots*⁸² (1971, Reino Unido), em que Elizabeth é interpretada com a mesma atriz da minissérie.

A década de 1990 é marcada apenas pelo filme *Elizabeth* (1997, Reino Unido), que estrelou Cate Blanchett, como Elizabeth, sendo do mesmo diretor de *Elizabeth: The Golden Age*⁸³ (2008, Reino Unido). Na primeira década do século XXI, tem-se a transmissão de duas minisséries: *The Virgin Queen* (2005, Reino Unido) e *Elizabeth I* (2005, EUA/Reino Unido), finalizando com *Elizabeth: The*

⁷⁴ O livro concentra-se na ficção que Elizabeth teria encontrado um suposto diário de Ana Bolena.

⁷⁵ No Brasil: “A Rainha Virgem”.

⁷⁶ Helen Mirren interpretou Elizabeth II em “A Rainha” (2007), drama que abordou as atitudes de Elizabeth II referente à morte de Diana.

⁷⁷ No Brasil: “Maria Stuart: Rainha da Escócia”.

⁷⁸ No Brasil: “Fogo sobre a Inglaterra”

⁷⁹ Ver item 1, p. 9.

⁸⁰ No Brasil: “A Rainha Virgem”.

⁸¹ Ver item 2, p. 9.

⁸² No Brasil: “Mary Stuart, Rainha da Escócia”.

⁸³ Ver item 3, p. 9.

Golden Age (2008) e o seriado *The Tudors*. O último filme lançado sobre Elizabeth I é a *Anonymus*⁸⁴ (2012, Reino Unido).

Assim, pode-se verificar o quanto essa personagem tem visibilidade, seja no cinema e televisão, seja por meio de romances. A seguir, apresenta-se a contextualização histórica do momento em que estavam sendo produzidas as obras *The private lives of Elizabeth and Essex*, *The Virgin Queen* e *Elizabeth: The Golden Age*, que são objetos de estudo desta pesquisa.

4.2 “A História é filha do seu tempo”

Essa expressão reconhecida entre historiadores foi criada por Lucien Febvre, um dos idealizadores da Nova História. É uma expressão curta, mas com um grande significado: em cada período, o mesmo assunto será abordado, analisado e interpretado de forma diferente. Acrescenta-se também que é filha do espaço, pois o local pode influenciar como se vê determinado assunto, enfim, são as nossas experiências históricas que determinam.

O primeiro filme a ser analisado será *The private lives of Elizabeth and Essex*, produzido nos EUA, teve sua estreia mundial no dia 11 de novembro de 1939. No Brasil foi traduzido para “Meu reino por um amor”. A seguir pode-se verificar a sinopse do filme:

O jovem Lord Earl de Essex (Errol Flynn), vitorioso, acaba de retornar da Espanha, mas seu sucesso sofre as críticas da Rainha, que esvaziou os cofres e aumentou os impostos para apoiá-lo, somente para vê-lo retornar sem trazer os espólios de guerra. Entretanto, ele é uma grande ameaça a seu trono, pois ambos são teimosos, obstinados e querem governar a Inglaterra. Francis Bacon (Donald Crisp) é o conselheiro de ambos, porém amigo de Essex. Sir Robert Cecil (Henry Daniell), Lorde Burghley e Sir Walter Raleigh (Vicent Price), são seus oponentes políticos que conspiram para derrubá-lo. Lady Penélope Gray (Olívia de Havilland) é uma dama da corte que, mesmo após descobrir que seu amor pertence somente à Rainha, continua a amá-lo. Porém, sem que perceba, ela é usada por Sir Robert Cecil contra Essex. Hugh O’Neil (Alan Hale) é seu oponente em uma nova guerra. Assim, está montado um quadro emocionante e tempestuoso. (Meu reino por um amor, 1939).

Observando o contexto histórico em que este filme foi produzido, é importante enfatizar que, no ano de 1939, iniciava a Segunda Guerra Mundial que duraria até 1945. As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por momentos conturbados: o

⁸⁴ No Brasil: “Anônimo”.

nazismo imperava na Alemanha em torno de Hitler, a bolsa de Nova York quebrara em 1929, o Brasil era governado por Getúlio Vargas, governo este com característica fascista principalmente após o golpe de Estado em 1937.

Havia, no mundo, um sentimento de tensão e alianças em que tratados eram feitos a todo momento: Aliança entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e França e a Aliança entre Alemanha, Itália e Japão. Segundo Visentini e Pereira (2008), esses dois blocos formavam a disputa entre as potências capitalistas liberais e as potências capitalistas fascistas. Esse último grupo foi um dos mais afetados pela crise de 1929 e como afirma Visentini e Pereira (2008, p. 139) “almejavam a redivisão das esferas de influência”.

Dentro desse contexto, é importante lembrar que as mulheres, em várias partes da Europa e da América do Norte, tinham conseguido o voto feminino e direitos civis iguais depois da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. No Brasil, a primeira eleição que as mulheres poderiam votar seria a de 1937, mas, devido ao golpe de Estado de 1937, esse sonho foi postergado. A maioria das mulheres continuava nas sombras. José Baldissera e Tiago Bruinelli (2014) afirmam, utilizando o filme *Cleópatra* (1934) como exemplo, que o filme mostrava uma mulher americana da época, que, na visão moralista, a mulher perfeita da classe média deveria ser autossuficiente, mas, acima de tudo, fiel e apaixonada.

De forma geral no século XX, ocorreram muitas e rápidas mudanças na economia, cultura e sociedade, como afirma Hobsbawn (1995). O historiador esclarece que o período entre guerras foi o de maior reviravolta no campo das comunicações de massa com o triunfo do rádio e do cinema, no momento era barato e fazia parte do lazer de muitas famílias. E, desde a década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Hollywood, nos EUA, praticamente já monopolizava o cinema internacional.

Nos anos de produção e lançamento do filme *The private lives Elizabeth and Essex*, havia poucas obras sobre a rainha no Brasil, como “A Rainha Elizabeth – e seus trágicos amores com o Duque de Essex” de Lytton Strachey de 1940⁸⁵ e “História da Inglaterra”, de André Maurois, em finais da década de 1930.

No mesmo ano de lançamento do filme *The Private Lives Elizabeth and Essex*, fizeram sucesso no mundo e no Brasil os filmes “... E o vento levou”, “O Mágico de Oz” e “O Morro dos Ventos Uivantes”.

⁸⁵ O lançamento original foi feito em 1928.

The private lives Elizabeth and Essex teve como diretor o renomado Michael Curtiz⁸⁶, que nasceu na Hungria, em 1912, e nacionalizou-se estadunidense após convite, em 1926, de Jack Warner⁸⁷ para ir para Hollywood como diretor. Tornou-se um dos grandes diretores da produtora Warner Brothers, recebendo indicações ao Oscar como Diretor e um de seus filmes na categoria de Melhor Filme⁸⁸. Dirigiu cerca de 50 filmes na Europa e 100 nos EUA. No ano 1939, trabalhou com Bette Davis e Errol Flyn no filme *The Private Lives Elizabeth and Essex*, uma adaptação da peça de teatro de Maxwell Anderson. Segundo Carrière (2006), era comum, nessa época, os diretores terminarem um filme no sábado e começarem outro na segunda, inclusive se analisarmos a quantidade de filmes dirigidos por esse diretor iremos encontrar três ou dois por ano.

Bette Davis⁸⁹ foi uma das grandes atrizes do cinema hollywoodiano, ficando no topo da carreira por 50 anos. Sua primeira aparição na Broadway⁹⁰ foi em 1929, estabelecendo um contrato com a Universal Pictures, porém recebendo poucos papéis nos filmes. Em 1932, assinou com a Warner Brothers, que, após disputas judiciais, passou a receber bons papéis, com direito à premiação de Oscar. Encerrou com a produtora nos finais da década de 40, assinando, posteriormente, com 20th. Century Fox. Participou de dois filmes como rainha Elizabeth: *The private lives Elizabeth and Essex*, pela Warner Brothers e *The Virgin Queen* pela 20th. Century Fox.

O outro protagonista do filme, Errol Flynn⁹¹, ator australiano, assinou com Warner Brothers aos 24 anos. Fez grandes papéis protagonistas, inclusive Robin Hood de *The adventures of Robin Hood* (1938), dirigido por Michael Curtiz. Seu papel no filme é de Robert Devereux, o Conde de Essex, que foi um dos favoritos da rainha Elizabeth nos últimos anos de reinado.

Outro personagem de destaque foi feito por Olivia de Havilland⁹², uma das mais respeitadas atrizes do cinema hollywoodiano, participando do filme *The adventures of Robin Hood* (1938) e *The private lives Elizabeth and Essex*(1939), sob

⁸⁶ Mihály Kertész (1888-1962).

⁸⁷ Jack Warner é um dos irmãos que criaram a produtora Warner Bros.

⁸⁸ *The adventures of Robin Hood* (1938).

⁸⁹ Ruth Elizabeth Davis (1908-1989).

⁹⁰ Teatro Broadway que possui destaque internacional localizado na Avenida Broadway em Nova York.

⁹¹ Errol Leslie Thomson Flynn (1909-1959).

⁹² Olivia Mary de Havilland (1916)

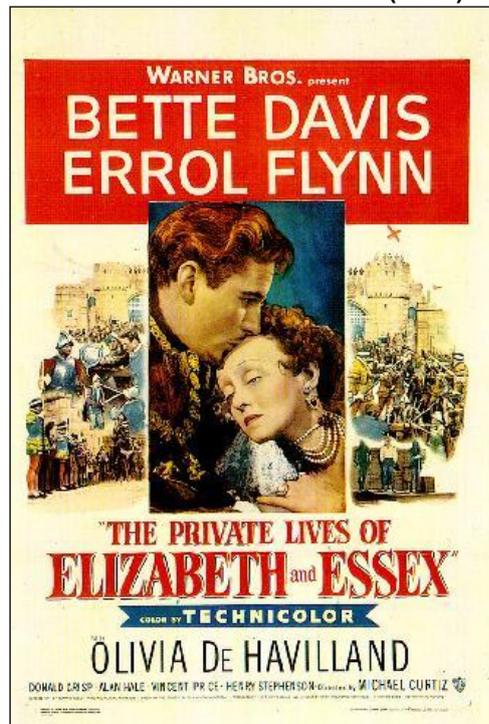
direção de Michael Curtiz. No filme em questão, a atriz representa a dama de companhia Penélope.

Neste período, as câmeras gravavam em tons de cinza, sendo necessário um processo de coloração separado. Aumont e Marie (2003), no Dicionário Teórico e Crítico do Cinema, consideram que, no período em que o filme foi produzido, era a terceira época da coloração:

A terceira época foi a dos procedimentos de 'cores naturais', ou seja, obtidas na tomada de cena, com uma película especial. Existiram muitos procedimentos aditivos (a cor é obtida por superposição de três imagens coloridas em vermelho, verde e azul, diretamente sobre a tela) [...]. O mais célebre, o Technicolor, foi explorado desde 1925, em uma versão com duas primárias, mas, sobretudo de 1930 a 1960, mais ou menos, em uma versão com três primárias com efeitos suntuosos, mas de emprego difícil e caro (AUMONT, MARIE, 2003, p. 63).

Pode-se verificar que, nos filmes de 1939 e 1955, aparece a expressão *Color by*, identificando qual a forma e a empresa de coloração, como aparecem nas capas dos filmes, nas figuras 3 e 4.

Figura 3 - Capa do filme “The private lives of Elizabeth and Essex” (1939)



Fonte: <http://www.luminarium.org/renlit/elizessex.jpg>

Figura 4 - Capa do filme “*The Virgin Queen*” (1955)



Fonte: http://www.doctormacro.com/Images/Posters/V/Poster%20-%20Virgin%20Queen,%20The_01.jpg

O segundo filme, “*The Virgin Queen*” (1955, EUA), no Brasil traduzido para “A rainha tirana”⁹³, também produzido nos Estados Unidos, foi criado em contexto diferente, no que Hobsbawn (1995) considera a Era de Ouro do século XX. A obra cinematográfica em questão também teve a presença de Elizabeth Davis, como foi informado, representando a rainha Elizabeth, além da presença de atores como Richard Todd e Joan Collins, estrelas do cinema hollywoodiano no período. A obra concorreu ao Oscar de Melhor Figurino, porém perdeu.

O filme foi dirigido por Henry Koster, um cineasta alemão, radicado nos EUA. Abaixo, tem-se a sinopse na versão brasileira:

⁹³ No ano de 1953, já havia sido lançado, no Brasil, um filme que teve o título traduzido “A Rainha Virgem”, pela Warner Bros. Pictures, sobre a rainha Elizabeth.

Bette Davis enverga com maestria a coroa da Rainha Elizabeth I neste drama histórico que recria uma das eras mais fascinantes da história inglesa, tempo esse em que abundavam as histórias de amor e os atos de bravura. Um dos primeiros trabalhos de Joan Collins, *A RAINHA TIRANA* é a história da atração de Elizabeth, já na idade madura pelo belo Sir Walter Raleigh (Richard Todd) e seu amargo confronto com sua jovem e ardilosa rival, interpretada por Joan Collins. Primoroso nos detalhes históricos, da descrição dos costumes e decorações extravagantes e com emocionantes lutas de espadas, esta é uma obra imperdível para os cinéfilos admiradores de Bette Davis (*A Rainha Tirana*, 1955).

Nesse período, o cinema perdera sua predominância em ditar novos costumes e modas, afinal as novidades eram relatadas e mostradas na rádio e televisão, que atingia um grande número, como afirmam Baldissera e Bruinelli (2014, p. 34) “O grande enfrentamento entre cinema e televisão teve início nos anos 1950, e chegou ao auge na década de 1960”.

O cinema estadunidense ainda mostrava uma “antiquada” visão de mundo, para os jovens que o viam sendo mudado. Hobsbawn (1995, p. 324, grifos do autor) relata como era essa clássica indústria cinematográfica: “[...] era, acima de tudo, *respeitável*; seu ideal social era o da versão americana dos “sólidos valores da família”; sua ideologia, a da retórica patriota”. Havia inclusive um regimento, o Motion Picture Association of America (MPAA)⁹⁴, que, segundo Armand Mattelard (2005), foi criado devido à pressão de igrejas, associações de pais, ligas de defesa dos bons costumes, comunidades étnicas, partidos políticos etc, devido à Hollywood estar sendo conhecida como “cidade do pecado”. Com o MPAA, os filmes não deveriam enfatizar bebidas alcóolicas, delinquência, nudez, beijos, danças, adultério, divórcio entre outros. Os beijos, por exemplo, deveriam ter no máximo 30 segundos e de boca fechada. Essa legislação entrou em vigor em março de 1930 e vigorou até fins de 1960.

Baldissera e Bruinelli (2014) afirmam que, neste período, a tecnologia usada era a Cinemascope, que era a projeção em grandes telas, sendo uma nova estratégia para atrair o público, oferecendo, assim, o que a televisão da época não podia. Dessa maneira, vários filmes com temas relacionados à história, que tinham grande quantidade de figurantes e cenários grandiosos foram favorecidos.

⁹⁴ Também conhecido como Código Hays, ou *Hays Code*, ficou em vigência de 1930 até o final da década de 1960. Recebeu esse nome porque a Motion Picture Association of America, ficou durante 25 anos sob a direção do pastor presbiteriano Will H. Hays.

De acordo com Hobsbawn (1995) os filmes passaram a ser realizados para a classe média e não mais apenas para a alta sociedade, diga-se de passagem, que a moda invertera-se, o que a classe baixa e média é que estava ditando a moda e os costumes entre os jovens, inclusive o linguajar.

A década de 1950 é conhecida como o período dos "anos dourados", marcados por avanços científicos, tecnológicos e mudanças comportamentais e culturais. No campo da política internacional, os conflitos entre os blocos capitalista e socialista (Guerra Fria) ganhavam novos espaços. Segundo Baldissera e Bruinelli (2014), nesta época a construção de um projeto nacional fazia parte da reconstrução do mundo pós-Segunda Guerra Mundial em que nações vencedoras e derrotadas se erguiam num mundo dividido pela Guerra Fria.

A década de 1950 também é marcada pelo que Baldissera e Bruinelli (2014) chamam de marcatismo, devido ao projeto do senador Joseph Raymond McCarthy, no ano de 1949, que alimentava a histeria em busca de comunistas, perseguindo filmes e intelectuais dos Estados Unidos. Esse clima de tensão fez com que artistas como Charlie Chaplin e cineastas europeus voltassem para seus países de origem, abandonando os EUA.

Para Hobsbawn (1995), essa década também foi marcada por movimentos de liberdade, aqui se incluem as mulheres. Após a Segunda Guerra Mundial, nos países desenvolvidos europeus, que contavam com 15% e 20% de todos os estudantes no Ensino Superior, assim como a maioria dos países, exceto a Suíça e alguns Estados islâmicos, as mulheres já tinham direito ao voto.

No ano de lançamento do filme, o mundo já havia presenciado o fim do primeiro conflito indireto e ideológico entre EUA e URSS: a Guerra da Coreia (1950-1953). É importante lembrar que, em 1952, assumiria o trono do Reino Unido a rainha Elizabeth II, após o reinado de seu pai, Jorge VI (1936-1952).

A terceira e última obra cinematográfica a ser analisada neste trabalho é *Elizabeth: The Golden Age*, que foi lançada nos cinemas brasileiros⁹⁵ no dia 15 de fevereiro de 2008. Trata-se da sequência da obra *Elizabeth* de 1998. Ambos os filmes tiveram como diretor Shekar Kapur e a estrelada atriz australiana Cate Blanchett representando a rainha Elizabeth.

Shekar Kapur, cineasta indiano, possui em seu currículo a direção de quatro filmes, mas os que lhe deram reconhecimento foram as obras sobre Elizabeth I.

⁹⁵ A estreia nos EUA foi em 12 de outubro de 2007.

O roteirista Michael Hirst é conhecido, atualmente, pelos seriados históricos que produz, como o seriado “*Vikings*”, que está indo para a quarta temporada. Esse mesmo roteirista, no período de produção do filme, também estava trabalhando com a sua criação: o seriado “*The Tudors*”. Também foi criador do seriado “*Camelot*” e produtor executivo de “*The Borgias*”.

O filme ganhou Oscar de Melhor Figurino. No Oscar, Globo de Ouro e BAFT, Cate Blanchett foi indicada a Melhor Atriz, porém não recebeu a estatueta em nenhuma dessas premiações. O fato é que a atriz foi indicada ao prêmio de Melhor Atriz nos Oscar de 1998 e 2007 ao interpretar a mesma personagem, algo que só havia acontecido com poucos atores.

Além da renomada atriz Cate Blanchett, o filme contou com atores como Geoffrey Rush que interpreta Walsingham, Clive Owen que interpreta Walter Raleigh, Samantha Morton como Mary Stuart, Jordi Mollà como Felipe II da Espanha, Abbie Cornish como Elizabeth Throckmorton e Eddie Redmayne como Thomas Babington. A sinopse do filme, que segue, mostra o enredo desse drama:

Na Inglaterra de 1585, com quase três décadas de reinado, Elizabeth I continua lidando com o forte anseio e a remanescente ameaça de traição da própria família. Ao mesmo tempo, um vento de catolicismo fundamentalista varre a Europa do século 16, tendo como testa-de-ferro o rei da Espanha, Felipe II. Apoiado pela Igreja em Roma e armado com a Inquisição, Filipe está determinado a arrancar a “herege” protestante do trono e restaurar a Igreja Católica Romana na Inglaterra (*Elizabeth: a era de ouro*, 2007).

Quando esse filme foi criado e produzido, estava em auge o seriado *The Tudors*, e uma quantia de seriados históricos estavam aparecendo. O filme de 1998 ainda era constantemente lembrado e a continuação aguardada. Afinal, sempre quando um filme é indicado ao Oscar, como o de 1998, sempre nos propomos – ou quase sempre – a olhá-lo, procurando uma identificação com as cenas, a fim de compreender por que ele está sendo indicado. Afinal de uma forma geral, imagina-se se foi indicado ao Oscar é porque é bom.

Como um filme épico, *Elizabeth: The Golden Age* precisava convencer pela sua ambientação, não apenas pelas cenas computadorizadas, mas as locações necessitavam convencer, por isso as locações foram feitas na Inglaterra, utilizando espaços como Catedral de Wells, Catedral de Ely, Catedral de Winchester, St. John’s College em Cambridge, Ponte dos Suspiros. Para gravar as cenas internas de Felipe II, locaram a Catedral de Westminster. Enquanto a Igreja de São

Bartolomeu, no centro de Londres, foi utilizada para gravar a cena da execução de Mary Stuart.

O filme acima mencionado teve como historiador consultado Justin Pollard, que também é consultor do seriado *The Vikings*, de Michael Hirst.

Figura 5 - Capa do filme “Elizabeth: The Golden Age” (2008) em DVD, da edição em inglês



Fonte: http://www.gstatic.com/tv/thumb/dvdboxart/169794/p169794_d_v7_aa.jpg

Os três filmes, como demonstrado, foram criados em contextos diferentes. O primeiro, próximo da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o segundo na Era de Ouro e mudanças da década de 1950 e 1960, dentro do contexto da Guerra Fria com novos meios de comunicação e marcado pela “quebra de braços” entre socialismo e capitalismo. O terceiro filme, período mais recente da história, em uma era globalizada. Utiliza-se aqui o termo globalização adotado por Silva e Silva (2010, p. 169-170):

A globalização é principalmente um processo de integração global, definindo-se como a expansão, em escala internacional, da informação, das transações econômicas e de determinados valores políticos e morais. [...] É uma nova fase do Capitalismo, surgida com o fim do bloco socialista e a queda do muro de Berlim em 1989; eventos que levaram à grande expansão de mercados, alcançando áreas antes vetadas ao Capitalismo.

A globalização busca unificar o mundo, porém o que está ficando unificado não é uma vontade de liberdade, e sim de domínio. Não é um desejo de cooperação, mas de competitividade. Ela acabou atingindo a cultura, as mentalidades, as palavras e as tradições, como afirma Sofhie Body-Gentrod (2009), ao abordar sobre as maneiras estadunidenses que estão inseridas nas atividades exercidas pelos franceses. John Scoth (2010, p. 95) afirma que “a abordagem cultural vê a globalização como um fenômeno orientado por uma cultura homogeneizante baseada nos meios de comunicação de massa, que ameaça as culturas e identidades nacionais e locais.”

Nessa era, a mídia e as comunicações têm um papel central e, às vezes, definitivo. O cinema como integrante da cultura, da mídia, mas também uma indústria, que, como dito anteriormente, visa o lucro e a conquista de fatias do mercado mundial. A difusão dos seus produtos acaba interferindo nas culturas e tradições, internacionalizando valores de determinadas regiões, sobretudo do Ocidente.

Novas concepções na sociedade condizem com o filme, como o caso do casamento secreto de Raleigh e Bess, ou o ato sexual antes do próprio casamento, que atualmente não é algo escandaloso. Como afirma Gérard Vincent (2009), o vestido branco passou a ser algo apenas simbólico.

Atualmente, as mulheres têm saído de casa, para realizar o seu trabalho, buscando reconhecimento profissional. Segundo Ana Silvia Scott (2012, p. 24), as mulheres eram 49,7% da população economicamente ativa em 2009 no Brasil.

Assim, elas puderam garantir seu próprio sustento “pensando em horizontes de vida para além do casamento, ao mesmo tempo em que podiam ocupar uma posição mais igualitária em relação ao marido na sociedade conjugal.” Também, tem-se hoje uma sociedade em que a mulher tem o controle de sua vida, pois estudam, trabalham, casam. Porém, o casamento também não é mais o foco principal na vida da mulher. Apontamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apresentadas

por Scott (2012), mostram que as unidades familiares chefiadas por mulheres sem cônjuge estão em cerca de 17% dos domicílios no Brasil.

Claro que se tomam como base as residências no Brasil. Se comparado com a Inglaterra, o quadro é outro. De acordo com Hobsbawn (1995), em vinte anos (1960 – 1980) o número de residências que possuíam o núcleo familiar composto de casal com filhos, caiu de 44% de todas as casas para 29%.

4.3 Uma rainha em várias faces

O filme *The private lives of Elizabeth and Essex* inicia sua história no ano de 1596, ano em que a rainha já havia perdido seus conselheiros e homens de confiança, aparecendo, como dito no capítulo sobre Elizabeth, novos personagens, como Raleigh e Conde de Essex, este que era enteado de Robert Dudley. Também se tem a presença de uma dama, Penélope, apaixonada por Essex.

O início do filme é marcado pela chegada de Essex à Inglaterra, vangloriando-se pelas vitórias em nome da rainha. Os conselheiros da rainha, visualizando a chegada triunfal de Essex, conversam entre eles demonstrando o gênio difícil da soberana.

Figura 6 - Conselheiros da Rainha conversando sobre o comportamento de Elizabeth



Filme: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939)

Não se pode esquecer que se trata de um filme baseado em uma peça teatral. Os momentos seguintes mostram cenas de uma mulher impiedosa, durona perante os outros, em que se percebe, pelas feições dos atores, o que pode ser comum no período com a seguinte pergunta: como ela vai reagir? Pois, como afirma Dunn (2004), não se sabia se ela estava teatralizando ou era sua reação verdadeira. Em várias outras cenas do filme, demonstra-se que as pessoas não sabem o que esperar de suas reações.

O filme aborda o suposto romance de Elizabeth com o Conde de Essex, fazendo parte desse triângulo amoroso a personagem Penélope, uma jovem dama de companhia. Durante todo o período do filme, ela mostra-se rival e enfrenta inúmeras vezes a rainha, como após o jogo de xadrez, que segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2003, p. 967), o jogo de xadrez é um importante símbolo, sendo um combate entre peças, simbolizando “[...] a tomada de controle, não só sobre adversários e sobre um território, mas também sobre si mesmo [...]”. Assim, mesmo

após as duas conversarem exatamente sobre o controle que a rainha exerce, essa bagunça o jogo.

Outro momento de disputa é quando Penélope canta e toca para a rainha uma música, que seria uma suposta sátira do amor do jovem pela velha rainha. Ao longo do filme, em nenhum momento, o Conde de Essex demonstra atenção ou carinho por Penélope, renega-a como se simplesmente ela não existisse.

Como dito, o enfoque desse filme é o suposto romance entre Elizabeth e Essex, e esse romance mostra-se proibido, acontecendo apenas entre quatro paredes e um na busca incessante pelo outro. Também há uma intensa disputa entre Essex e os demais membros do Conselho. Nesse sentido, um conflito entre gerações, afinal, Robert Dudley já havia falecido, Walsingham e Cecil estavam velhos.

Outra característica que apresentam sobre a monarca é uso da sensualidade que ela utilizava para alcançar seus objetivos, aparecendo inúmeras vezes nas cenas com Essex como forma de controlá-lo.

São cenas impossíveis de serem confirmadas, porém são exatamente essas cenas que fazem com que muitos acreditem nos inúmeros supostos romances que essa rainha teve, pois o que se tem de confirmação em várias obras biográficas é que ela tinha seus preferidos, a quem favorecia, mas não algo que comprove romances. Conforme afirmam Baldissera e Bruinelli (2014, p.30), “Para atrair a atenção do grande público, um filme precisa ter uma história de amor. Se não há referência a isso a partir das fontes históricas, é necessário inventar, e geralmente com final feliz.”

Outra característica que criaram foi o “tique nervoso” nas mãos que a rainha apresenta em momentos tensos, que não aparece em obras biográficas. O cinema faz esse papel de fantasiar, imaginar sobre a vida particular dessa soberana, como afirma Carrière (2006, p. 22): “[...] os cineastas perceberam que a memória das imagens pode, às vezes, ser mais forte e duradoura do que a de palavras e frases”.

Após o envio de Essex para o conflito na Irlanda e todas as reviravoltas que aconteceram a partir daí, a rainha muda seu tom, e as imagens cinematográficas demonstram essa mudança, como na imagem a seguir, em que ela é o centro, o foco, é a detentora do poder. Durante o filme, há esse amor cortês entre os dois, porém as decepções devido à guerra na Irlanda e as tentativas de Essex apoderar-se do trono, ela recupera a segurança da sua superioridade, afinal, ela é a rainha e

Essex seu súdito, e passa a controlar a situação, enviando o Conde para Torre, passando por julgamento e sendo executado.

Figura 7 - Elizabeth (*The private lives of Elizabeth and Essex*)



Filme: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939)

Sobre as bandeiras, segundo Chevalier e Gheerbrant (2003), elas simbolizam a proteção da pessoa, moral ou física, de quem ela é insígnia, assim, as bandeiras erguidas sobre Elizabeth, ao estar caminhando para o salão em que receberá Essex, simbolizam a proteção que as famílias, portadoras de estandartes, a protegem, indiferente à sua decisão, sendo o apoio.

Além disso, no figurino e, em alguns ambientes, a presença de rosas, ora branca, ora vermelha, como se pode observar nas figuras 8 e 24, representando a que dinastia pertencia, já que a rosa branca com vermelho é símbolo da Dinastia Tudor.

O filme possui ao todo 106 min e o enredo trabalha o período de 6 anos do reinado de Elizabeth I. No período da gravação do filme, como afirma Carrière (2006,

p. 105), uma das grandes dificuldades de cineastas era demonstrar a passagem do tempo. Nesse filme foram utilizados vários meios, como por exemplo, “[...] mudanças de luz e figurino, com cortes e reintroduções da trilha sonora [...]”. Ao longo do filme, a personagem teve aproximadamente 5 figurinos, não foram utilizadas locações externas, utilizavam da luz para demonstrar dia e noite.

O filme apresenta outra característica do reinado sobre Elizabeth: sua “política de paz”. Sabe-se que essa política era pela falta de recursos financeiros para manter um exército, como se demonstrou no segundo capítulo deste trabalho. Também se pode contextualizar com o momento histórico vivenciado, pois nesta época, como mencionado, havia grande tensão, sobretudo na Europa e os acordos estavam sendo impostos uns aos outros como forma de proteção.

Figura 8 - Cena do Elizabeth sobre o conflito contra a Irlanda



Filme: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939)

O segundo filme, *The Virgin Queen* (1955), foi gravado em contexto diferente do primeiro e por produtora diferente, a 20th. Century Fox, tendo a mesma atriz

como Elizabeth I, Elizabeth Davis, e retrata basicamente a entrada de Walter Raleigh na corte inglesa.

Neste filme têm-se personagens diferentes, mas trazem aproximadamente o mesmo período de reinado do primeiro filme. Essa obra, como as outras, há vários *erros históricos*, a começar pela data e pelo final do filme. Mas, nosso foco aqui é preferencialmente mostrar como a personagem foi representada.

No Brasil, esse filme foi traduzido erroneamente para “A rainha tirana” e não para “A Rainha Virgem” como seria o correto. Pode-se aqui mencionar um dos motivos pelo nome, o primeiro é que em 1953, foi lançado no Brasil um filme denominado “A Rainha Virgem”⁹⁶, que também tem Elizabeth I como personagem principal, porém este filme pertencia à produtora Warner Bros. Pictures.

O filme mostra que inicia a narrativa histórica em 1581. Nesse período, diferente do anterior, os grandes conselheiros da rainha ainda estavam vivos, como Robert Dudley, personagem que estará em vários momentos próximo à rainha, demonstrando também essa aliança que os dois criaram ao longo dos anos, como abordado no segundo capítulo.

Uma das contradições com a historiografia tradicional está no início do filme. É sobre a entrada de Walter Raleigh na corte. De acordo com a subseção “Elizabeth I da Inglaterra: a rainha virgem” e, apontado por historiadores, Raleigh teria entrado na corte após a viagem pela descoberta de novas terras com o seu irmão, que faleceu durante a viagem. Após o retorno dessas viagens é que Raleigh entra na corte inglesa. No filme, Raleigh entra para corte antes de ir procurar novas terras e, em nenhum momento, aparece seu irmão. Além disso, Raleigh teria acessado a corte com o apoio de Robert Dudley.

Outro personagem que se destaca no segundo filme é o Elizabeth Throckmorton⁹⁷, sendo uma personagem que realmente existiu e que aparece no filme “*Elizabeth: The Golden Age*”, com o apelido de Bess. Essa personagem mostra-se, ao longo da obra, muito decidida e ativa, sem relações de afeto com a rainha e irá ter um romance com Raleigh. Este que, em pouco tempo, receberá o título de Capitão da Guarda.

⁹⁶ Em inglês o título era “Young Bess”.

⁹⁷ Era filha do embaixador Sir Nicholas Throckmorton, que era primo da última esposa de Henrique VIII, Catarina Parr. Nicholas Throckmorton foi embaixador inglês na França.

Ao contrário do filme - *The private lives of Elizabeth and Essex*, esse *The Virgin Queen* o tempo cronológico passa muito mais rápido, como em pouco tempo já haverá o romance de Raleigh com Elizabeth Throckmorton – diga-se de passagem, no dia seguinte que se conhecem. Carrière (2006, p. 110) informa que essa é uma maneira de passagem de tempo,

[...] Quantas vezes vimos um homem tomar uma mulher nos braços; ela luta, resiste, grita até agride – e então subitamente se entrega, fica imóvel? [...] Porém, se nos dispusermos a analisa-lo mais detalhadamente, poderemos reconhecer a singular contradição nele contida: uma sequencia de acontecimentos (que na vida real teria ocupado este casal por semanas, talvez meses) espremida em menos de um minuto.

O mesmo autor informa outros mecanismos de passagem de tempo utilizada pelos cineastas, como o ato de comer e se vestir, uma viagem de avião, subir escadas, tomar uma decisão, metamorfoses emocionais, tomadas de decisões e legendas.

No *The Virgin Queen*, o que foi apresentado anteriormente por Hobsbawn (1995) como os filmes antiquados da década de 1950 aparece inúmeras vezes como a cena de Elizabeth Throckmorton com Walter Raleigh, em que as cenas de beijo são curtas em relação ao filme de 1939. Nesta obra, quando a rainha pede um beijo, ela estende a mão, quebrando com a história de possível romance, mostrando apenas que ele era um dos seus favoritos. Também se pode observar comportamentos considerados masculinos dessa rainha, como na imagem a seguir (Figura 9), que está com os pés sobre a mesa.

Nesse quesito podem-se supor possibilidades sobre essa atitude. A primeira, na década de 1950, inicia uma mudança de comportamento na sociedade, que segundo Hobsbawn (1995), era um comportamento rebelde que estava aparecendo. Baldissera e Bruinelli (2014) também afirmam que a década de 1950 é marcada por movimentos de liberdade. Seria esse um comportamento rebelde?

No segundo capítulo, referimo-nos, na página 42, sobre uma identidade andrógina que lhe deu mais poder sendo virgem e príncipe ao mesmo tempo.

Na cena a seguir ela está sendo pressionada sobre as ações de Raleigh:

Figura 9 - Cena de Elizabeth em *The Virgin Queen* (1955)



Filme: *The Virgin Queen* (1955)

No filme, percebem-se cenas sobre o comportamento da corte em que tudo que a rainha faz torna-se um espetáculo, como na cena da caça (26 min a 27min), em que há a presença da corte no palco, súditos batem no mato alto a fim de que animais saiam, quando uma gazela sai e a rainha tenta acertar, com arco e flecha, de cima do palco, ela erra. Após isso, ocorre a discussão com o embaixador francês sobre seu reinado:

Figura 10 - Cenas de Elizabeth confrontando embaixador francês



Filme: *The Virgin Queen* (1955)

Tem-se novamente, dos 40min aos 45min, os seus joguetes políticos referentes a casamento, mostrando-se doente, impossível de discutir sobre casamento com o embaixador francês, mas que, como confirmação de sua intenção de casar-se com o filho de Catarina de Médici, enviará algumas damas suas para a

corde francesa. Na cena seguinte, ela aparece dando gargalhada pelo embaixador ter acreditado na história dela.

Ao longo do filme, a Rainha, representada como uma personagem rígida, tempestuosa, irritada e brava, mostra ser insensível com Raleigh e Elizabeth Throckmorton.

Uma das poucas cenas que demonstra sentimento por Raleigh é na em que perdoa após casar-se às escondidas com Elizabeth Throckmorton, que se sente traída, não pelo sentimento, mas pelo ato de traição em que o casamento só seria permitido pela rainha.

A personagem demonstra que o perdoa apenas pelo ouro e por terras no Novo Mundo. Após todo o enredo do filme, este termina com a cena a seguir, ela sozinha, escolhendo novamente o reino. Aqui se identifica o *erro histórico*⁹⁸ final: Raleigh e Elizabeth Throckmorton indo viajar juntos em busca de novas terras.

Figura 11 - Cena final do filme *The Virgin Queen* (1955)



Filme: *The Virgin Queen* (1955)

O terceiro filme, *Elizabeth: The Golden Age*, apresenta uma mudança na imagem dessa rainha. No início do filme, está nítida a principal temática a ser abordada: disputa religiosa e de poder entre Elizabeth I e Filipe II.

Na introdução do filme, é demarcado em qual momento ele inicia, explicando um curto contexto e explicitando que o foco do filme é a disputa entre Inglaterra e Espanha. Para dar essa curta explicação, utilizaram imagens, como se fossem

⁹⁸ De acordo com Baldissera e Bruinelle (2014, 23), “o cinema, como se sabe, não é e nem pretende ser fiel à história trabalhosamente pesquisada”.

vitrais. O texto utilizado deixa clara a seguinte mensagem: Espanha era o maior império em 1585 e Felipe II mergulhou a Europa numa guerra santa, apenas a Inglaterra ficou contra ele, que era governado por uma rainha protestante, no caso, Elizabeth.

É perceptível a posição de cada um deles sobre sua religião frente a outra. Ela aparece muito decidida em proteger o povo, indiferente da sua religião, mostrando o que se mencionou no segundo capítulo sobre a “liberdade religiosa” como uma forma também de sustentar-se no poder. Enquanto ele considera que a Inglaterra deve ser limpa dos protestantes e que a rainha é o mal, como se pode perceber, nas figuras a seguir. Também é perceptível que as cenas que correspondem ao reino espanhol e as cenas de Mary Stuart são escuras, enquanto as da Elizabeth são claras e douradas, destacando-se.

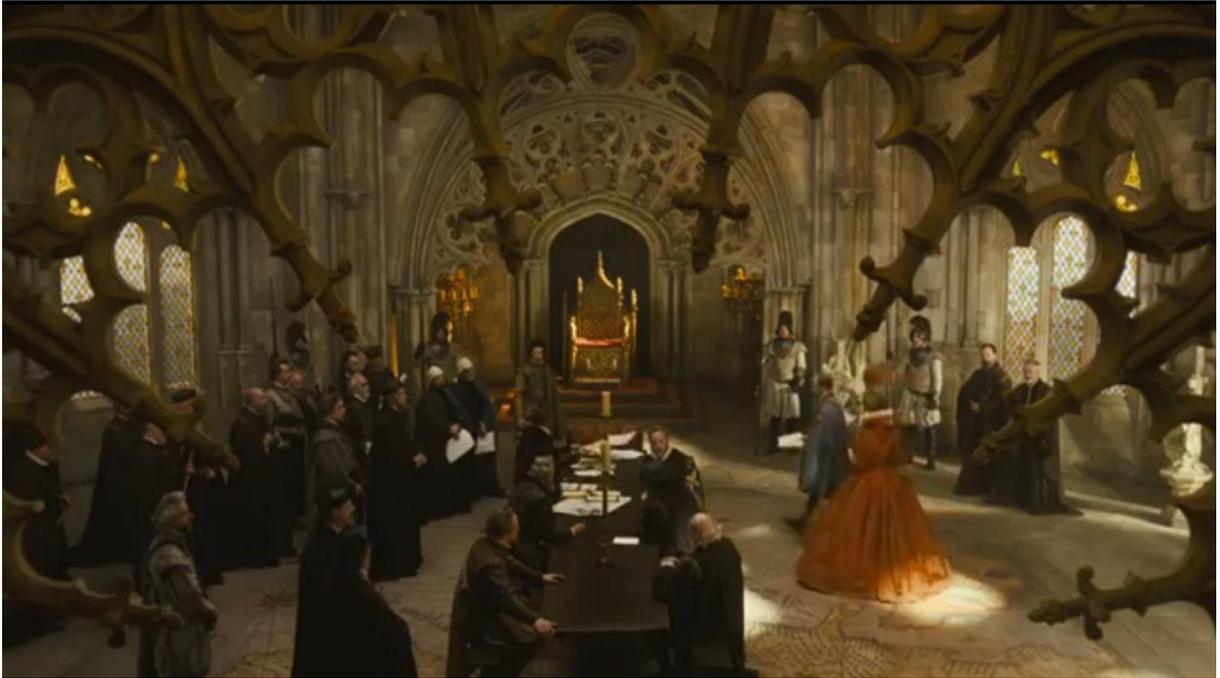
Nas inúmeras cenas que Felipe II aparece andando, há um andar desconcertante, sobre uma cruz, contrapondo Elizabeth, em cuja primeira cena é caminha sobre um mapa do chão até a mesa do Conselho Privado.

Figura 12 - Corte de Felipe II - cenas e roupas escuras



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Figura 13 - *Elizabeth: The Golden Age*

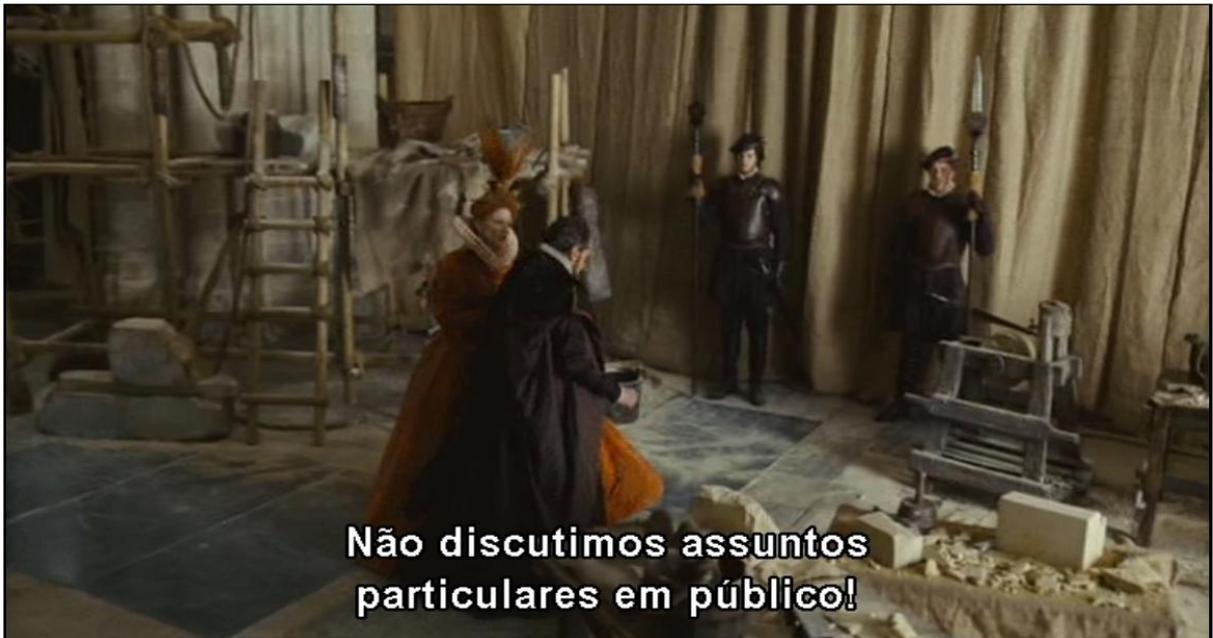


Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Nesta obra ocorre um emaranhado de acontecimentos desenvolvendo-se ao mesmo tempo, como as políticas de casamento, as navegações com a presença de Raleigh, seu suposto romance com este personagem, a disputa com Mary Stuart e Felipe II da Espanha, o sistema de espionagem de Walsingham, enfim, uma série de fatos relativos ao contexto histórico da Inglaterra elizabetana, bem como valores e comportamentos do período.

O que, inicialmente, pode-se chamar a atenção é como o diretor, Shekar Kapur, afirmou com cenas a sua ideia de era de ouro, encenando uma reforma no que seria a Catedral de São Paulo no filme.

Figura 14 - Cena com reformas: "a era de ouro"



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008).

As cenas da reforma da Catedral de São Paulo foram gravadas na Catedral de Winchester que, durante a produção, estava em reforma, assim, a direção do filme optou por utilizar os pedreiros como figurantes.

A pressão sofrida pela Rainha para casar-se é mostrada na cena em que recebe inúmeros embaixadores, que mostram quadros dos pretendentes:

Figura 15 - Elizabeth: a flor virgem



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2007)

A cena citada anteriormente ilustrada, na figura 15, em que se pode verificar que ela está de amarelo-ouro, representando essa era de ouro. O amarelo também simboliza, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, (2003) a juventude, o vigor da eternidade divina, inclusive é a cor de deuses. E assim, sendo de essência divina, o amarelo-ouro “se torna, na terra, o atributo do poder dos príncipes, reis, imperadores, para proclamar a origem divina do seu poder. [...] O amarelo é a cor da eternidade, como o ouro é o metal da eternidade”. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2003, p, 40).

Analisando sua vestimenta, pode-se verificar que há uma flor inserida no penteado, que remete à pureza, fato também reiterado pela cor escolhida, que é o branco. De acordo com Chevalier e Gheerbrant (2003, p. 437), “[...] a flor é o símbolo do amor e da harmonia que caracterizam a natureza primordial; a flor identifica-se ao simbolismo da infância e, de certo modo, ao modo do estado edênico”. Com isso, pode-se verificar que ela, a representação, é equiparada a uma flor pura que está analisando um possível marido.

Na imagem 15, além da cor do vestido e da flor, que simboliza o divino, a juventude e a pureza da flor, temos também o uso da cor vermelha das cortinas, que simboliza, conforme Chevalier e Gheerbrant (2003), o ardor, beleza, força impulsiva e generosa, saúde, riqueza, poder, cor da alma, do libido, do coração, a sensualidade. Enfim, é o puro, divino, mas que não deixa de ter sensualidade, um coração a se chegar.

Nessa mesma cena, pode-se verificar novamente a presença da personagem Elizabeth Throckmorton, porém, neste filme, as duas possuem uma relação de muita confiança, e Bess (como é chamada no filme) está sempre com vestido da mesma cor da rainha, mas em tom claro. De uma forma geral, ela é coadjuvante, pois faz as coisas que a rainha tinha o desejo de fazer e isso é mostrado na cena a seguir, em que Elizabeth está tomando banho:

Figura 16 - Elizabeth e Bess



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

A única cena que as duas não estarão com a mesma cor de vestido é quando ocorre o enfrentamento entre as duas, devido ao casamento secreto de Bess com Raleigh, como aparece na figura 18. Aliás, uma cena deste filme também está presente no filme de 1955 que é a cena em que Raleigh coloca sua capa no chão para a rainha passar. Porém, no filme de 2008, esse é o primeiro contato entre os dois, quando a rainha está indo para Catedral.

Figura 17 - Cenas da capa sobre o chão



Filmes: *The Virgin Queen* (1955) e *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Temos neste filme uma série do figurino bem interessante exposto pela rainha Elizabeth, uma série que demonstra suas emoções e os momentos que vive, afinal, como sabemos, as cores representam e nos passam emoções e sentimentos, sendo utilizados vestidos nas cores laranja, amarelo, bege, branco, azul, tons de verde e roxo.

Nas cenas de decisão, ela aparece em tons verde, como na cena em que está sentada na cama, aflita, analisando documentos e procurando na legislação inglesa algo que a auxilie sobre a execução de Mary, na esperança de não precisar

tomar aquela decisão, pois, segundo Chevalier e Gheerbrant (2003), o verde é a cor da esperança, da força. Ela permanece com essa cor de vestido entre o momento de decidir até a execução de Mary.

A partir das cenas da execução de Mary (1h14min), Elizabeth aparece sempre de roxo, o que antes era azul, a cor que representa tranquilidade, calma, passando para um o roxo demonstrando tensão e intensidade. Ela permanece com o roxo até as cenas que antecedem à batalha (1h28min), período que utiliza armadura, como na figura 20.

Figura 18 - Personagem utilizando roupas em roxo



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Ainda sobre os vestidos, é interessante o uso da roupa branca em várias cenas em igrejas, representando uma noiva nas concepções atual, a virgindade. Também ela aparece nessas cenas muito iluminada, representando a divindade, que foi a proposta principal do diretor, afinal seu poder já estava consolidado.

Figura 19 - Personagem utilizando roupas brancas



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Para demonstrar a passagem de tempo, tem-se o uso dessa troca de figurinos, a passagem do dia e noite, tal como cenas em que Felipe II aparece inicialmente em locais onde florestas foram desmatadas para a construção dos navios e minutos depois aparecem os navios prontos. No início dessas trocas de cenas há legendas, após, não aparecem mais.

No que se refere à técnica, identifica-se a gravação de inúmeras cenas do alto. Carrière (2006, p. 40), utilizando como exemplo o filme *O retorno de Martin Guerre*, explica sobre as gravações do alto:

[...] escolhendo a altura do ponto de vista, mantendo os movimentos imperceptíveis e sempre concatenados com o movimento de determinado personagem. A máxima descrição, como se estivesse se desculpando por essa intrusão de parafernália moderna em meio a camponeses trajados à moda do século XVI. Qualquer um que tenha alguma vez tentado reconstruir o passado com o máximo de fidelidade se defrontou com os mesmos problemas e adotou os mesmos tipos de solução.

Segundo esse cineasta, as gravações do ponto de vista de cima deixam os filmes históricos mais reais, como se aquelas cenas realmente tivessem acontecido, estarmos presenciando aquele fato.

Temos presente neste filme outros personagens como o Dr. Dee (1527 – 1609?) e Francis Drake⁹⁹ (1540 – 1596), que se sabe, foram reais e fizeram parte do contexto que é mostrado no filme.

O primeiro, Dr. John Dee, era uma astrólogo e astrônomo. Segundo Dunn (2004, p. 61), desde o início do reinado de Elizabeth ele era consultado para escolher datas, como as de coroação e “era famoso por seu método mais científico

⁹⁹ O personagem tem uma breve aparição nas cenas de decisão da batalha naval.

de adivinhação, mapeando as posições dos planetas”. Dee tornou-se o filósofo consultor de Elizabeth. A consulta a esses homens era comum, inclusive Catarina de Médici consultava Nostradamus. As cenas com ele são escuras e nos momentos de inquietude, indecisão da rainha.

No filme *Elizabeth: The Golden Age*, com a chegada dos navios espanhóis têm-se algumas cenas a serem analisadas: a primeira cena é a menção do emblemático discurso de Tilbury, quando Elizabeth assumiu o papel de comandante-geral e realizou o suposto discurso:

Meu povo carinhoso, algumas pessoas que se preocupam com a minha segurança convenceram-me a ter cuidado com a forma como me relaciono com multidões armadas, devido ao medo de traição, mas digo-vos que não desejaria continuar a viver se desconfiasse do meu povo fiel e carinhoso. Os tiranos que temam! Venho para o meio de vós neste momento... estando decidida a sacrificar a minha honra no calor do combate, pelo meu Deus, pelo meu Reino e pelo meu Povo, e a derramar o meu sangue nesse campo de batalha. Sei que tenho o corpo de uma mulher fraca e frágil, mas tenho o coração e a coragem de um rei, e de um rei da Inglaterra... (MARCUS et al *apud* LOADES, 2010, p. 234).

Esse discurso teria ocorrido muito antes da disputa contra a Espanha, mas, por ser emblemático e dar uma ideia de “guerreira” como aparece na capa do filme (Figura 5), inseriram em um contexto diferente. Relatos afirmam que, nesse discurso, ela estava vestida com armadura, como uma Joana D’Arc posterior e inseriram esse mítico momento no filme. Na cena do discurso ela aparece com armadura, cabelos soltos, cavalo branco, realizando um discurso, em uma colina. Chevalier e Gheerbrant (2003) afirmam que o cavalo branco, montado por uma majestade, é a imagem da beleza vencedora, do domínio do espírito pelo sentido.

Figura 20 - Cena fazendo menção ao suposto discurso em Tilbury



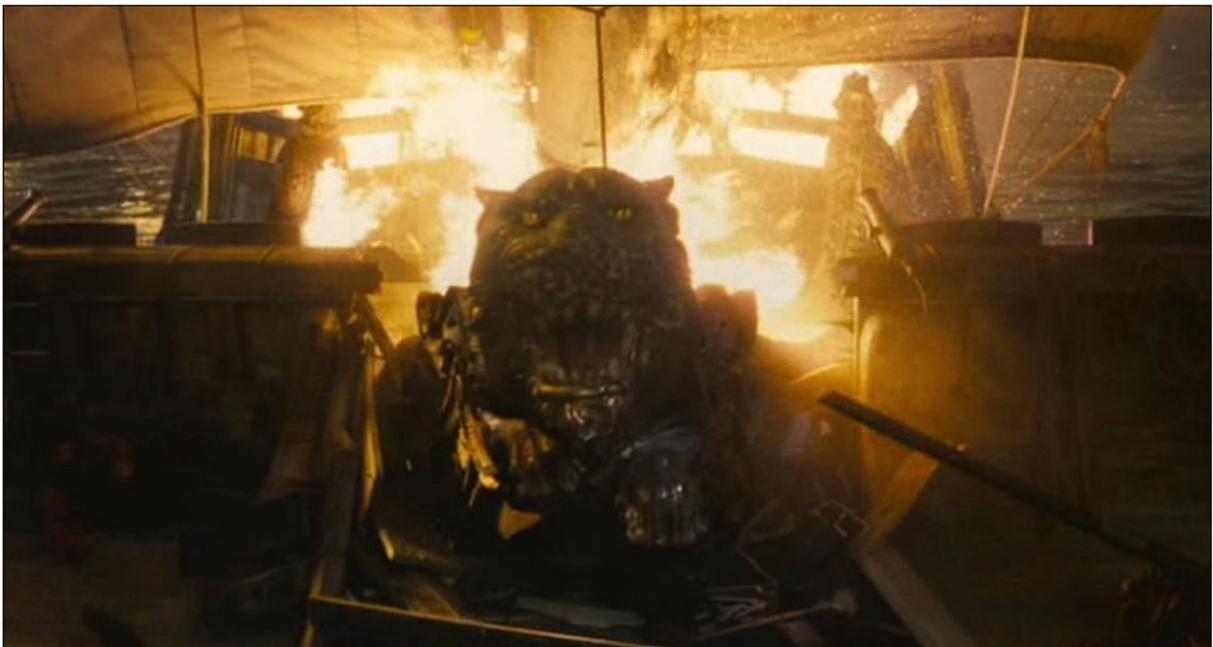
Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Na cena em que aparecem os navios, desde a “benção” do rei espanhol (1h15min até 1h40min) até o conflito verifica-se uma grande quantidade de pinturas religiosas, fazendo menção à religiosidade católica. Porém, o que chama a atenção é o barco incendiário inglês, que unindo a trilha sonora e o som de um leão rugindo ao fundo temos uma clara menção: “vejam, o leão está te devorando, te destruindo, o protestante destruindo os navios católicos”, afinal, não se pode esquecer que o leão representa a casa real inglesa, permanecendo ainda hoje no brasão da coroa inglesa.

Na cena em questão, Walter Raleigh tem a função de incendiar o navio, que está com pólvora, assim, com a ajuda do vento, o barco é levado até os navios espanhóis e, quando há o choque, na trilha sonora há o rugido do leão, como mencionado.

Após essa cena do choque entre navios, há uma queima geral das embarcações espanholas e a submersão. Durante o choque e queima dos navios espanhóis, há um cavalo branco que salta dos navios espanhóis, assim o símbolo de vitória escapa. Instrumentos religiosos como crucifixos, sinos e terços aparecem afundando no mar e o cavalo nadando sobre eles.

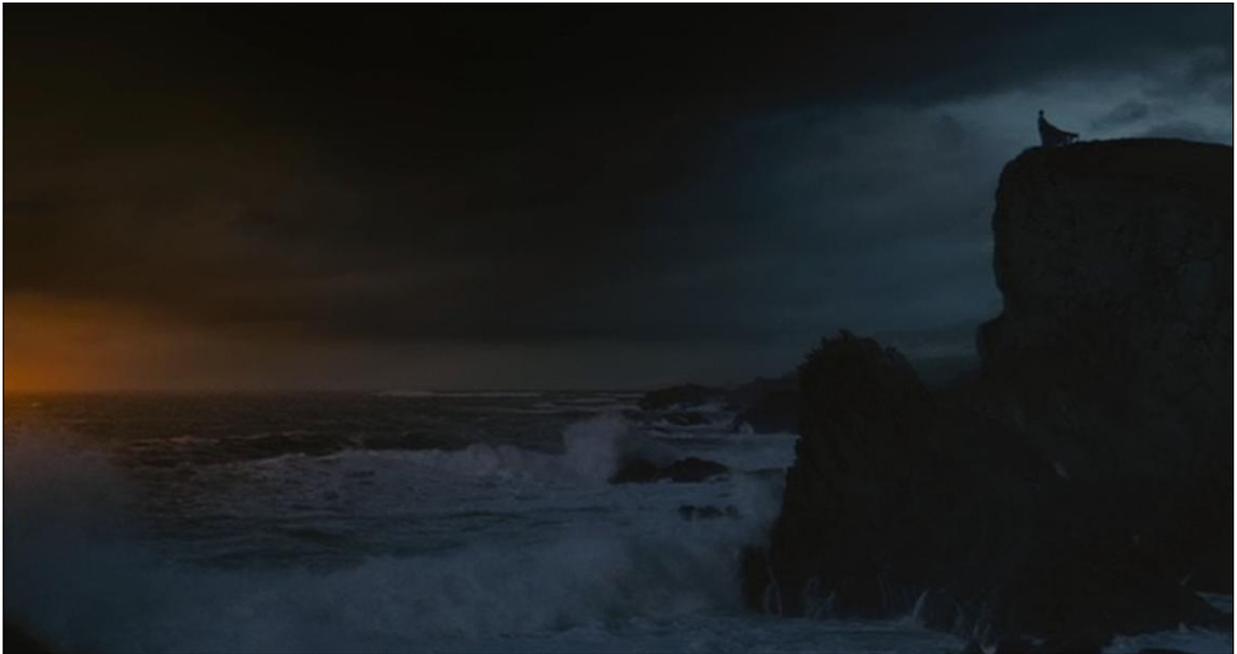
Figura 21 - Cena do choque de navio incendiário com navio espanhol



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Na sequência de cenas a partir de 1h38min de filme, tem-se a mudança de vento, que, como afirmado, a historiografia tradicional foi uma das forças que ajudou a marinha inglesa a vencer uma das batalhas contra a Armada Invencível. Acontece que essa cena também tem um forte teor representativo: ao chegar no local de acampamento, após a cena do discurso, vestida com “camisola”, ela sente o vento mudar a direção, indo para um penhasco, com o vento soprando ao seu encontro, a seu favor. Na imagem a seguir, tem-se a cena que sobe a colina, como se ela estivesse controlando o vento, definindo a batalha. Como se pode observar, no lado esquerdo da imagem, aparece o tom laranja, local em que estaria ocorrendo o conflito entre espanhóis e ingleses e, ao lado direito, Elizabeth no penhasco.

Figura 22 - Cena de Elizabeth no penhasco



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Ao longo do filme, a única cena de batalha que aparece é no mar aberto, em nenhum momento em terra firme, assim, o filme dá alusão que foi apenas uma única batalha.

Após as cenas de batalha no mar (1h40min), a sequência de imagens são emblemáticas, pois Felipe II aparece sendo negado pela Igreja Católica e pela Infanta Isabel Clara Eugénia da Áustria. Nessa fase do filme, o diretor buscou colocar Felipe II como um fanático religioso e emotivo, representando-o como uma pessoa desesperada. Enquanto ela, a rainha, aparece em meio a um lugar escuro,

vestida de branco, com asas representando um anjo, a imaculada que em meio à escuridão, é a luz salvadora. Destaca-se que, após o fim da guerra, ela volta a usar o branco.

Figura 23 - Contraposição de Felipe II e Elizabeth I



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

De uma forma geral, os três filmes trabalham com algumas características em comum, como a vaidade da rainha. No segundo capítulo, abordou-se sobre sua vaidade, o uso de produtos e a proibição de suas pinturas por determinado tempo. Cabe frisar também a disputa interna, como rainha, sobre as exigências de mulher e rainha, pois ambas são separadas. Os três filmes trabalham essas características fortemente:

Figura 24 - Cenas do filme *The private lives of Elizabeth and Essex*



Filme: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939)

No filme de 1955, essas características são explicitadas na cena de confronto entre Elizabeth Throckmorton e a rainha Elizabeth, em que esta última confirma que não está mais bela, mas que muitos homens a amaram, que a juventude e a beleza

vão embora e que os que a amavam naquele período era pelo poder e pelos ganhos que tinha por serem próximos à rainha:

Figura 25 - Cena do filme *The Virgin Queen* (1955)



Fonte: *The Virgin Queen* (1955)

Ao final do terceiro filme, tem-se a sequência de imagens a seguir, sendo uma visão totalmente contemporânea, criada pelo diretor e roteirista, mas sempre deixando a atriz com uma clareza aparente.

Figura 26 - Cenas finais do filme *Elizabeth: The Golden Age*



Filme: *Elizabeth: The Golden Age* (2008)

Enfim, os três permitem uma clara visão sobre ser esposa ou ser rainha, que o amor pela Inglaterra sempre permanece em primeiro lugar, pois é seu dever com o povo.

5 CONCLUSÃO

O longo reinado de Elizabeth I da Inglaterra (1558-1603) foi marcado pela introdução de conquistas nacionais e prosperidade econômica, instituindo, posteriormente, a Inglaterra como potência mundial.

Sua vida foi marcada por períodos tempestuosos e inseguros, além da dificuldade em manter-se com os recursos escassos que lhe foram providos após a execução de sua mãe, Ana Bolena, em 1536. Passou por apuros durante os reinados dos irmãos Eduardo VI e Maria I.

Quando assumiu a coroa inglesa, suas ações iniciais foram acalmar a agitação religiosa, que marcou os reinados dos irmãos. Ela retornou o protestantismo e, com a aquiescência do Parlamento, aprovou leis que formavam a base doutrinal da Igreja Anglicana, criando o Ato de Supremacia de 1559, que declarava a Igreja Anglicana como oficial da Inglaterra.

Confrontou-se com Mary Stuart quando esta buscou refúgio na Inglaterra, sendo uma das crises políticas mais delicadas, pois Mary era a próxima na linha de sucessão, e os católicos a consideravam a verdadeira herdeira da Inglaterra. Conspirações surgiram para usurpar o trono da Inglaterra, forçando Elizabeth a executar Mary, em 1587.

As biografias mostram uma mulher com total controle sobre suas decisões. Essas, muitas vezes, demoravam para ser tomadas, como aconteceu na decisão do futuro de Mary Stuart.

Mostrou perspicácia ao nomear *Sir William Cecil* seu secretário-chefe e nomeando para o Conselho homens pela sua intelectualidade e confiança, que aconselhou manter o equilíbrio entre a França e a Espanha.

Por toda sua vida, mesmo com pressão do Parlamento, recusou todas as propostas de casamento, declarando-se Rainha Virgem, criando uma imagem que se fortaleceu com o passar dos anos.

Durante o período histórico que levou o seu nome (Era Elizabetana), desenvolveu-se o renascimento do fervor patriótico que ela inspirou. Com a política de paz, a Inglaterra voltou seu desenvolvimento para a indústria e fortalecimento da economia. O apoio a exploradores, como as de Francis Drake, expandiu suas possessões coloniais, tornando-se potência marítima, capaz de derrotar a Armada Espanhola, em 1588.

Elizabeth instituiu reformas monetárias e uma nova moeda foi introduzida, estabilizando preços e restaurando a confiança na moeda inglesa. A literatura e as artes floresceram, sobretudo na figura de William Shakespeare.

Este estudo se propôs a realizar uma análise sobre obras cinematográficas em que a rainha Elizabeth I é representada de formas singulares em três filmes: *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939), *The Virgin Queen* (1955) e *Elizabeth: The Golden Age* (2008). Utilizamos estes filmes como objeto de estudo e também como fonte, ressaltando que o ambiente externo influencia na construção dos personagens, tais como as técnicas cinematográficas. Para isso, foi necessário um suporte bibliográfico, uma vez que é fundamental conhecer o contexto no qual o filme foi produzido.

O trabalho com cinema resultou numa proposta de como essa personalidade histórica – Rainha Elizabeth I - continua presente no imaginário de cinegrafistas, sendo representada de formas diferentes, em contextos diferentes.

No que se refere às diferenças, identificou-se, no filme *The private lives of Elizabeth and Essex* (1939, EUA), uma personagem romântica, fantasiosa, mas condizendo com a teimosia e as reações inesperadas. Também decidida quando assume a decisão de escolha entre a vida particular e a função de soberana independente.

No segundo filme *The Virgin Queen* (1955, EUA), percebe-se uma personalidade diferente, se mostrando indiferente inúmeras vezes, retirando a ideia de suposto romance que embriaga os filmes sobre Elizabeth. Tem-se uma personalidade teatral e manipuladora na questão dos casamentos, também condizendo com as biografias.

O terceiro filme, *Elizabeth: The Golden Age* (2008, Reino Unido), mostra uma mulher indecisa e com medo, mas, ao ser atacada, age como um “leão”, utilizando a simbologia da casa real inglesa. Nesse filme, foi criada uma personagem divina, tendo o uso da roupa branca e o uso das luzes para ilustrar essa ideia de divindade. Tem-se, ainda, outra personagem, Bess, que passa a ideia de que é a que realiza pessoalmente o que a rainha gostaria de ter feito, enquanto, nos outros filmes, as personagens, mostram-se rivais.

Confirma-se aqui o que Chartier (1991) descreve sobre representação, uma vez que, em determinados períodos, o cinema apropriou-se do papel da rainha, criando uma nova configuração, uma nova imagem. Essa nova configuração foi

baseada conforme os meios culturais e históricos, podendo haver apropriações diferentes de uma mesma representação.

Dentro dessas representações, o cinema cria acontecimentos que se interpõem na memória das pessoas, por exemplo, por meio de filmes e minisséries foi apresentada a ideia de que Elizabeth I teve inúmeros romances, o que não se comprova, até o momento, por meio de bibliografias.

Durante a análise das obras cinematográficas, foi possível perceber semelhanças como: a escolha de ser rainha em primeiro lugar, pois sabia ela que ser esposa seria ser “dona-de-casa” e mãe, perdendo seu poder em que, durante muitos anos, tentou demonstrar para o pai e que muitas vezes esteve a um risco da morte. Outro aspecto contemplado nas obras analisadas enfatiza a preocupação com a vaidade e o envelhecimento.

No aspecto geral, identificam-se possíveis motivos da rainha Elizabeth I ser a mais representada. Tanto na pintura, quanto na poesia, sobretudo, durante o período de reinado, ou curto tempo posterior, foram enaltecidos seus feitos, vitórias, beleza e divindade. No cinema e em outras formas artísticas, elencam-se motivos pela sua aparição frequente, sendo a mais destacada entre os membros da dinastia Tudor: 1) Seu pai casou-se com seis esposas e foi responsável pela criação do anglicanismo; 2) Intensificou e solidificou o anglicanismo no Inglaterra, religião oficial do Reino Unido; 3) Suas decisões na economia serviram de base para o salto econômico e industrial que surgiram nos séculos XVII e XVIII; 4) Uma mulher que teve um dos reinados mais longos e inesperados da história da Inglaterra, sendo considerada bastarda e negligenciada durante sua infância e juventude; 5) Não casou e utilizou essa imagem para fortalecer o seu poder; 6) Elizabeth I conseguiu manter-se no poder indiferente às inúmeras tentativas de tirá-la; 7) Os soberanos que lhe seguiram, Jaime e Carlos, causaram colapso nas instituições estabelecidas, assim, lembravam-se intensamente da soberana que garantiu estabilidade na Inglaterra.

A tarefa de usar o filme como objeto de estudo ainda é um campo extenso a ser desvendado cada vez mais por historiadores, como proposta de fonte de estudo e documento histórico. Nesse sentido, espera-se os estudos e novas abordagens sobre cinema não se esgotem por aqui.

REFERÊNCIAS

Obras Cinematográficas:

ELIZABETH I: The golden age. Direção: Shekar Kapur. Produção: Tim Bevan, Jonathan Cavendish, Eric Fellner. Intérpretes: Cate Blanchett, Clive Owen, Samantha Morton, Geoffrey Rush, Tom Holland, Abbie Cornish e outros. Roteiro: Michael Hirst, William Nicholson. Música: Craig Armstrong, A.R. Rahman. Reino Unido: Studio Canal, Working Title Films, 2008. 1 DVD (114 min).

The private lives of Elizabeth and Essex. Direção: Michael Curtiz. Produção: Robert Lord. Intérpretes: Bette Davis, Errol Flynn, Olivia de Havilland, Donald Crisp e outros. Roteiro: Maxwell Anderson, Norman Reilly Raine, Aeneas MacKenzie. Música: Leo F. Forbstein. EUA: Warner Bros. Pictures, 1939. 1 DVD (106 min)

The Virgin Queen. Direção: Henry Koster. Produção: Charles Brackett. Intérpretes: Bette Davis, Richard Todd, Joan Collins, Jay Robinson Herbert Marshall. Roteiro: Mildred Lord. Música: Franz Waxman. EUA: 20th Century Fox, 1955. 1 DVD (92 min)

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ana Paula Lopes Alves Pinto. *Ana dos Mil Dias: Ana Bolena, entre a luz e a sombra da Reforma Henriquina*. 2009. 82 p. Dissertação (Mestrado Em Estudos Anglo-Americanos Variante de Literaturas e Culturas) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20343/2/mestanapaulaalmeidaana000085088.pdf>> Acesso em 13. nov. 2015.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

AUMONT, Jaques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico do cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BALDISSERA, José Alberto; BRUINELLI, Tiago de Oliveira. *Tempo e Magia: a história vista pelo cinema*. Porto Alegre: Escritos, 2014.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, p. 55 – 105.

BETTE DAVIS. Disponível em: <<http://www.britannica.com/biography/Bette-Davis>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em:

<http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/Dicionario_De_Politica.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BODY-GENTROD, Sofhie. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada 5: Da Primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 488 - 535

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAPA DO FILME “ELIZABETH: THE GOLDEN AGE”. Disponível em: <http://www.gstatic.com/tv/thumb/dvdboxart/169794/p169794_d_v7_aa.jpg>. Acesso em: 1 set. 2015.

CAPA DO FILME “THE PRIVATE LIVES OF ELIZABETH AND ESSEX”. Disponível em: <<http://www.luminarium.org/renlit/elizessex.jpg>>. Acesso em: 18 set. 2015.

CAPA DO FILME “THE VIRGIN QUEEN”. Disponível em: <http://www.doctormacro.com/Images/Posters/V/Poster%20-%20Virgin%20Queen,%20The_01.jpg>. Acesso em: 18 set. 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-417

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

CATROGA, Fernando. *Pátria e nação*. VII Jornada Setentista, Curitiba: [s.n], 2007, p. 13-14. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>> Acesso em: 11. nov. 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), p. 173-191. 1991.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 18ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DUNN, Jane. *Elizabeth e Mary: Primas, Rivais, Rainhas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

ELIZABETH I AND THE THREE GODDESSES. Disponível em: <<https://www.royalcollection.org.uk/collection/403446/elizabeth-i-and-the-three-goddesses>> Acesso em: 13. Nov. 2015.

FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/812-Política_externa_da_Inglaterra_A.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

FERRO, Marc. *História e Cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. O filme: uma contra-análise da sociedade?. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 199- 215.

FONTANA, Josep. *A Europa diante do espelho*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FRANCO JUNIOR, Hilário Franco. *O Feudalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *A Idade Média: o nascimento do Ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRASER, Antonia. *As seis mulheres de Henrique VIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

FUNCK, Elvio. *Breve História da Inglaterra*. Porto Alegre: Movimento, 2013.

GOLIOT-LÉTÉ, Anne; VANOYE, Francis. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HISTÓRIA DO CINEMA. Disponível em: <<http://www.webcine.com.br/historia1.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

HISTÓRIA DO OSCAR. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/cinema/infograficos/oscar-vencedores/>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KORNIS, Mônica Almeida. *História e Cinema: um debate metodológico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1940/1079>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

LAGNY, Michèle, O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 99-131

LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Philipp. *História: Introdução ao ensino e à prática*. Porto Alegre: Penso, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

LEITE, Sidney Ferreira. *O cinema manipula a realidade?*. São Paulo: Paulus, 2003.

LOADES, David. *As rainhas Tudor: o poder no feminino em Inglaterra (séculos XV e XVII)*. Portugal: Caleidoscópio, 2010.

LUDWIG, Carlos Roberto. *As Ideias de Ordem e a Idealização de Elizabeth I na Pintura Renascentista, em Philip Sidney e Shakespeare*. Disponível em: <http://www.todasasmusas.org/03carlos_roberto.pdf>. Acesso em: 13. Nov. 2015.

MARGARET BEAUFORT, COUNTESS OF RICHMOND. Disponível em: <<http://www.westminster-abbey.org/our-history/people/margaret-beaufort>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

MAUROIS, André. *História da Inglaterra*. 3. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 193-?.

MEYRER, Marlise Regina; NEUMANN, Rosane Marcia. *História, imagem e representação: possibilidades de leitura*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

MICHAEL CURTIZ. Disponível em: <<http://www.britannica.com/biography/Michael-Curtiz>>. Acesso em: 23 set. 2015.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé. *História e Cinema*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011, p. 39-64.

MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 9. Vol.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 235-289.

NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009, p. 133-145.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação história-cinema. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, p. 19 – 54.

_____; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. 3. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

OLIVIA DE HAVILLAND. Disponível em: <<http://www.britannica.com/biography/Olivia-de-Havilland>>. Acesso em: 29 set. 2015.

PARANHOS, Kátia Rodrigues; LEHMKUHL, Luciene; PARANHOS, Adalberto (orgs.). *História e imagens: textos visuais e práticas de leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma História Concisa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REINO UNIDO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php> Acesso em: 17 mai. 2015

ROSA TUDOR. Disponível em <http://3.bp.blogspot.com/-XYa_h4W4_Lw/URvF_tXM8yl/AAAAAAAAABoY/1IAjn3s33i8/s1600/rosa-tudor1.png> Acesso em: 8 jun. 2015.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

SANTO AGUSTINHO DA CANTUÁRIA. Disponível em: <<https://www.paulinas.org.br/diafeliz/?system=santo&id=256>>. Acesso em: 6 jul. 2015

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 15 – 42.

SCOTT, John (org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Jorge Bastos da. *Das representações de Isabel I na Inglaterra e Ópera e no cinema*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7535.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. *A tragédia política em Ricardo II*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2014.

SPINI, Ana Paula. O cinema na pesquisa e no ensino da História: dos dilemas às possibilidades. In: LEHMKUHL, Luciene; PARANHOS, Kátia Rodrigues; PARANHOS, Adalberto (orgs.). *História e imagens: textos visuais e práticas de leituras*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 165-188.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.

VINCENT, Gérard. Posfácio. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada 5: Da Primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 567 – 610.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WOADWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.